



PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE
HISTÓRIA EM REDE NACIONAL - PROFHISTÓRIA/CAPES

EDUARDO DOS SANTOS SILVA

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA “TERRA DO SOL”: ENSINO DE
HISTÓRIA A PARTIR DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL
DO CENTRO HISTÓRICO DE MONTE SANTO - BA

SÃO CRISTÓVÃO - SE

2024



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE-UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA-
POSGRAP PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM
ENSINO DE HISTÓRIA EM REDE NACIONAL-
PROFHISTÓRIA/CAPES**

EDUARDO DOS SANTOS SILVA

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA “TERRA DO SOL”: ENSINO DE HISTÓRIA
A PARTIR DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DO CENTRO
HISTÓRICO DE MONTE SANTO- BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) da Universidade Federal de Sergipe, para parecer da Banca Examinadora e obtenção do título de mestre.

Orientador: Dr. João Paulo Gama Oliveira

SÃO CRISTÓVÃO - SE

2024

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S586e Silva, Eduardo dos Santos
Educação Patrimonial na “Terra do Sol”: ensino de história a partir do patrimônio cultural material do centro histórico de Monte Santo – BA / Eduardo dos Santos Silva; orientador João Paulo Gama Oliveira. – São Cristóvão, SE, 2024.
131 f. : il

Dissertação (mestrado em Ensino de História) – Universidade Federal de Sergipe, 2024.

1. História – Monte Santo (BA). 2. Patrimônio cultural. 3. História – Estudo e ensino. 4. Educação – História. I. Oliveira, João Paulo Gama, orient. II. Título.

CDU 94 (813.8)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

**PRÓ-REITORIA DE PÓS-
GRADUAÇÃO-POSGRAP**

**MESTRADO PROFISSIONAL EM
ENSINO DE HISTÓRIA-
PROFHISTÓRIA**



PROFHISTÓRIA****
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

EDUARDO DOS SANTOS SILVA

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA “TERRA DO SOL”: ENSINO DE HISTÓRIA
A PARTIR DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DO CENTRO
HISTÓRICO DE MONTE SANTO- BA**

**Dissertação apresentada na defesa do Programa de
Mestrado Profissional em Ensino de História
(PROFHISTÓRIA) da Universidade Federal de
Sergipe, para parecer da Banca Examinadora e
obtenção do título de mestre.**

Prof. Dr. João Paulo Gama Oliveira (Orientador/UFS)

Prof. Dr. Lucas Miranda Pinheiro (Avaliador interno PROFHISTÓRIA/UFS)

Prof. Dr. Aaron Sena Cerqueira Reis (Avaliador interno DHI/UFS)

Prof. Dr. Magno Francisco de Jesus Santos (Avaliador externo/UFRN)

**SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2024**

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Maria de Lourdes e Elson Tolentino (In memoriam), por serem a minha maior referência e força durante todo esse processo de escrita.

A minha irmã, Ana Vitória, pelo afago e companhia em muitos momentos de dificuldades.

A minha namorada, Graciela, por todo o carinho e incentivo.

Aos meus alunos, por serem a razão da minha caminhada e da minha busca por conhecer e compartilhar conhecimento.

A minha “Terra do Sol”, minha amada Monte Santo- BA, por alimentar minha sede de conhecimento e de descoberta, por ser a fonte das minhas indagações e parte de quem sou.

AGRADECIMENTOS

Chegamos a um dos momentos mais significativos dessa pesquisa, mas também, com certeza um dos momentos mais difíceis. Comumente, nessa parte do trabalho expressamos toda a nossa gratidão e afeto àqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para que a empreitada da pesquisa nos fosse possível, e a caminhada até aqui fosse menos árdua. Uma tarefa simples para alguns, mas para mim, com certeza não. Falo isso porque essa caminhada da qual faço menção aqui, não se restringiu aos dois anos que passei dedicando-me aos estudos no mestrado, tampouco o processo de concepção, elaboração e aprovação dessa pesquisa. Mas muito antes, quando nasci neste recanto do sertão baiano chamado Monte Santo. Caminhada que desde sua gênese, tem sido marcada pela participação de pessoas muito especiais.

Cresci envolto as tradições religiosas populares e tive por parte de minha família uma grande influência a partir das narrativas compartilhadas, inspirando-me a interessar-me pelas memórias e mistérios da “terra do sol”, razão pela qual faço, em primeiro lugar, nessa sessão de agradecimentos, um tributo a memória de meu pai, que nos deixou recentemente e que acompanhou toda a “labuta” dessa pesquisa. Meu pai Elson Tolentino foi uma energia constante nesse processo, que mesmo em sua batalha constante pela saúde, permaneceu comigo sendo o companheiro da minha vida. Sua perda nos últimos momentos dessa pesquisa fez com que esses agradecimentos viessem postumamente à defesa. Posso afirmar que sem o carinho e companheirismo que tínhamos, indubitavelmente essa pesquisa não poderia ter sido concluída.

Nesse parágrafo único, dedico cada palavra como um grande sentimento de agradecimento a minha mãe Maria de Lourdes, por todo o amor e compressão com tudo o que estava vivenciando durante a reta final dessa pesquisa, ela e minha irmã Ana Vitória, que tanto me fortaleceram e me deram sustento nessa luta dupla que vivenciei com a pesquisa, mas também pela saúde e manutenção da vida de meu pai. Agradeço de forma incondicional a minha namorada e companheira de luta Graciela Araújo Costa, com quem dividi os louros e as aflições dessa caminhada. Você foi e tem sido meu porto seguro, parceira e amiga, sem você, nada disso seria possível.

Não poderia esquecer de expressar todo o meu afeto e gratidão a um amigo que me deu acolhida em um dos momentos mais desafiadores dessa caminhada, o início. Aqueles professores que saem da sua terra para se aperfeiçoarem fora, principalmente os que saem do contexto do sertão, sabem o quanto é difícil conciliar trabalho, vida pessoal e estudos, bem como o quão dispendioso financeiramente é viajar constantemente, conseguir lugar para ficar, se manter. Nesse contexto, contei com a acolhida e ajuda de meu amigo e irmão de coração

Arbies Peixinho, a quem agradeço pela recepção em sua casa, pelos inesquecíveis cafés da manhã e falas de incentivo e carinho.

Tenho enorme gratidão a escola e todos os grandes mestres que passaram pela minha vida, dos quais destaco o Prof. Dr. Raimundo Venâncio Filho, o querido professor Raimundinho. Pesquisador da história e cultura de Monte Santo-BA, conseguiu envolver muitos de seus alunos com a história do “seu lugar”, seja por meio de suas aulas, ou através do projeto pioneiro em Educação Patrimonial em Monte Santo-BA, “Conhecendo o meu lugar”, do qual fiz parte desde o início 2015 até o seu fim em 2020. O mesmo contribuiu com informações e fontes para essa pesquisa, da mesma forma como o arquiteto e conterrâneo Timóteo Andrade, que foi de grande importância para a realização desse estudo, tanto no que diz respeito ao incentivo, como o apoio ao longo dessa pesquisa. Outro mestre a quem expresso minha profunda gratidão, é o professor Ismael Ricardo, com quem tive maravilhosos diálogos acerca da história da cidade, e de quem obtive importante material bibliográfico para a pesquisa.

Outro mestre e amigo a quem destaco, não esteve comigo nas salas de aula, mas nos palcos da vida. Gratidão ao arte-educador, escritor e poeta Ivan Santtana, a quem tenho como uma significativa referência, por me apresentar ao teatro popular e ter sido responsável pela minha imersão nos sentidos que estão intrínsecos a trajetória de todo sertanejo, sobretudo, os monte-santenses. Também dedico esta parte a outras duas referências e escritores conterrâneos. A amiga professora Jussara Correia, aluna egressa do ProfHistória, que me incentivou e pavimentou o caminho para que eu pudesse hoje estar me tornando mestre por esse programa enriquecedor, e ao escritor, cordelista e grande memorialista da “terra do sol” José Gonçalves, pelos diálogos importantes e direcionamentos durante pesquisa.

Por fim, agradeço a todos os professores do ProfHistória pelo carinho, respeito e acolhida a esse aluno de sertões tão distantes, mas tão próximos historicamente. Destaco aqui o Prof. Dr. Lucas Pinheiro, membro da minha banca de qualificação e defesa, por todo acolhimento e ensinamentos. Ao meu orientador, e posso dizer também, um grande amigo, Prof. Dr. João Paulo Gama Oliveira, por toda a força que me deu diante dos momentos pessoais difíceis que passei, por todo o carinho e aprendizado que me proporcionou ao longo das várias conversas de orientação. Por fim, quero dedicar essa conquista a todos os meus colegas de turma pelo carinho, acolhida e força. Sem essa corrente de amizade, é bem possível que eu não estivesse concluído essa empreitada. Todo o meu amor e admiração a todos vocês por encherem de luz o meu caminho!

RESUMO

O objeto de estudo da presente pesquisa concerne aos lugares de memória e monumentos que compõem o patrimônio cultural material existentes no centro histórico de Monte Santo, cidade localizada no nordeste da Bahia, no seio do sertão baiano. O objetivo geral desse trabalho consiste em analisar o patrimônio do centro histórico da cidade de Monte Santo-BA e apresentar uma proposta para o ensino de História com uma sequência de três roteiros didáticos para o estudo da História do Brasil República, tendo como tema a Guerra de Canudos, em uma turma da 3ª série do ensino médio. Os objetivos específicos são: discutir acerca da história de Monte Santo; problematizar a constituição do centro histórico, seus lugares de memória, monumentos, silenciamentos e intencionalidades, como também construir um roteiro didático abordando os patrimônios existentes nele em diálogo com os referenciais sobre o ensino de História. A necessidade de um estudo acerca do patrimônio cultural, as potencialidades da educação patrimonial e sua utilização no ensino de História fundamentam-se na experiência do autor e na percepção de que os alunos não se reconhecem como sujeitos históricos atuantes no seu entorno; na falta de educação patrimonial e da discussão sobre a história da cidade nas aulas de História, o que resulta no intenso processo de deterioração do patrimônio cultural e na falta da identidade e sentido de pertencimento. Dessa forma, essa pesquisa dialoga teoricamente com Nora (1998), Rüsen (2010), Choay (2017) e Zarbato (2018), bem como se ampara metodologicamente na Educação Patrimonial para a elaboração de seu produto.

Palavras-chave: Ensino de História. Patrimônio cultural material. Centro Histórico. Monte Santo-BA.

ABSTRACT

The object of study of this research concerns the places of memory and monuments that make up the material cultural heritage existing in the historic center of Monte Santo, a city located in the northeast of Bahia, in the heart of the Bahian hinterland. The general objective of this work is to analyze the heritage of the historic center of the city of Monte Santo-BA and to present a proposal for the teaching of History study with a sequence of three didactic scripts for the study of the History of the Brazilian Republic, having as theme The War of Canudos, in a class of the 3rd grade of high school. The specific objectives are: to discuss the history of Monte Santo; problematize the constitution of the historic center, its places of memory, monuments, silencing and intentionalities, as well as build a didactic script addressing the existing heritage in it in dialogue with the references on the teaching of History. The need for a study of cultural heritage, the potential of heritage education and its use in the teaching of History are based on the author's experience and in the perception that students do not recognize themselves as historical subjects active in their surroundings; in the lack of heritage education and discussion about the history of the city in history classes, which results in the intense process of deterioration of cultural heritage and the lack of identity and sense of belonging. Thus, this research dialogues theoretically with Nora (1998), Rüsen (2010), Choay (2017) and Zarbato (2018), as well as methodologically based on Heritage Education for the elaboration of its product.

Keywords: History Teaching. Material cultural heritage. Historic Center. Monte Santo-BA.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: Vista panorâmica da Praça Monsenhor Berenguer, Monte Santo- BA.....	30
Imagem 2: Homologação do tombamento do Sítio Histórico de Monte Santo- BA.....	45
Imagem 3 – Ofício da Subsecretaria do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional direcionado ao poder público municipal de Monte Santo-BA.....	47
Imagem 4: Monitores/guias em dia de formação e capacitação.....	51
Imagem 5: Monitores/guias realizando oficinas em escola da rede municipal.....	52
Imagem 6: Monitores/guias fazendo passeio guiado com alunos da rede municipal.....	53
Imagem 7: Moradores e vendedores na feira livre em Monte Santo.....	56
Imagem 8: Vista de Monte Santo e acampamento do exército.....	59
Imagem 9: Sobrado que serviu de quartel general do exército durante a Guerra de Canudos.....	60
Imagem 10: Prédio que já foi quartel general do exército brasileiro durante a Guerra de Canudos.....	61
Imagem 11: Busto do Marechal Carlos Machado Bittencourt.....	63
Imagem 12: Canhão Whitworth 32 (A matadeira).....	65
Imagem 13: Estátua de Antônio Conselheiro exposta na Praça Monsenhor Berenguer.....	68
Imagem 14: Hospedaria onde ficava Antônio Conselheiro em Monte Santo (1957)	70
Imagem 15: Artista plástico Manoel do Bonfim.....	72
Imagem 16: Romaria da Sexta-feira da Paixão: fiéis descendo o caminho do Santa Cruz em Monte Santo- BA.....	75
Imagem 17: Inauguração do Museu do Sertão.....	77
Imagem 18: Fachada do museu do Sertão na atualidade.....	78
Imagem 19: Planta do Museu do Sertão, 1981.....	79
Imagem 20: Sala de recepção do Museu do Sertão.....	81
Imagem 21: Meteorito Bendegó resiste ao incêndio no Museu Nacional.....	84
Imagem 22: Sala de exposição com objetos sobre Canudos.....	87
Imagem 23: Corredor com painéis com desenhos retratando a Guerra de Canudos em exposição.....	88
Imagem 24: “Exposição Santa Cruz”, realizada por Juraci Dórea no início da via-sacra da Santa Cruz, em Monte Santo-BA (1985).....	89
Imagem 25: Sala de exposição com fotos da campanha de Canudos.....	91
Imagem 26: Salas de exposição com indumentárias do vaqueiro e objetos do cotidiano.....	92

Imagem 27: Sala contendo exposição sobre os artistas que passaram por Monte Santo-BA.....	93
Imagem 28: Sala de exposição artesanato local.....	94
Imagem 29: Sala de exposição Movimento Popular e Histórico de Canudos.....	95
Imagem 30: Sala de exposição de objetos da religiosidade popular sertaneja.....	96
Imagem 31: Vista aérea do Colégio Estadual Santa Cruz.....	102
Imagem 32: Apresentação do questionário.....	104
Imagem 33: Aplicação do questionário.....	105
Imagem 34: Conjunto de imagens registradas pelos alunos.....	111
Imagem 35: Os alunos visitando o Museu do Sertão.....	113
Imagem 36: alunos visitando as salas de exposição do Museu do Sertão.....	114

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização de Monte Santo no estado da Bahia.....	32
Mapa 2: Localização de Monte Santo e municípios limítrofes.....	32

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Dissertações com o descritor “patrimônio” no PROFHISTÓRIA/UFS.....	23
Quadro 2- Dissertações com o descritor “Centro histórico” encontradas no PROFHISTÓRIA NACIONAL.....	24

LISTA DE SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CEC - Conselho Estadual de Cultura

CEDLEM - Colégio Estadual Deputado Luís Eduardo Magalhães

CEE - Conselho Estadual da Educação

CESC – Colégio Estadual Santa Cruz

CFC - Conselho Federal de Cultura

FPAC - Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia

FPAS - Fundo da Previdência e Assistência Social

FUNDARPE - Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFOCS - Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas

IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEC - Ministério da Educação

PCH - Programa de Cidades Históricas

PCH - Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas

PT – Partido dos Trabalhadores

RCEB - Referencial Curricular do Estado da Bahia

SEI - Sistema Eletrônico de informações

SPAHN - Subsecretaria do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFS – Universidade Federal de Sergipe

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	16
2. MONTE SANTO: A TERRA DO SOL.....	30
2.1 Breve histórico do município de Monte Santo.....	31
2.2 Educação Patrimonial na “Terra do Sol”.....	38
3. CENTRO HISTÓRICO DE MONTE SANTO: REINTERPRETANDO O PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL.....	55
3.1 Memórias de uma guerra: monumentos sobre a Guerra de Canudos.....	57
3.2 A via-sacra de Monte Santo: o calvário sertanejo construído pelas mãos do povo.....	73
3.3 Museu do Sertão: uma busca pela memória no sertão baiano.....	77
4. ROTEIROS DIDÁTICOS: “CAMINHOS DA TERRA DO SOL”: ENVEREDANDO PELA HISTÓRIA A PARTIR DO CENTRO HISTÓRICO DE MONTE SANTO.....	100
4.1. Roteiros didáticos: Caminhos da Terra do Sol: enveredando pela História a partir do centro histórico de Monte Santo/BA.....	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS.....	123
ANEXO 01.....	128
ANEXO 02.....	129

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo da presente pesquisa concerne aos lugares de memória e monumentos que compõem o patrimônio cultural material existente no centro histórico de Monte Santo, cidade localizada no nordeste da Bahia, no seio do sertão baiano. Berço de manifestações culturais e religiosas, Monte Santo teve o seu crescimento associado às romarias periódicas ao Santuário da Santa Cruz, desde 1785. A via sacra e o santuário, construídos no século XVIII sob intermédio do capuchinho italiano Apolônio de Todi ¹(1747-1828), tratam-se de uma obra arquitetônica ditada como “um templo majestoso de engenharia rude e audaciosa do Sertanejo” na consagrada obra “Os sertões”, do escritor Euclides da Cunha ²(2021). O município também é conhecido pela sua participação no conflito de Canudos entre 1896 e 1897, servindo de base de operações para as forças armadas da República durante a guerra.³

Parte significativa dessa história traduz-se por meio das referências existentes nos patrimônios culturais materiais que constituem a cidade de Monte Santo-BA. Em seu centro histórico inclui-se a praça principal da cidade que leva o nome do ex- pároco da cidade, o padre Monsenhor Berenguer (1898 - 1969), – à frente da paróquia de 1925 até 1969, foi relevante para a manutenção das tradições católicas e a romaria local – por caracterizar-se como um espaço onde é possível conhecer monumentos, construções e objetos de referência histórica e patrimonial que se relacionam com a cultura, memória e história da cidade, que por sua vez, dialogam com fatos históricos que marcaram o país.

Entre os patrimônios que constituem a praça está a estátua de Antônio Vicente Mendes Maciel (1830-1897), mais conhecido pela alcunha de Antônio Conselheiro. Adquirida na década de 90 do século XX, monumento que faz referência ao beato fundador do arraial de Canudos e que em suas andanças e pregações esteve em Monte Santo, onde realizou reformas no caminho pelo monte santo, capelas e no Santuário da Santa Cruz, o maior patrimônio histórico, cultural, ambiental e paisagístico da cidade, espaço no qual se consolidaram tradições

¹ Frei Capuchinho italiano, nascido na cidade de Todi, na província de Perúgia, região da Úmbria. Realizou intensa atividade como missionário pelos sertões no século XVIII e foi responsável pelas Santas Missões na região em Monte Santo.

² Euclides da Cunha (Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha), engenheiro militar, jornalista, ensaísta e historiador, nasceu em Cantagalo, RJ, em 20 de janeiro de 1866, e faleceu no Rio de Janeiro em 15 de agosto de 1909. Colaborador do jornal Estado de São Paulo, fora enviado pelo grande diário paulista aos sertões da Bahia, na qualidade de correspondente de guerra, acompanhou os desdobramentos do conflito violento entre as forças do exército brasileiro e os sertanejos de Canudos, experiência que resultou na escrita da reconhecida obra da literatura brasileira Os Sertões.

³ Essa informação pode ser verificada no conteúdo das correspondências enviadas pelo jornalista Euclides da Cunha ao jornal O estado de São Paulo e compiladas na obra “Canudos e outros temas”, lançada pelo Senado Federal em 2003.

do catolicismo popular. O mesmo beato, segundo a tradição oral, teria profetizado o fim do arraial em uma peregrinação ao Santuário.

Além da estátua de Antônio Conselheiro, há um exemplar do canhão apelidado pelos conselheiristas de “A matadeira”, peça bélica utilizada no conflito de Canudos e doada à cidade pelo exército militar em 1983 por intermédio do então prefeito Ariston Correia Andrade⁴; o busto do Marechal Carlos Machado Bittencourt (1840-1897), estrategista da quarta e última expedição militar a Canudos e um dos armamentos bélicos responsáveis pela sua destruição. Adquirido na gestão do então prefeito Nicolau Tolentino de Carvalho (1921-1995) no ano de 1973, ainda durante o regime civil-militar, o busto fez parte de uma série de homenagens a militares, e celebra a passagem do ministro da Guerra em Monte Santo em 1897, quando a cidade fora quartel general do exército brasileiro contra Canudos. Na mesma ocasião, o casarão da antiga prefeitura, descrito por Euclides da Cunha (2003) como único sobrado existente em Monte Santo/BA na época, serviu de base de operações, nele hospedaram-se militares de alta patente como o Ministro da Guerra, Marechal Carlos Machado Bittencourt.

Como patrimônio religioso encontra-se na praça Monsenhor Berenguer a Igreja Matriz, construção com mais de dois séculos de existência e que remete ao surgimento da cidade e sua ligação com o catolicismo e as romarias. Nessa igreja celebram-se ritos religiosos como os da Semana Santa, que envolve procissões com imagens sacras e a representação da Paixão de Cristo. Encontra-se na mesma praça, em frente à igreja, um obelisco cujo erguimento relembra o Congresso Eucarístico Regional ocorrido em Monte Santo em 14 de setembro 1958. Evento católico de grandes proporções, reuniu diversas lideranças da igreja e foi o primeiro ocorrido em uma cidade do interior da Bahia. Nessa ocasião, fora escolhido e apresentado o hino de Monte Santo (OLIVEIRA, 2005, p. 33).

Ainda, como “lugar de memória” situado no centro histórico de Monte Santo/BA, destacamos o Museu do Sertão, onde encontram-se reunidos em exposição um acervo significativo de artefatos relacionados a história e cultura da cidade, sendo um lugar de referência para monte-santenses, visitantes, turistas, romeiros e pesquisadores que desejam conhecer a história da cidade. Fundado no dia 1º de novembro de 1982, o Museu do Sertão encontra-se sediado em um casarão datado do início do século XX e de estilo neocolonial localizado na rua Frei Apolônio de Todi.

O sacro-monte, apelidado pelo jornalista Odorico Tavares (1912 -1980) como “Calvário sertanejo”, trata-se do principal bem cultural de caráter material e imaterial da cidade, pois a

⁴ Ex-prefeito de Monte Santo- BA, governou o município por duas vezes, nos períodos (1983-1988) e (1992-1996). (OLIVEIRA, 2005, p. 66)

ele estão vinculados intrinsecamente diferentes elementos da história, cultura e identidade de Monte Santo /BA e do sertão baiano, seja no que concerne a religiosidade católica de inspiração popular e a ação do sertanejo sobre a paisagem, seus símbolos e representações, como também a ocupação dos sertões, a formação de Monte Santo e de cidades circunvizinhas. De acordo com Venâncio Filho (2016, p. 68) “O local possui aspectos marcados por um tempo sagrado periódico, que envolve a memória social daqueles, que movidos pela fé, transformaram uma paisagem natural em um patrimônio de referência [...]”, em virtude desses e de outros aspectos aprofundados no decorrer da pesquisa, a via-sacra e o Santuário da Santa Cruz são parte significativas do centro histórico de Monte Santo/BA.

Para a delimitação do objeto de estudo, fora necessário um recorte dos patrimônios para a realização da pesquisa, levando em consideração a grande diversidade de bens culturais e possíveis abordagens. Portanto, o presente trabalho delimitou-se ao patrimônio cultural material que envolve os monumentos, marcos e construções existentes no centro histórico de Monte Santo, tendo como critério a sua importância para a história da cidade, a diversidade de tipos de patrimônio e a urgência de contextualizá-los a luz do ensino de História, buscando as ferramentas necessárias para situá-los historicamente, indagar sobre a intencionalidade por trás da homenagem, do evento e da memória que foi escolhida para ser preservada, tomando primeiramente o monumento como uma fonte a ser lida, analisada e (re) interpretada. Não deixaremos de mencionar no decorrer da pesquisa outros patrimônios importantes, mas estes poderão ser possivelmente aprofundados em outras pesquisas.

Dentro dessa perspectiva, a nossa dissertação tem como objetivo geral analisar o patrimônio do centro histórico da cidade de Monte Santo/BA e apresentar uma proposta para o ensino de História que consiste em uma sequência de três roteiros didáticos para o estudo da História do Brasil República, tendo como tema a Guerra de Canudos, em uma turma da 3ª série do ensino médio. Os objetivos específicos são: discutir acerca da história de Monte Santo/BA; problematizar a constituição do centro histórico, seus “lugares de memória”, monumentos, silenciamentos, intencionalidades e construir uma sequência de três roteiros didáticos abordando os patrimônios existentes no referido centro em diálogo com os referenciais sobre o ensino de História.

É importante salientar que também faz parte da finalidade dessa pesquisa produzir conhecimento sobre os monumentos presentes na cidade e que são referências da história de Monte Santo/BA, bem como potencializar e valorizar os lugares de memória como espaços de aprendizado histórico e construção de identidade, e que, portanto, devem ser preservados.

Entendemos a memória como o espaço de intensas disputas entre grupos sociais, por

tratar-se de um instrumento político que pode ser usado para empoderar grupos e evidenciar vozes silenciadas na construção de uma História mais ampla e representativa, mas também para manipular e dominar.

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1990, p. 426).

Tomando o patrimônio como objeto, mas também como fonte, é possível descortinar o contexto no qual ele se constitui e as circunstâncias de sua permanência ou descaracterização, entender os interesses que o forjaram e que memória ele representa, quais memórias foram ocultadas ou silenciadas. Assim como Martins (2021, p. 292) aponta, na esteira das influências da Nova História, buscou-se ampliar a leitura do patrimônio, “estendendo o entendimento da História como criação que envolve silêncios, singularidades e rupturas”.

Durante minha trajetória como educador, bem como em minha experiência enquanto monitor no extinto projeto de educação patrimonial “Conhecendo o meu lugar” em Monte Santo-BA no período de 2015 a 2020, sempre foi motivo de minha inquietação a história local não se fazer presente de forma significativa nas aulas de História. Mesmo com referências sobre essa história presentes nos diversos patrimônios, percebe-se que museus, monumentos, construções e espaços que poderiam ter suas potencialidades aproveitadas, acabam por serem incluídos em passeios sem uma estratégia de ensino que problematize esses patrimônios no sentido de promover uma reflexão crítica sobre eles.

Venho construindo uma trajetória como professor que há 5 anos leciona a disciplina de História no ensino privado, também vivenciei experiências enriquecedoras na rede municipal de ensino de Monte Santo/BA, sempre tendo por base da minha prática a história local, não apenas como uma categoria a ser trabalhada nas aulas, mas como uma ferramenta de autodescobrimento como professor de História e como monte-santense. Esse meu caminhar com a História, apesar de ter se iniciado oficialmente com a realização do curso superior, possui a sua gênese ainda no ensino médio, quando iniciei meu percurso como monitor/guia do projeto de educação patrimonial “Conhecendo o meu lugar”, e pude conhecer parte da história de Monte Santo/BA, bem como sua cultura, memória e tradições.

O referido Projeto me proporcionou momentos em que pude somar formação, experiência e práticas que me fizeram ampliar as minhas perspectivas acerca das potencialidades advindas da formação da identidade cultural tendo como ferramentas os “lugares de memória” e o “patrimônio histórico” do município. Cabe ressaltar que o percurso

no projeto não só foi de grande importância para o meu direcionamento profissional para a educação histórica, como também foi primordial para a construção da minha personalidade como educador. Ademais, após a formação acadêmica, práticas e vivências na sala de aula, e, fora dela, passei a compreender a história e a memória como representações que se encontram em um ambiente de intensas disputas, “passados” e “presentes” buscam legitimar-se pelo que deve ser lembrado ou esquecido, registrado ou apagado (COSTA, 2016, p. 42).

Tornou-se necessário para mim uma reflexão crítica acerca da memória que preservamos e como a trabalhamos na sala de aula, a forma como os monumentos se configuram nos espaços e como são referenciados, as narrativas presentes nesses símbolos passaram a me causar inquietações, e em determinado momento, um incômodo que me impulsionou no sentido de produzir algo que problematizasse esses elementos, visando corresponder a esses meus anseios como educador, assim como também contribuir para a prática de meus colegas, os inspirando a trazer para a sala de aula a história da cidade, a memória e o patrimônio, nesse caso, lanço essas problemáticas especificamente para refletir acerca do município de Monte Santo/BA e sua relação com a história nacional.

Dessa forma, compreendo que “o ensino de história tem um lugar privilegiado, em interação com as memórias coletivas e individuais, na construção de identidades e na transmissão de conceitos que darão suporte a essa construção” (COSTA, 2016, p. 43). Portanto, uma abordagem que articule a história local a partir do confronto da narrativa histórica com as memórias coletivas e individuais apresenta-se como de grande valia na busca por uma revisão dessas memórias e um novo olhar sobre o patrimônio histórico.

É frequente o uso dos “lugares de memória” como apenas um complemento para as aulas, tomemos por exemplo a praça central da cidade, por tratar-se de um lugar de onde comumente emergem uma quantidade considerável de centros urbanos na região Nordeste do Brasil e um lugar de memórias vivas que ganham forma através dos monumentos, homenagens a figuras consideradas importantes para aquela sociedade ou para grupos sociais específicos. Construções antigas como os casarões e a igreja matriz, com arquiteturas que remetem a uma determinada época e fazem menção às tradições e práticas culturais de uma comunidade. Com o intuito de trazer a história da comunidade em que os alunos se inserem, os lugares de interesse histórico e cultural são visitados nas aulas de História, mas como dito anteriormente, sem um planejamento que possibilite uma reflexão histórica sobre o patrimônio cultural da cidade, suas características, historicidade e relação com a identidade da comunidade. A respeito dessa situação, alerta-se para um ponto relevante:

Atrelar o reconhecimento dos ‘lugares de memória’, das edificações, do sentimento de pertencimento contribui para a preservação e valorização dos bens culturais, mas, também, exige aprofundamento no campo do ensino de História, pois envolve ações didático-educativas que viabilizam a aproximação entre os sujeitos e suas culturas, num processo que promova, no ambiente escolar, uma possibilidade de leitura da memória coletiva, dos monumentos e das relações que se estabelecem entre eles, de forma analítica e crítica. (ZARBATO, 2017, p. 44)

Os lugares de memória, conforme explica Pierre Nora (1993) “são, antes de tudo, restos”. Tratam-se de locais, físicos ou simbólicos, que por pertencerem a uma outra época e ainda permanecem presentes na atualidade, são testemunhas de um passado, são referências para a História. Os lugares de memória são associados a eventos históricos ou experiências significativas, e em virtude disso, são considerados como sendo de importância cultural ou emocional para uma comunidade. Esses lugares são frequentemente vistos como pontos de referência para a identidade coletiva de uma comunidade e são mantidos e preservados como fontes de memória e significado.

Nora (1993) destaca que a noção de lugar de memória surge em um contexto histórico em que o mundo se desritualiza, e que a memória, historicizada pela ciência histórica, perde o caráter ritualístico da tradição. Em decorrência disso, a História cria lugares para que a memória seja preservada e a comunidade possa se ver, se conhecer, assim como onde a própria ciência histórica possa olhar para ela mesma. Podem ser exemplos de lugares de memória, monumentos, museus, cemitérios, praças públicas, edifícios históricos, mas também festas, aniversários, tratados, arquivos entre outros. Eles podem ser usados para comemorar eventos históricos, honrar personalidades importantes ou simplesmente para manter viva a memória coletiva de uma comunidade (NORA, 1993).

No entendimento de Paul Ricoeur (2007, p.58), os lugares de memória funcionam como *reminders* (lembrete) dos indícios de recordação que servem de apoio à memória falível, auxiliam em sua luta contra o esquecimento, até mesmo sendo um suprimento a memória morta. “Os lugares “permanecem” como inscrições, monumentos, potencialmente como documentos, enquanto as lembranças transmitidas unicamente pela voz voam, como voam as palavras” (RICOEUR, 2007, p.58).

Consciente do processo pelo qual as memórias coletivas foram sendo construídas ao longo da história no Brasil - contexto no qual também se insere os percursos da preservação do patrimônio cultural material, referência importante para a construção da memória-, é fundamental identificar, analisar e criticar esses “silêncios” provocados por esses usos e abusos da história no bojo das relações de poder, e na medida do possível, a partir do ensino de história, oportunizar uma reflexão crítica sobre esses silenciamentos e abrir portas para possibilidade de

potencializar vozes e visibilizar sujeitos históricos esquecidos.

Essas questões, segundo Elza Nadai (1993), emergem de uma “crise” no Ensino de História resultante do desafino entre as diversas demandas sociais e a insuficiência da instituição escolar em contemplá-las. Essa tensão, conforme Nadai (1993) caminha lado a lado com as transformações da própria ciência histórica ao longo do tempo, bem como espelha-se em um movimento de questionamento e reflexão por parte dos professores de História acerca dos pressupostos teórico-metodológicos da ciência História e do Ensino de História.

Trata-se de um movimento que ainda reverbera nos dias atuais, manifestando-se no surgimento de programas de pós-graduação *stricto sensu* como o programa de mestrado profissional em Ensino de História (ProfHistória), que traz essa discussão sobre o que ensinar, como, para quê e para quem. Visando realizar uma discussão sobre o patrimônio cultural enquanto objeto de estudo e a metodologia da educação patrimonial como ferramenta para o ensino da história, foi realizado um levantamento sobre a presença desse debate nas dissertações realizadas no ProfHistória. Entendemos que uma revisão do que tem sido estudado e discutido sobre essas temáticas no âmbito da pesquisa em Ensino de História, contribui por apontar possíveis caminhos para agregar novos conhecimentos e propor novas abordagens.

O levantamento de dissertações foi realizado em duas fases: a primeira consistiu em um levantamento e análise das dissertações no repositório de pesquisas do ProfHistória da Universidade Federal de Sergipe, a segunda, o mesmo procedimento realizado no repositório do ProfHistória Nacional. No repositório de dissertações do ProfHistória da Universidade Federal de Sergipe com o descritor “patrimônio”, foi obtido como resultado a quantidade de 272 dissertações localizadas que mencionavam o descritor no título, resumo ou palavras-chave.

A revisão de literatura aqui exposta foi realizada tendo como base o nosso objeto de pesquisa, dessa forma, das 272 dissertações, cinco dialogam diretamente com as propostas da presente pesquisa. Em virtude da grande quantidade de pesquisas sobre o tema, optamos por realizar um recorte, priorizando as dissertações que tratavam do patrimônio cultural material, no contexto urbano e que propunham a educação patrimonial como um método para ensino de História, de modo que as informações acerca sobre tais trabalhos estão sistematizadas no quadro a seguir:

Quadro 1 - Dissertações com o descritor “patrimônio” no PROFHISTÓRIA/UFS

Título	Autor	Ano
A feira e o Ensino de História: caderno de sequências didáticas a partir da feira de Itabaiana/SE.	José Wilson Moura Santos	2020
Ponteiros da memória: Educação Patrimonial no Ensino de História.	Eliane Dias Ferreira Oliveira	2020
Educação patrimonial: um olhar sobre as igrejas de Penedo – AL e a distinção social no século XVIII.	Emanuelle Socorro Goes de Macêdo	2022
O ensino de história local: conhecendo o patrimônio de Muribeca/Se	Jorge Douglas Vieira Cabral Souza	2022
O patrimônio material digitalizado: um circuito histórico a serviço do ensino de história.	Camilo Gustavo Xavier Costa	2022

Fonte: Site do Repositório de dissertações do PROFHISTÓRIA/UFS. Elaborado pelo autor.

Em ambas as fases do levantamento, os trabalhos foram lidos e fichados com ênfase no objeto de pesquisa, objetivos, referencial teórico/conceitual, metodologia e conclusões. Buscou-se também compreender como o produto foi desenvolvido e suas principais características. Analisando as dissertações, foi observado que é comum em todas elas o interesse por um processo de aprendizagem ativo e significativo, tomando o patrimônio cultural como ferramenta importante para um ensino de História, tendo como finalidade uma aprendizagem que oriente o aluno na vida prática. Enfatiza-se a importância de uma análise minuciosa e crítica do monumento.

De acordo com Oliveira (2022), “a salvaguarda da “identidade sergipana” não pode ocultar suas tensões e contradições sob o véu da cultura”. Portanto, faz-se necessário um Ensino de História problematizador, que possibilite, por meio do monumento, questionar, criticar e compreender a formação da sociedade sergipana, pois para autora “as formas apresentadas pelas cidades refletem as organizações sociais, as estruturas políticas e econômicas e ainda o modo de vida dos seus habitantes”.

Souza (2022) busca fazer uma relação entre o patrimônio e a história local, como um objeto de ensino. Ao mencionar os interesses e disputas que podem estar por trás da existência de um monumento, o autor destaca a importância de uma análise crítica das relações que os envolvem. Para Santos (2021) o ensino de história deve fazer com que o aluno se entenda como sujeito histórico no meio em que vive, percebendo-se como resultante e pertencente a ele, mas com uma propensão a atuação consciente e crítica sobre si mesmo. A aprendizagem histórica ideal deve ter como finalidade formar um aluno cidadão ativo e capaz de conhecer a sua

realidade, proporcionar um ensino para orientar a ação, desenvolver o pensamento crítico e a prática da alteridade.

Dispondo também do espaço urbano como seu objeto de estudo, é na esteira dessas discussões que se alicerça essa pesquisa, tendo o centro histórico e os patrimônios que nele se encontram como objeto e ao mesmo tempo como fonte a ser analisada, interpretada e problematizada para ensino de história a partir da educação.

No banco de dados do ProfHistória Nacional, realizamos um levantamento de dissertações em que fora utilizado um descritor específico em consonância com o objeto de nossa pesquisa, visando ter um resultado mais convergente, tendo em vista o avanço da pesquisa e a quantidade de trabalhos com os temas patrimônio e o ensino de História presentes na base de dados, optamos por recortar e utilizar o descritor “Centro Histórico”. A busca resultou em um quantitativo de dez dissertações. Na seleção das dissertações também foi observado a afinidade do objeto de estudo dessas com a nossa proposta, sendo estes a cidade ou centro histórico, por conseguinte, delimitamos ainda mais a nossa revisão a cinco dissertações. As informações sobre os trabalhos selecionados encontram-se organizados cronologicamente no quadro que se segue:

Quadro 2 – Dissertações com o descritor “Centro histórico” encontradas no PROFHISTÓRIA NACIONAL

Título	Autor	Ano
A Cidade de Cáceres/MT e o seu Patrimônio Cultural: Produção de um guia didático-histórico	Maria Solange Sá Leite	2018
O palácio da instrução e o patrimônio histórico de Cuiabá-MT: Cidade, territorialidade e educação patrimonial	Maria de Lourdes Conceição de Souza	2018
Patrimônio e Escola: o Centro Histórico de Cuiabá e as práticas educativas no ensino de história	Soely Maria de Meira	2018
Centro histórico de Belém: lugar de história e memória na sala de aula	Lourdes Machado Martins	2018
Ensino de história, educação patrimonial e lugares de memórias – Cáceres/MT	Vera Lúcia Silva de Almeida Oliveira	2021

Fonte: Site do PROFHISTÓRIA. Elaborado pelo autor.

Na pesquisa intitulada “A Cidade de Cáceres/MT e o seu Patrimônio Cultural: Produção de um guia didático-histórico”, de Leite (2018), tem-se como objeto de estudo o patrimônio cultural da cidade, e como produto, um guia didático-histórico para ser utilizado na sala de aula,

ou em aula de campo pelo centro histórico da cidade. A justificativa para a necessidade do produto, ampara-se na ausência de material voltado para o ensino da história da cidade e a falta de envolvimento dos alunos com a história local em decorrência da carência de referenciais que tratem da história local e auxiliem o professor nas aulas. Nesse sentido, o trabalho com a educação patrimonial para a autora, “serve para despertar nos alunos o sentimento de pertencimento com o local em que vivem” (LEITE, 2018, p. 9).

Ao trabalhar com a educação patrimonial aliada ao ensino de história, objetiva-se sensibilizar o aluno para a importância do patrimônio cultural existente no centro histórico da cidade, bem como de sua proteção e preservação, aproximando-o do seu meio, conhecendo a sua história. A educação patrimonial para Leite (2018), contribui para o processo de identificação do indivíduo com a sociedade em que está inserido, dessa forma, fomentando a produção de sentidos, sendo um campo de possibilidades profícuo, tanto para alunos como para professores de história. Com uma proposta semelhante e motivada pelos mesmos anseios, Oliveira (2021) busca introduzir a educação patrimonial para ensino da história local a partir dos patrimônios tombados e oficiais, conforme afirma a pesquisadora, deslocados da realidade vivida pelos alunos por não conhecerem, ou não, e se identificarem com eles.

De acordo com Oliveira (2021), memória e patrimônio cultural são “fragmentos do passado”, que podem ser, inclusive, manipulados em consonância com interesses de grupos, ou até mesmo do próprio estado, cabendo a escola e ao professor de História, propiciar diferentes caminhos de estudo para o aluno, colocando em discussão a múltiplas dimensões da memória, bem como possíveis apagamentos.

Tendo como objeto de estudo, o centro histórico de Belém-PA, Martins (2018) reflete sobre as práticas tradicionais e conteudistas que afastam os alunos da disciplina de História, e indica que no ensino de História, a “experiência desenvolvida com o patrimônio histórico, produz resultados exitosos, o estudante compreende melhor, quando o conteúdo estudado é materializado, ou seja, aliando teoria e prática” (MARTINS, 2018, p.15)

Partindo da educação patrimonial, Martins (2018) pretende avançar em relação a metodologia de ensino, afim de possibilitar a construção do conhecimento histórico escolar fundamentando-se na análise de fontes orais, escritas e visuais, existentes no Centro Histórico de Belém, levando em consideração a escolha dos alunos, sujeitos da pesquisa. Demonstra-se uma preocupação com a didática da história, bem como com a formação de uma consciência histórica “a partir da problematização do patrimônio cultural local, cujo objetivo é possibilitar aos alunos uma maior compreensão do processo de construção da História” (MARTINS, 2018, p.18) por meio da interpretação das diversas narrativas explícitas ou implícitas no patrimônio

cultural local.

Ao ressaltar a importância do patrimônio histórico e cultural para a cultura da comunidade, Meira (2018) afirma que a pesquisa aliada à uma ação educativa organizada e embasada, pode contribuir para um despertar do interesse pela preservação e reconhecimento de seus elementos identitários. Argumenta que o patrimônio cultural compõe um importante referencial da memória e identidade que pode ser mobilizado pelo aluno para compreender a relação passado-presente-futuro, de modo que, desmistificando a história e o passado, seja possível trazer os diferentes sujeitos históricos à baila, e não apenas determinados agentes. Sendo assim, os patrimônios tratam-se de “importantes documentos históricos a serem explorados no ensino de história” (MEIRA, 2018, p. 25).

Com o interesse de trazer o patrimônio cultural do centro histórico de Cuiabá/MT para a sala de aula, Souza (2018) recorre ao método da aula-oficina proposta por Isabel Barca, que consiste em aulas de campo e a criação de “percursos patrimoniais” para o estudo e investigação dos patrimônios nele presente. De acordo com Souza (2018, p.12), a proposta da aula-oficina “busca entender como se dá a construção do conhecimento histórico dos alunos, compreendendo de que forma eles se apropriam da história”. Para isso, é de fundamental importância ampliar diálogos e conhecimentos sobre os diferentes usos do patrimônio cultural, partindo do conhecimento prévio dos alunos.

Ambas as pesquisas, conforme destacado, traduzem a eficácia das estratégias da educação patrimonial para o ensino de história, principalmente no que diz respeito a história do seu meio, inserindo-os e situando-os como sujeitos históricos da sociedade a qual pertencem, articulando conhecimentos próprios da ciência referência com os do currículo da disciplina, em relação com a história da cidade, cujo os patrimônios existentes em seu centro histórico são referências importantes a serem analisadas, tendo em vista as múltiplas possibilidades de análise, inclusive, aliando-se teoria e prática, por meio da articulação das narrativas embutidas no patrimônio cultural em confronto com a utilização de outras fontes.

Adotamos na presente pesquisa a definição de patrimônio que se encontra no art. 216 da Constituição de Federal de 1998, cuja as acepções se fazem relevantes à prática profissional.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988)

Diante da situação na qual se encontram os “lugares de memória” da cidade e a ausência de uma disciplina específica de Educação Patrimonial no currículo do município que atenda a essas demandas, buscar-se-á desenvolver um referencial para o trabalho do professor e consulta dos alunos, direcionado a 3ª série do ensino médio, sobre os patrimônios com a finalidade de promover a partir do ensino de História uma aprendizagem significativa por meio da contextualização dos patrimônios presentes no centro histórico, analisando-os como fontes referentes a história da cidade e elementos formadores de uma memória coletiva, identificando as narrativas contidas neles e realizando a devida crítica com base no conhecimento histórico. De acordo com Marchette (2016, p.89), a Educação Patrimonial

É um processo de aprendizagem que se realiza mediante a utilização dos bens culturais, de natureza material e imaterial, como recursos educacionais. Tal processo permite aproximar a sociedade do patrimônio cultural que a representa simbolicamente promovendo a ampliação do entendimento da história passada e presente.

A necessidade de um estudo acerca do patrimônio cultural e sua utilização no ensino da História fundamenta-se na percepção de que os alunos não se reconhecem como sujeitos históricos atuantes no seu entorno, e esse não reconhecimento desencadeia uma série de problemas como a formação de jovens que não poderão exercer plenamente a sua cidadania, pois não se percebem como indivíduos de direito uma vez que “Na vida comunitária, a educação patrimonial é um elemento estratégico da atuação política, da constituição da memória e da sustentabilidade dos saberes tradicionais” (MARCHETTE, 2026, p. 89).

Um ensino de História que não se preocupa com o patrimônio cultural, história local e a formação de uma consciência histórica, tem como consequência formar pessoas alheias a realidade do seu lugar e incapazes de agir assertivamente pela mudança e propor possíveis soluções para problemas vivenciados em sua comunidade. Nossa hipótese é que a situação descrita anteriormente é resultado da ausência de discussões sobre a experiência da história local, seja em termos de pesquisa e projetos pedagógicos, seja na forma curricular, o que se revela em uma carência de ferramentas para o ensino da história de Monte Santo/BA, de forma significativa.

Na esteira das discussões sobre patrimônio, educação patrimonial e ensino de História, as investigações de Jaqueline Aparecida Martins Zarbato (2018) serviram de ponto de partida para pensar as potencialidades da educação patrimonial para o aprendizado histórico, uma vez que as concepções relacionadas ao patrimônio cultural podem contribuir para a ampliação das

noções históricas, bem como adentrando na história regional e local aliar os temas históricos à vida prática. Segundo a autora:

Pensar no patrimônio cultural é inserir nas discussões históricas, as abordagens da educação patrimonial, a qual contribui para adentrarmos na história regional e local, de forma que possamos participar do processo de reconhecimento, valorização e preservação de identidades que são representadas pelo patrimônio. A preservação da memória, entendida aqui como elemento essencial para a valorização da identidade e da cidadania cultural em determinado lugar e situada num determinado tempo histórico contribui para a percepção do que fica registrado por diferentes grupos culturais acerca dos diferentes elementos patrimoniais. (ZARBATO, 2018, p. 43-44)

A pesquisa buscou dialogar também com Paul Ricoeur (2007), que aborda a relação entre a história e a memória. Discute o fenômeno do esquecimento e como ele afeta a nossa compreensão da história e da memória, bem como o cenário de disputas em que se decide a memória que se preserva, e a que será silenciada. O autor também destaca a importância da interpretação na construção da história e da memória, e a importância da memória para a formação da identidade cultural individual e coletiva.

Nossa concepção de aprendizagem histórica se fundamenta nas proposições de Jorn Rüsen (2010), cuja noção de aprendizagem histórica consiste na capacidade de pensar historicamente, mais especificamente dominar “operações” e “formas” de lidar com o passado e de produzir sentido na experiência com tempo através da narrativa histórica. De acordo com Rüsen (2010), aprender historicamente seria mobilizar habilidades mentais que possibilitam produzir sentido na experiência temporal. Tais habilidades seriam experimentar, interpretar, orientar-se.

Diante do exposto, nosso trabalho é composto por uma Introdução e três seções. Na “Introdução”, tratamos de questões fundamentais para pesquisa, apresentando o nosso objeto de pesquisa e os conceitos que serão aprofundados no seu decorrer, além de destacar os objetivos, apresentamos a justificativa da pesquisa, realizarmos uma revisão de trabalhos da área e abordamos previamente o produto da dissertação.

Na primeira seção, intitulada “Monte Santo: a Terra do Sol” realizamos um breve histórico do município de Monte Santo/BA, destacando suas características locais, fatos envolvendo sua história e sua cultura, também é abordado o surgimento do projeto de Educação Patrimonial na cidade, ações realizadas para preservação do patrimônio cultural da cidade. Na segunda seção, que tem como título “Centro histórico de Monte Santo: reinterpretando o patrimônio cultural material”, aprofundamos os conceitos apresentados anteriormente e fazemos uma análise dos patrimônios do centro histórico da cidade enquanto “lugares de memória”, abordamos sua história e a de cada patrimônio existente nele, contextualizando cada

um deles de acordo com a sua tipologia, estabelecendo relações com a história nacional problematizando-a. Na terceira, apresentamos a estrutura do nosso produto, intitulado “Caminhos da Terra do Sol: enveredando pela História a partir do centro histórico de Monte Santo/BA”, trata-se de uma sequência composta de três roteiros didáticos que tem por finalidade servir de ferramenta para as aulas de História tendo como ponto de partida a história da cidade, utilizando como referência os lugares que compõem parte do seu patrimônio cultural. Aliado a essas questões buscamos fundamentar nosso produto com base nas orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Referencial Curricular do Estado da Bahia, orientando nossa metodologia a partir dos métodos da educação patrimonial em diálogo com Zarbato (2018), bem como na teoria de aprendizagem histórica proposta por Rüsen (2010). Nosso roteiro tem como público alvo uma turma do 3º ano do Ensino Médio do Colégio Estadual Santa Cruz, em Monte Santo -BA. Por fim, concluimos a proposta com algumas considerações e provocações.

2. MONTE SANTO: A TERRA DO SOL

Monte Santo/BA foi cenário de acontecimentos históricos que se relacionam com a história nacional, algumas vezes como testemunha atenta, alhures tendo o seu povo como parte atuante na História. Desde o período colonial e das sesmarias, quando tratava-se de uma das várias fazendas que compunham o domínio senhorial da Casa da Torre, perpassando pela era dos missionários capuchinhos, período no qual esteve por suas terras o “apóstolo dos sertões”, o frade Apolônio de Todi, idealizador do Calvário sertanejo, o Santuário da Santa Cruz, local de peregrinações religiosas católicas que foi de fundamental importância para o surgimento da cidade. A seguir uma imagem contemporânea da principal praça da cidade de Monte Santo/BA, elemento que compõe o nosso objeto de estudo.

Imagem 1: Vista panorâmica da Praça Monsenhor Berenguer, Monte Santo -BA



Fonte: autoria própria, 2021

Como pode-se visualizar não só da religiosidade se fez Monte Santo, há também o achado científico do Meteorito do Bendegó e uma das mais audaciosas empreitadas da engenharia do transporte da história brasileira, o envolvimento na Guerra de Canudos, as passagens do beato Conselheiro e de Lampião. Os registros da Coluna Prestes, os relatos da filmagem do filme “Deus e o Diabo na Terra do Sol”, do cineasta baiano Glauber Rocha, a luta das comunidades eclesiais de base e do povo camponês pelo direito a terra e como tudo isso foi retratado na Minissérie da Rede Globo “O pagador de Promessas” de Dias Gomes, entre tantos outros aspectos.

Distante de explorar a história de Monte Santo/BA e tendo em vista atingir os objetivos da presente dissertação, a primeira seção do trabalho está dividida em duas partes. De início nos atemos a um breve histórico da formação da cidade de Monte Santo/BA, perpassando pelo surgimento da Praça Monsenhor Berenguer, sua história e importância. Na segunda, tratamos sobre a criação, formação e atuação do projeto de educação patrimonial “Conhecendo o meu lugar”, que funcionou durante o período de 2015 a 2020 e cujo o autor dessa dissertação foi um dos seus monitores, uma vez que sua existência foi fundamental para suscitar a realização dessa pesquisa.

2.1 Breve histórico do município de Monte Santo

Assim, do labor missionário de um gigante do evangelho, teve origem a lendária e encantadora Monte Santo. Nas pedras e rochedos em que se assenta a imponente “meca” da devoção popular, restam gravadas de forma indelével as marcas de heroísmo de um povo que lutou contra todas as adversidades que lhe foram impostas, mantendo-se firme, forte e resoluto”. (NASCIMENTO, 2018, p. 58)

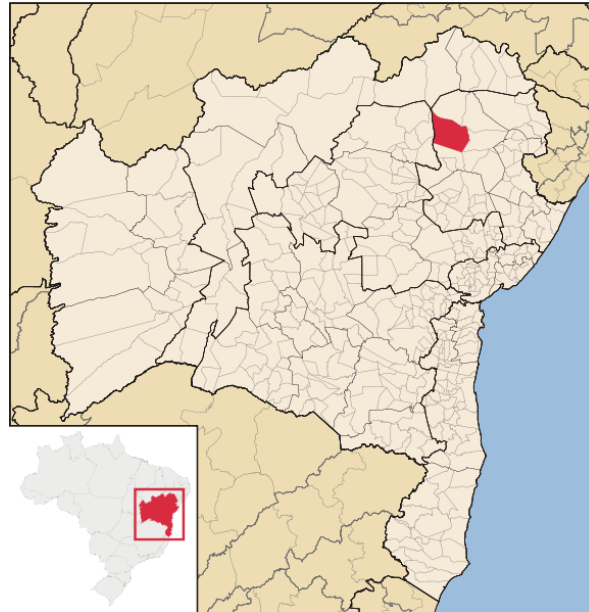
A citação exposta trata-se de uma passagem do livro “Crônicas da Terra do Sol”, de autoria do escritor e memorialista monte-santense José Gonçalves do Nascimento. Escolhi esse trecho da obra para iniciar essa dissertação pela sua capacidade de síntese de elementos fundamentais para a formação da cidade, o catolicismo de inspiração popular e a audácia e veemência da ação sertaneja em sua luta contra as adversidades intrínsecas à sua história. Em diferentes momentos dessa dissertação são expostos desdobramentos dessa ação sertaneja movida pela fé ou em função de variadas condicionantes, a partir da memória imortalizada nos monumentos que compõem a praça da cidade, e da própria praça em si, enquanto “lugar de memória” e espaço no qual se desdobram manifestações culturais diversas e a dinâmica urbana.

Monte Santo é um município localizado no estado da Bahia (Mapa 1), com altitude de aproximadamente 489m acima do nível do mar, suas coordenadas geográficas são 10°26’ latitude Sul e 39°20’ longitude Oeste. A temperatura média anual é de 23,6°C com pluviosidade variada. De acordo com a SEI (2015), compõe a mesorregião geográfica do Nordeste baiano, dentre o total de 15 regiões que compreendem o estado da Bahia, e faz parte da microrregião geográfica de Euclides Cunha.

O município compreende uma área correspondente à 3.034,197 km², possui uma população de 47.780 habitantes e uma densidade demográfica de 15,75 habitantes por km² (IBGE, 2022). Atualmente seu território limita-se com os municípios de Euclides da Cunha, Cansanção, Itiúba, Canudos, Andorinha e Uauá (Mapa 2). Encontra-se a uma distância de 359

km de Salvador, capital do estado. (SEI, 2019)

Mapa 1: Localização de Monte Santo no estado da Bahia



Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bahia_Municip_MonteSanto.svg Acesso em: 29 Ago. 2023.

Mapa 2 : Localização de Monte Santo e municípios limítrofes.



Fonte: Google Earth, 2023

O município de Monte Santo está situado na 12ª Região Administrativa do estado da Bahia, cuja sede está na cidade de Serrinha. Em se tratando de seu contexto cultural, Monte

Santo faz parte dos de 20 municípios que integram o Território de Identidade do Sisal⁵, um dos 27 territórios de identidade reconhecidos pelos Governo da Bahia segundo especificidades territoriais, sociais e culturais de cada região (SEI, 2016). Possui clima semiárido e integra o chamado polígono das secas, área do nordeste reconhecida pela legislação brasileira como sujeita às secas e a crises provenientes do prolongamento da estiagem, sendo uma região requer ações especiais do estado.

Totalmente inserida no polígono das secas a área apresenta clima semiárido característico, tipificado pela escassez de recursos hídricos superficiais, devida à baixa precipitação anual, entre 400 e 750 mm, além das médias elevadas de temperatura e forte evaporação. Nesse cenário climático adverso, agravado pela quase onipresença de solos rasos, estéreis, a terra é utilizada, em sua maior parte, como pastagens, em suporte a uma pecuária extensiva, sobretudo de caprinos e ovinos. (MELO, 2019, p. 8)

Monte Santo tem seu território e povoamento procedentes das terras que integravam o extenso domínio senhorial da Casa da Torre, administrada por Garcia D'Ávilla. A fazenda Soledade, em que havia um logradouro de gado denominado Pico Araçá ou Piquaraçá, local onde se formou a cidade, foi arrendada por João Dias de Andrade em 1759 e vendida posteriormente à Francisco da Costa Tôres, tendo como intermediário Manuel Félix de Andrade, procurador da casa da Torre. (IBGE, 1958, p. 43).

O povoamento de Monte Santo surgiu aos pés da serra do “Pico Araçá”, tendo como catalizador do seu crescimento a religiosidade em torno da obra realizada pelo capuchinho italiano Frei Apolônio de Todi. Em 1785, o frade realizava o sacerdócio catequizando os indígenas da aldeia de Massacará, atualmente em terras pertencentes ao município de Euclides da Cunha, quando este, em outubro do mesmo ano, fora convidado para realizar uma celebração em uma fazenda de nome Lagoa da Onça, de propriedade de Francisco da Costa Tôres.

Ao chegar na fazenda, o missionário e os que o acompanhavam se depararam com tremenda escassez de água, fato que ocasionou na mudança do local da celebração. Resolveram então realizar a missão no logradouro de gado no sopé da serra do Piquaraçá, onde havia um olho d'água em abundância. Na paragem encontrou uma pequena capela de palhoça usada como

⁵ A classificação das regiões do estado da Bahia em Territórios de Identidade pela SecultBA começou em 2007, utilizando-se do conceito da SEI – Superintendência de Estudos Econômicos, para o MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, lastreados pelo conceito de Território, muito adequado à lógica cultural. São reconhecidos 27 Territórios de Identidade, demarcados por critérios ambientais, econômicos e culturais, entre outros, além de observar as populações como grupos sociais relativamente distintos, os quais indicam identidade, coesão social, cultural e territorial. Deste modo, a SecultBA assumiu a Política de Territorialização da Cultura, em todas as suas instâncias, em atenção à diversidade de manifestações culturais dos Territórios de Identidade. Disponível em <http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=314>. Acesso em 01 de jun. 2023.

casa de oração, e em seu interior uma imagem sacra de Nossa Senhora da Conceição. O Frei Apolônio escreve sobre esse fato em uma carta datada de 20 de dezembro de 1804, e endereçada ao juiz de fora Dr. Baltazar da Silva Lisboa e transcrita em seu livro intitulado *Annaes do Rio de Janeiro*, com atualização da grafia: “Chegando ao pé desta serra, achei uma fazenda de gado, e uma casinha de palha onde o Reverendo Vigário vinha de 4 ou em 5 anos, e nesta desobrigava 7 ou 8 dias a gente que vinha, que era chamada Casa de oração, o que vendo fiquei confuso” (LISBOA, 1835, p.196-197).

Mirando a serra, o capuchinho se impressionou com a semelhança desta com o monte calvário, e inspirando-se, teve a ideia de realizar uma missão no lugar. Iniciou a armação de uma capelinha de madeira e uma latada para dar continuidade a missão, posteriormente, em procissão de penitência, o frade ordenou que fizessem cruzes grandes e mobilizou os sertanejos a abrir caminho até o cume da serra fincando cruzes ao longo do percurso a uma distância de aproximadamente 200 metros entre elas, lembrando os passos de Nossa Senhora das Dores e de Nosso Senhor. “Ao término da Santa Missão, no dia de todos os Santos, o frade organizou uma procissão para subir a serra e foi colocando cruzes de madeira no caminho “no modo e na distância que ordenam os sumos pontífices” (SILVA, 1983, p. 3).

Conforme Silva (1983) quando a procissão com a colocação das cruzes estava no meio de seu trajeto, houve um grande furacão que chegou a apagar as lamparinas dos penitentes, obrigando-os também a se abaixarem. Frei Apolônio teria dito aos fiéis que nada temessem, mas que invocassem o nosso Senhor do Amparo, imagem cujos peregrinos carregavam. Feito o sinal Santa da Cruz, o vento forte cessara. Retomaram a procissão acendendo as lamparinas e terminando a instalação das cruzes. Por fim, desceram o monte rezando até o local de início da missão onde foi feito o sermão de conclusão da procissão, e o frade recomendou ao povo que no dia santo viessem visitar as Santas Cruzes, também estabeleceu que a partir daquele momento não chamassem mais a serra de Piquaraçá, mas sim de Monte Santo.

Segundo Venâncio Filho (2016), em sua obra “O Sagrado e o Profano no Sertão da Bahia”, a Via Crucis em Monte Santo fora construída com a supervisão direta de Frei Apolônio de Todi, que voltava de tempo em tempo para acompanhar as obras que realizava. Quando se ausentava em missão em outras regiões, o capuchinho incumbia pessoas de sua confiança para cuidarem do caminho pontilhado de cruzes. O lugar tornou-se um ponto de peregrinações de fiéis da região, que traziam consigo relatos de milagres e graças atendidas, espalhavam-se por toda região notícias de pessoas que vinham de longe com os mais variados tipos de enfermidade, que beijavam as cruzes e voltavam curados dos seus males.

Em uma carta assinada pelo capuchinho, foi relatado um episódio em que teria havido

a incidência de um arco-íris na direção das cruzes, demarcando os lugares onde presentemente estão a capela de Nossa Senhora das Dores e a capela do Calvário, atual Santuário da Santa Cruz, fenômeno este que perdurou por sucessivos dias, sendo considerado um milagre pelo povo da região e intensificando o movimento de peregrinação ao monte. Conforme Silva (1983, p.4), Frei Apolônio sentiu que era necessário retornar em Monte Santo e dar continuidade a sua obra, ampliando-a. Na mesma carta o frade afirma que tudo se tornou mais “fácil” e “breve”, e o povo lhe forneceu todo o auxílio necessário para a continuação da obra.

Em 1787, os passos da via-sacra foram sendo fechados e as cruzes são substituídas por capelas (VENÂNCIO FILHO, 2016, p.88), ao longo do caminho foram construídas 25 capelas de alvenaria em uma distância de 200 metros cada, contendo painéis representando os passos do martírio de Jesus Cristo. No cume do monte, fora construída uma capela representando Calvário, também uma nova igreja para substituir a capelinha de Nossa Senhora da Conceição (PEDREIRA; ROCHA, 1996, p. 10-11). Em 1790, fora criada por intermédio de Frei Apolônio de Todi a freguesia e a Irmandade dos Santos Passos, o qual foi o primeiro vigário encomendado o Padre Antônio Pires de Carvalho. As obras foram concluídas em 1791, conforme afirma o frade em carta. (SILVA, 1983, p. 4)

O Coronel Durval Vieira de Aguiar, uma referência do livro “Os sertões”, registrou suas impressões acerca da via-sacra de Monte Santo, em sua obra “Descrições Práticas Província da Bahia”.

Até o cume da Serra a estrada é larga, porém íngreme, se bem que calçada nos lugares terraplenos. A ascensão é fatigante e necessariamente morosa; porém suavizada com o exame dos passos, que servem de agradável descanso. Na encosta, a meio caminho, encontra-se uma engraçada ermida em curiosa e poética posição; e no cimo, representando o Calvário, uma sólida capelinha, elegantemente decorada, de onde se avistam 20 léguas; destacando-se, embaixo, a vila ao pé da serra, em uma profundidade que só permite se avistar o telhado das casas. (AGUIAR, 1979, p. 81-82)

Em 1794, Monte Santo tornou-se distrito de paz, pertencente ao termo de Itapicuru de Cima. No dia 21 de março de 1837, o povoado é desmembrado e emancipado, sendo elevado à categoria de vila pela Lei Provincial nº 51, sancionada pelo então presidente da província, Antônio Pereira Pedroso, por ocasião da qual fora instituída a intendência municipal, ocorrendo sua fundação oficial no dia 15 de agosto de 1837 (IBGE, 1958, v.21, p. 43). No dia 30 de agosto de 1837, o município recebe o nome de Coração de Jesus de Monte Santo, tendo como primeiro intendente o padre José Vitor Barberino (IBGE, 1958, v.21, p. 47).

Em 25 de julho de 1929, Monte Santo foi elevado à categoria de cidade, haja vista a Lei Estadual nº 2.192, passando a ser chamado pelo nome atual. Do município de Monte Santo

nasceram os municípios de Euclides da Cunha, Uauá e Cansanção, que no de 1952, já haviam sido todos desmembrados e, atualmente, fazem divisa com o seu território. A cidade se formou no entorno da praça da matriz, atual Praça Monsenhor Berenguer, objeto da presente dissertação, na qual estava situada a capelinha de Nossa Senhora da Conceição, construída sob as orientações de Frei Apolônio, que com o passar do tempo, foi sendo modificada tornando-se a Igreja Matriz da cidade.

No que diz respeito a cidade enquanto objeto de conhecimento histórico, Françoise Choay (2017) destaca seu contexto situado após as transformações no espaço urbano em decorrência da revolução industrial, mudanças que se iniciam na Inglaterra e na França, mas que logo se ampliam a outros países na medida em que o processo de modernização industrial se estende, o que causa uma “perturbação traumática do meio tradicional”, “a cidade antiga” se torna objeto de investigação” (CHOAY, 2017, p. 179), sendo os primeiros a estudá-la arquitetos e engenheiros. Entretanto, Choay (2017) frisa que a confrontação entre a cidade antiga e a cidade do presente não se confunde com a deflagração da preservação do espaço urbano antigo. As formações antigas ganham seu caráter conceitual na medida em que se torna um obstáculo aos novos modelos de organização do espaço urbano. “A noção de patrimônio urbano histórico constitui-se na contramão do processo de urbanização dominante (CHOAY, 2017, p. 177)”.

Meneses (1996), ao problematizar a noção de cidade, destacou a dificuldade em tomá-la como uma categoria estável e universal, destacando-a como um complexo de fenômenos e articulações multiformes, dessa maneira, sendo adotada pelo historiador como categoria, impõe-se a necessidade de “historicizar a cidade como um ser social” (MENESES, 1996, p.147), analisando as práticas e representações da sociedade que a constitui e que é responsável pelo movimento que a transforma.

Em se tratando da morfologia da paisagem urbana, Meneses (1996) percebe as formas da cidade para além de estímulos sensoriais e de elementos puramente empíricos e visuais, e recomenda que outros aspectos sejam levados em consideração a despeito de uma morfologia como realidade autônoma em que natureza e atributos são postos em si mesmos. Embora existam elementos morfológicos dotados de certa densidade e que podem ser singularmente remetidos a todo um conjunto de significações, tomar atributos formais como inerentes às coisas pode resultar em uma naturalização equivocada que acaba por ocultar as propriedades específicas das relações sociais na formação da paisagem urbana, reificando a noção de cidade. “A reificação é tal processo de transferência que impede o reconhecimento do lugar de geração das formas, dos valores e sentidos que elas implicam e das funções que desempenham e efeitos que provocam” (MENESES, 1996, p. 148).

Para evitar a “desfiguração profunda” resultante do processo de reificação, Meneses (1996) propõe que a cidade seja analisada tendo em perspectiva três dimensões interdependentes, em relação simbiótica. Estas são: a cidade como *artefato*, resultado de interações sociais, deste modo fabricada, historicamente elaborada. “O artefato é um segmento da natureza socialmente apropriado, ao qual se impôs forma e/ou função e/ou sentido” (MENESES, 1996, p. 149). Assim sendo, a cidade é produzida a partir da influência de forças de diversas procedências as quais não devem passar despercebidas, entre as citadas pelo autor destaca-se as forças de caráter econômico, político, social e cultural.

Ainda dentro dessa perspectiva, o artefato, portanto, produz-se em um cenário de forças em tensão, nesse sentido, enfatiza-se a dimensão de *campo de forças* do qual a cidade torna-se ao mesmo tempo um produto e um vetor. Mais além, a cidade também é uma *representação* constituída das práticas sociais e resultado desse complexo campo de forças. Nos artefatos as práticas sociais buscam reproduzirem-se, sendo essa a função de sua produção, evidenciando o caráter não natural da intervenção humana na realidade, sempre movida por suas representações sociais, distanciando-se dos aspectos artificial, mecânico e aleatório, geralmente a ela associados.

Dessa forma, na presente dissertação e tendo em vista o produto apresentado, nos interessa como os estudantes de ensino médio de uma escola pública de Monte Santo/BA experienciam os patrimônios existentes no centro histórico da cidade, as representações que os mesmos possuem desses patrimônios e se existe alguma relação de identificação com eles. São essas questões que buscamos elucidar no produto final.

É preciso levar em consideração todas as dimensões da cidade, principalmente no que diz respeito ao seu sentido enquanto representação, estas são como camadas interligadas que envolvem o entendimento desta enquanto um ser social.

Aqui também o risco de reificação é grande: a *morfologia urbana* deixará de ser um componente da cidade como ser social e passará a se comportar como uma espécie de cenário, embalagem, continente sem um conteúdo solidário, dotada de atributos intrínsecos. E a imagem visual, no caso, nem teria como pressupor um referente que não fosse derivado de uma pura e abstrata visualidade (MENESES, 1996, p. 149)

Na esteira dessas reflexões, partindo das formulações de Meneses, interpretamos a cidade de Monte Santo/BA enquanto bem cultural, tendo como foco o seu centro histórico e os elementos que o compõem, analisando as representações históricas e culturais nele presentes, levando em consideração as dimensões da cidade para fazer-se compreender esse espaço dinâmico no qual essas representações encontram-se instituídas, deixando o seu mero aspecto

mental, para ganhar materialidade nas formas e alusões que envolvem a sua paisagem e transformações sofridas ao longo do tempo.

Assim, colocamos em diálogo o canto histórico de Monte Santo/BA, seu patrimônio e a proposta dos roteiros didático com os ensinamentos de Zarbato (2018) sobre a utilização da Educação Patrimonial no aprofundamento sobre o conhecimento histórico, na medida em que potencializa a cultura regional e o patrimônio, ao suscitar diferentes interpretações sobre os mesmos, possibilitando aos professores e estudantes “conhecer, dialogar, aprender e ensinar sobre a história e a cultura da cidade e da região (ZARBATO, 2018, p. 36). Mobilizar as “múltiplas memórias” que permeiam os atores sociais, a exemplo dos próprios alunos do ensino média, auxilia na compreensão da história da cidade, da comunidade e de grupos sociais, além de provocar reflexões sobre seus sentidos, significados e atores.

2.1 Educação patrimonial na “terra do sol”

Mesmo possuindo uma história notável e tendo como marca preponderante as potencialidades das romarias e do turismo religioso católico, em Monte Santo/BA, na contramão de sua riqueza histórica e cultural, pouco se fez no que diz respeito a políticas públicas de incentivo à cultura e valorização de seu patrimônio. Embora, tenham havido algumas ações, sempre pontuais, não reverberaram significativamente em promover a cultura local, e com o passar do tempo, cada vez menos a comunidade tem se envolvido com as práticas culturais da cidade, muitas vezes agindo como estrangeiros em seu próprio lugar.

Trabalhar a cultura e história locais, principalmente nas aulas de História em Monte Santo/BA, torna-se um desafio pela falta de formação adequada ou pela carência de ferramentas didáticas que possam servir de referência para o professor e que envolvam o aluno com a história local, proporcionando uma interpretação crítica da história de sua cidade, bem como possibilitando com que o educando possa reconhecer-se na história do seu lugar e compreender os processos históricos do qual faz parte e tem um papel de sujeito histórico, assim como entender as práticas sociais que estão presentes na sociedade a qual integra.

Nesse sentido, a Educação Patrimonial tem um papel fundamental em relação ao ensino de história. De acordo com Zarbato (2018) a discussão sobre Educação Patrimonial e ensino de história parte das perspectivas de utilização do universo cultural do aluno para permitir diferentes formas de leitura e interpretação do mundo. “Assim pode-se dizer que, a Educação Patrimonial é um instrumento de ‘alfabetização cultural’ que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da

trajetória histórico-temporal em que está inserido” (ZARBATO, 2018, p. 33)

Percebido o processo de descaracterização avançado pelo qual o patrimônio cultural material e imaterial de Monte Santo/BA vem passando, desde a destruição dos casarões de característica arquitetônica colonial, o descaso no qual se encontrava o caminho e o Santuário da Santa Cruz e o desaparecimento das tradições populares locais, era necessário pensar em uma forma de tratar da história e cultura local e apresentá-la para as novas gerações. Em sua tese de doutorado intitulada “Bahia, o palco do nascimento do Brasil” Brito (2019) analisa os processos de patrimonialização de cidades coloniais baianas durante o período da ditadura civil-militar entre os anos de 1966 e 1983, abrangendo a cidades de Porto Seguro, Cachoeira, Lençóis, Rio de Contas, Mucugê, Itaparica, Santa Cruz Cabralia, Monte Santo e o centro histórico de Salvador. Na tese, a cidade de Monte Santo aparece denominada como de arquitetura tipicamente colonial, ou seja, entre as cidades surgidas entre o século XVI e XVIII e que possuem o traçado urbanístico desse período (BRITO, 2019, p. 15)

Bruto (2019) discorre que o tombamento dessas cidades não se deu rapidamente, mas ao longo de duas décadas em que a intelectualidade baiana teve um papel de destaque, argumentando e reivindicado pela proteção do patrimônio paisagístico e arquitetônico desses espaços. A patrimonialização desses conjuntos urbanos é atribuída a uma circulação de novas concepções preservacionistas surgidas no Brasil na segunda metade da década de 1960, tendo como principal pauta a proteção da paisagem urbana das cidades e dos centros históricos. Em suas palavras:

[...] a criação do Conselho Federal de Cultura e do Conselho Estadual da Bahia, que apresentou um papel protagonista no processo de reivindicação na salvaguarda dos conjuntos urbanos e arquitetônicos; além da reivindicação por parte dos grupos políticos baianos em investimentos para a preservação, conservação, restauro e uso do patrimônio arquitetônico da Bahia, quando estes encontraram nas heranças culturais do passado o principal vetor do desenvolvimento do turismo. (BRITO, 2019, p. 27)

Cabe, antes de discutir o papel da municipalidade e da população local no processo de patrimonialização de Monte Santo/BA, trazer uma breve explanação sobre a ampliação dos debates acerca da preservação do patrimônio cultural abrangendo as cidades e seus centros históricos sob a perspectiva tridimensional urbanização/desenvolvimento econômico/preservação do patrimônio, bem como a inserção dos estados e municípios no que diz respeito as políticas preservacionistas.

De acordo com Marchette (2016), desde os primórdios da política patrimonial brasileira, já era possível observar uma certa preocupação com a preservação das cidades e os seus centros históricos. “Em 1933, antes mesmo da Constituição de 1934 e da criação do

IPHAN, a mineira Ouro Preto, graças a um decreto federal, foi considerada monumento nacional pelo seu acervo arquitetônico” (MARCHETTE, 2016, p. 67). Distante do que fora nos tempos do ciclo da mineração no Brasil, a antiga capital de Minas Gerais encontrou na arquitetura colonial a possibilidade de potencializar seu desenvolvimento aproveitando-se de seu *status* de cidade histórica.

Costa (2022) destaca que no ano de 1964, ocorreu uma ampliação dos debates acerca da temática patrimonial a proporções internacionais, especialistas no tema patrimonial se reuniram em um Congresso em Veneza no qual se discutiu “acerca da valorização de lugares considerados importantes para as comunidades e conjuntos urbanos não monumentais, não se restringindo aos locais importantes para os grupos sociais mais abastados” (COSTA, 2022, p. 50). Nesse sentido, no que diz respeito aos conjuntos urbanos a Carta de Veneza (1964), resultante desse evento, traz recomendações que evocam uma concepção de patrimônio muito além da sua importância estética, mas visando o seu significado cultural.

Em 1970, testemunha-se o aumento da população mundial e em decorrência desta, várias problemáticas se impõem no que diz respeito aos processos de urbanização, acesso aos serviços essenciais e a moradia, fazendo-se necessário um modelo de urbanização e utilização dos recursos naturais e humanos. É nesse contexto, que segundo Costa (2022, p. 51), surge a Carta de Machu Pichu em 1977, como uma complementação da Carta de Atenas (1933). Preconiza-se na carta de 1977 a viabilidade de um processo urbanístico integrador, no qual ao invés de setorizar, possa-se integrar, buscando um “planejamento como meio sistemático, inserindo em seu bojo os problemas e oportunidades, contribuindo a partir dessas perspectivas para o crescimento e desenvolvimento urbanos, tudo isso dentro dos limites dos recursos disponíveis” (COSTA, 2022, p. 52)

No Brasil, a década de 1960 marcou a inserção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)⁶ nas discussões acerca de uma urbanização e desenvolvimento econômico em sintonia com a preservação do patrimônio cultural, tendo em vista os debates que ocorriam a nível internacional e a necessidade de envolver os estados e municípios dentro do espectro da política preservacionista. A criação do Conselho Federal de Cultura (CFC) em 1966, representa justamente um rompimento com a centralização das políticas preservacionistas, com a criação de órgãos específicos de cultura nos estados e municípios.

Segundo Brito (2019), em 14 de maio de 1967, durante a ditadura civil-militar, que o governo do estado da Bahia, sob o comando do então governador Luiz Viana Filho, outorgou a

⁶ Visando uma melhor fluidez da leitura do texto, optamos por não utilizar as variações históricas do nome do principal órgão federal de proteção do patrimônio cultural no Brasil, mantendo a versão atual.

Constituição da Bahia, no qual encontram-se algumas passagens no que diz respeito a implantação do Conselho Estadual de Cultura (CEC) e sua normatização. Na mesma data, segundo o autor, ocorre o reconhecimento da cidade colonial de Cachoeira no Recôncavo Baiano como Monumento Histórico Estadual.

A criação do Conselho Estadual de Cultura da Bahia ocorreu alguns meses depois, por intermédio das Leis nº 2463 e nº 2464, instituindo também o Conselho Estadual da Educação (CEE), no dia 13 de setembro 1967. Desse modo, é possível dizer que no mesmo momento da criação do CEC ocorre o reconhecimento de Cachoeira como uma cidade histórica baiana. Em outras palavras, já circulavam na Bahia os discursos em favor da proteção dos seus conjuntos urbanos e arquitetônicos. Cachoeira, a partir deste momento, tornar-se-ia símbolo deste processo político de reconhecimento das cidades baianas enquanto patrimônio histórico e artístico nacional. (BRITO, 2019, p. 29-30)

Ainda de acordo com Brito (2019, p. 30), dentre as funções dos conselhos estaduais cabia assegurar a manutenção de atividades culturais e relativas ao patrimônio histórico e artístico, bem como a aplicação de fundos dos planos de cultura. Competia aos conselheiros – indicados pelo executivo estadual – se dedicar às ações de preservação do patrimônio histórico e artístico do estado normatizando políticas culturais e propondo medidas de proteção do patrimônio. Em síntese, os conselhos estaduais realizavam em âmbito estadual o que o Conselho Federal de Cultura Federal assumia em caráter nacional, a defesa da cultura e do Patrimônio Histórico e Artístico Baiano.

Ao estimular a criação de Conselhos Estaduais e Municipais, o Conselho Nacional buscava ampliar e garantir a implantação de políticas culturais, consolidando assim um sistema nacional de cultura que pudesse atender as demandas regionais. Desta forma, ambos deveriam se articularem, conselhos municipais com os estaduais, gozando de uma autonomia, mas atuando de acordo com as diretrizes gerais CFC.

Nesse ínterim, ocorre o afastamento de Rodrigo Melo Franco de Andrade da direção executiva do antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) após 30 anos a frente do cargo. Seu substituto, o arquiteto Renato de Azevedo Duarte Soeiro, permaneceu a frente do órgão de 1967 até 1979. A administração de Soeiro limitou-se a manter tudo o que havia sido estabelecido ao longo dos 30 anos anteriores, com a exceção de que a política de tombamento, antes destinada a construções individuais, passa a focalizar conjuntos, dado ao contexto de avanço rápido da industrialização verificado desde os fins da década de 1950 e ao longo da década de 1960. As mudanças urbanas decorrentes desse processo, assim como o desenvolvimento da malha viária “interferindo tanto no acesso como na composição

dos trânsitos às/das cidades e o rápido desenvolvimento urbano e, conseqüentemente, uma grande valorização imobiliária” (OLIVEIRA, 2008, p. 27).

Nessa perspectiva, foi implementado o PCH - Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas, do Nordeste, em 1973, com um montante de recursos bastante elevado em se tratando da preservação/conservação do patrimônio histórico. Em 1975, surgiu a proposta de expansão do Projeto para os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. (OLIVEIRA, 2008, p. 27)

Em um cenário político de um governo militar e de economia assentada nos incentivos estatais ao setor agroexportador, já não se colhiam os frutos do milagre econômico, mas suas consequências. A população brasileira amargava a realidade dos altos índices de concentração de renda, analfabetismo e exclusão social e política (MARCHETTE, 2016). Nesse sentido, visando o desenvolvimento regional e, por conseguinte, o nacional, buscou-se investir em projetos integradores no formato de polos, sendo o Polo Nordeste, por se caracterizar como uma das regiões de menor desenvolvimento, o foco dessas ações.

Os projetos integradores contavam com um fundo orçamentário especial. “Foi o Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados que viabilizou o PCH, por exemplo” (MARCHETE, 2016, p. 71). Implantado pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral do Brasil e em atividade entre 1973 e 1987, o Programa de Cidades Históricas (PCH) tinha o objetivo de agregar a preservação do patrimônio cultural às micropolíticas desenvolvimento econômico.

Conforme Brito (2019) aponta, a Bahia possuiu protagonismo no que tange a preservação dos conjuntos urbanos e centros históricos, isso se deu em parte pela apropriação pelo político Antônio Carlos Magalhães da pauta preservacionista durante sua gestão como governador da Bahia, sucedendo Luiz Viana Filho em 1971, em parte pela aproximação do governador do estado com os presidentes-militares do Regime, inclusive o então presidente Emílio Médici.

Antônio Carlos já vinha incorporando o preservacionismo à sua imagem política desde quando prefeito de Salvador, em que empenhava-se no processo de restauração do Pelourinho, onde aos poucos vai transpondo o debate para o seu projeto político e passa a liderar o processo de reivindicação por recursos para a preservação e uso econômico do centro antigo de Salvador. “O carlismo foi se apropriando desse debate, fazendo parecer, muitas vezes, que era a prefeitura que comandava os projetos de recuperação do Pelourinho que era tocado na verdade pela Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia” (BRITO, 2019, p. 137). Nesse sentido, o discurso preservacionista, conforme exposto, estava intrinsecamente associado ao projeto de ascensão política carlista, o que de fato se concretizou com a chegada de Antônio Carlos ao

governo da Bahia.

A reforma do centro antigo de Salvador era apenas uma parte de uma grande reforma urbana empreendida pelo político, e que refletia o interesse da elite baiana por realizar uma limpeza social, recuperando os aspectos físicos dos prédios e afastando as camadas sociais mais pobres para que se consolidasse o uso desses espaços para o entretenimento e lazer cultural de uma parcela exclusiva da sociedade. Sendo assim, segundo o autor, a restauração visava algo além do interesse histórico e arquitetônico, mas manifestava uma reapropriação política desse espaço.

No Palácio de Ondina, Antônio Carlos carrega aquelas que eram suas principais bandeiras políticas, dentre as quais a política patrimonial. Da mesma maneira, sua gestão dava continuidade à pauta preservacionista de Luis Viana Filho. Em termos práticos, o novo cargo permitia ao político baiano dedicar-se com mais afinco a essa causa, considerando-se que era o governo estadual que detinha maiores recursos para a proteção do acervo patrimonial. Ademais, a Fundação do Patrimônio da Bahia estava agora sob o seu comando. (BRITO, 2019, p. 140)

Antônio Carlos Magalhães buscou elevar sua agenda ao âmbito internacional, se mobilizou para fazer com que o evento sobre patrimônio mais importante do país, na época, fosse realizado na Bahia. A segunda e última edição do Encontro de Governadores Para a Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil aconteceu em Salvador em 1971, evento que, segundo Brito (2019), fora financiado pelo governador da Bahia. Visando um suposto financiamento internacional, ACM utilizou-se de sua influência junto a elite militar que presidia o país para fazer com que II encontro fosse realizado na capital baiana.

Destaca-se o papel das elites nordestinas baianas no processo de criação Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, fato que pode ser verificado no protagonismo que o Estado da Bahia e de Pernambuco tiveram no que tange a destinação de recursos provenientes do PCH. Como observado por Brito (2019, p. 144), a “Bahia ter se tornado um dos principais destinos dos recursos do PCH pode ser resultado da reivindicação política orquestrada pelas principais lideranças políticas baianas desde finais de 1960”.

Para efetivar o processo de descentralização das políticas preservacionistas, “seria necessário criar legislação e instituições próprias” (ANDRADE, 2020, p. 84). Em virtude disso, foi criada em 1978 a primeira legislação regulamentando o tombamento estadual por meio da Lei nº 3.660 e o Decreto nº 26.119, assinadas pelo governador Roberto Santos como respostas às exigências preconizadas pelo PCH. No mesmo ano, alguns processos de tombamento de bens são realizados, em grande parte edificações de origem colonial. Entretanto, o primeiro sítio urbano só seria tombado em 1981, o Conjunto da Soledade, localizado próximo ao Centro Histórico de Salvador. Os tombamentos ficavam a cargo da Fundação do Patrimônio Artístico

e Cultural da Bahia (FPAC) sob a supervisão de conselheiros.

Cabe destacar que de acordo com Brito (2019), a regulamentação do tombamento estadual não significou a preservação efetiva das cidades coloniais de feição colonial como patrimônio na Bahia, isso se deu por conta do caráter tardio da legislação diante da urgência apresentada pela intelectualidade baiana. No ano em que fora aprovada a legislação baiana de preservação, as cidades de Cachoeira, Lençóis e Porto Seguro já se encontravam tombadas pelo IPHAN. No entanto, Monte Santo ainda não possuía processo de tombamento em curso. Brito (2019) supõe que a elite intelectual regional desconfiava do tombamento em escala estadual pela carência de recursos do FPAC e viam no tombamento federal a possibilidade de mais prestígio às cidades do que o tombamento estadual, dado o valor histórico e artístico que apresentavam.

Na década final da década de 1970 e início de 1980, nos estados do Nordeste do Brasil se verificavam ameaças constantes ao patrimônio histórico e artístico, o que, efetivamente, reclamava medidas protetivas emergentes; tratava-se de um grave problema regional. Neste contexto **foram criados** os órgãos e instrumentos de reconhecimento e proteção estaduais naquela região, entre os quais tiveram particular destaque o **Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC-Ba) – 196750**; o **Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia – 1970 (IPAC/SIC)**, vinculado a Secretaria da Indústria e Comércio/Coordenação de Fomento ao Turismo, governo do Estado da Bahia; e a **Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – 1973 (FUNDARPE)**, órgãos responsáveis pelo desenvolvimento de inventários no âmbito do poder público. (ANDRADE, 2020, p. 84)

Ferreira (2020, p. 84) destaca que as criações dessas fundações de preservação acarretaram uma atenção significativa à valorização dos bens regionais, visto que até esse período, a preservação do patrimônio histórico e artístico se dava apenas sobre os bens considerados de importância nacional pelo IPHAN. Na medida em que se aumenta e diversificam os bens de caráter cultural, observa-se a ineficiência do sistema de preservação e regulação nacional (FERREIRA, 2020, p. 84-85) Em sua dissertação intitulada “Aos pés do altar do sertão tem uma cidade a preservar: Monte Santo da Bahia”, o arquiteto Timóteo de Andrade Ferreira (2020) trata do processo de tombamento de Monte Santo/BA e os desafios envolvendo a preservação de seu acervo tombado em escala federal. O mesmo afirma que a criação do IPAC/SIC ⁷foi uma iniciativa pioneira no Brasil, representando um:

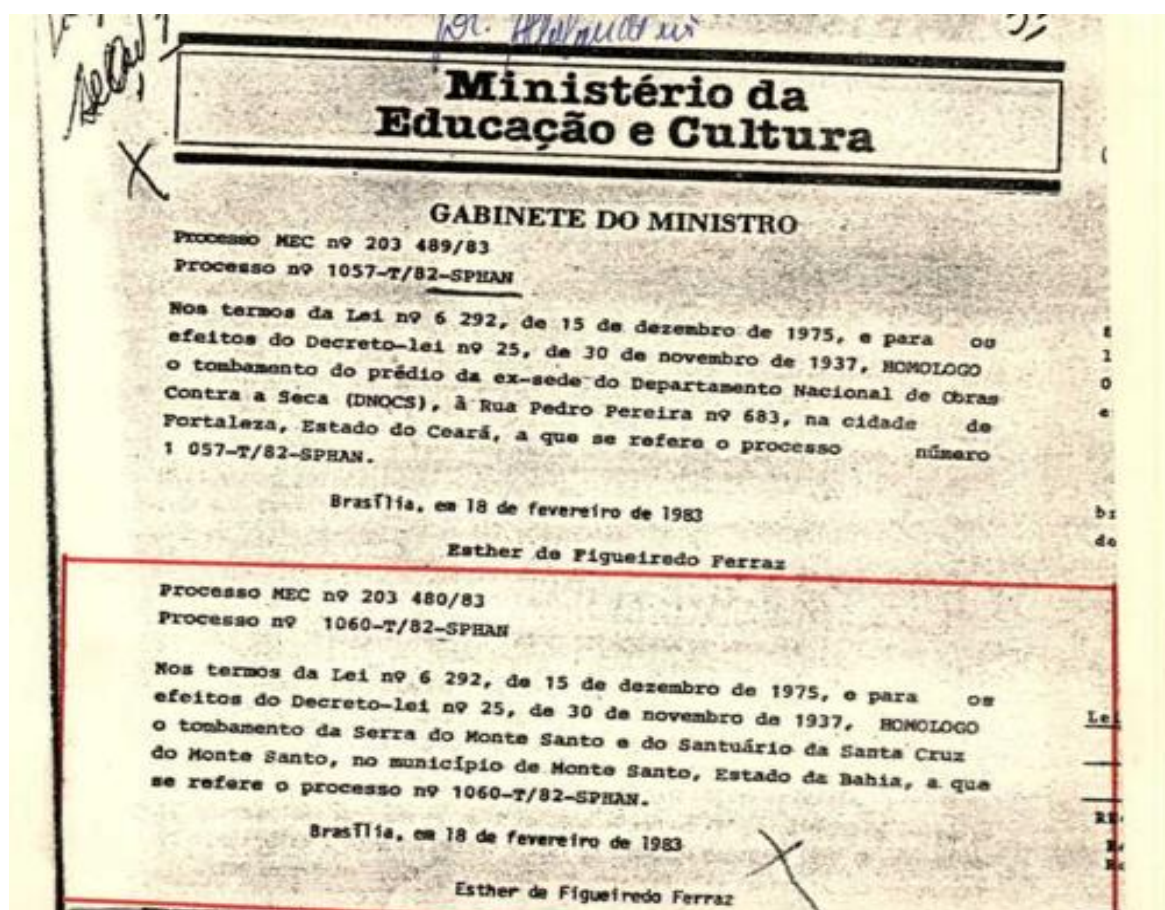
significativo avanço para o conhecimento e diagnóstico conservativo do vasto e diversificado patrimônio arquitetônico do Estado da Bahia, gerando documentos de natureza prospectiva (a serem aprofundados), que abrangeu a localização, o registro

⁷ O Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, também conhecido como IPAC/SIC, foi executado na década de 1970, através da Secretaria da Indústria e Comércio/Coordenação de Fomento ao Turismo do Governo do Estado da Bahia, tendo como coordenador Paulo Ormindo de Azevedo.

esquemático e a descrição das características principais, assim como o estado de conservação e uso dos imóveis e sítios examinados. (FERREIRA, 2020, p. 85)

Conforme aponta Ferreira (2020, p. 69), no ano de 1982 foi realizada a solicitação de tombamento pela Diretoria de Tombamento e Conservação e Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DTC/SPHAN), mesmo período em que houve uma série de estudos acerca do sítio histórico de Monte Santo. As informações levantadas no inventário visavam corroborar com o reconhecimento e avaliação do conjunto edificado. Em 1983 a Serra da Santa Cruz foi reconhecida pelo IPHAN como Patrimônio Nacional dado a sua importância e valor paisagístico, arquitetônico e histórico, tendo o seu tombamento homologado pela então dirigente do Ministério da Educação (MEC) Esther de Figueiredo Ferraz em 18 de fevereiro do mesmo ano, como pode ser observado em página do diário oficial.

Imagem 2: Homologação do tombamento do Sítio Histórico de Monte Santo/BA



Fonte: Acervo do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - MEC-SEC-SPHAN – PT-BA-1060.1.0.0- p. 201, 1983.

O Sítio Histórico de Monte Santo foi inscrito no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico no dia 21 de junho de 1983, tendo seu tombamento definitivo em

edital publicado conforme o Diário Oficial lançado em 5 de junho de 1984.

O tombamento definitivo dos seguintes bens, localizados no município de Monte Santo, Estado da Bahia:

1- Serra do Monte Santo, antiga Serra do Piquaraçá, acima da curva de nível 500 (quinhentos). Destacasse o Santuário de Santa Cruz, com suas 25 (vinte e cinco) capelas, bem como todos os bens de arte sacra e devocional nelas abrigados.

2- No núcleo Urbano, os logradouros com suas edificações e tem toda sua extensão: Rua Senhor dos Passos, Rua Frei Apolônio de Todi, Rua Coronel João Cordeiro, Rua Barão de Geremoabo e Rua das Flores. (DIÁRIO OFICIAL, Seção I, 1984, p. 8003)

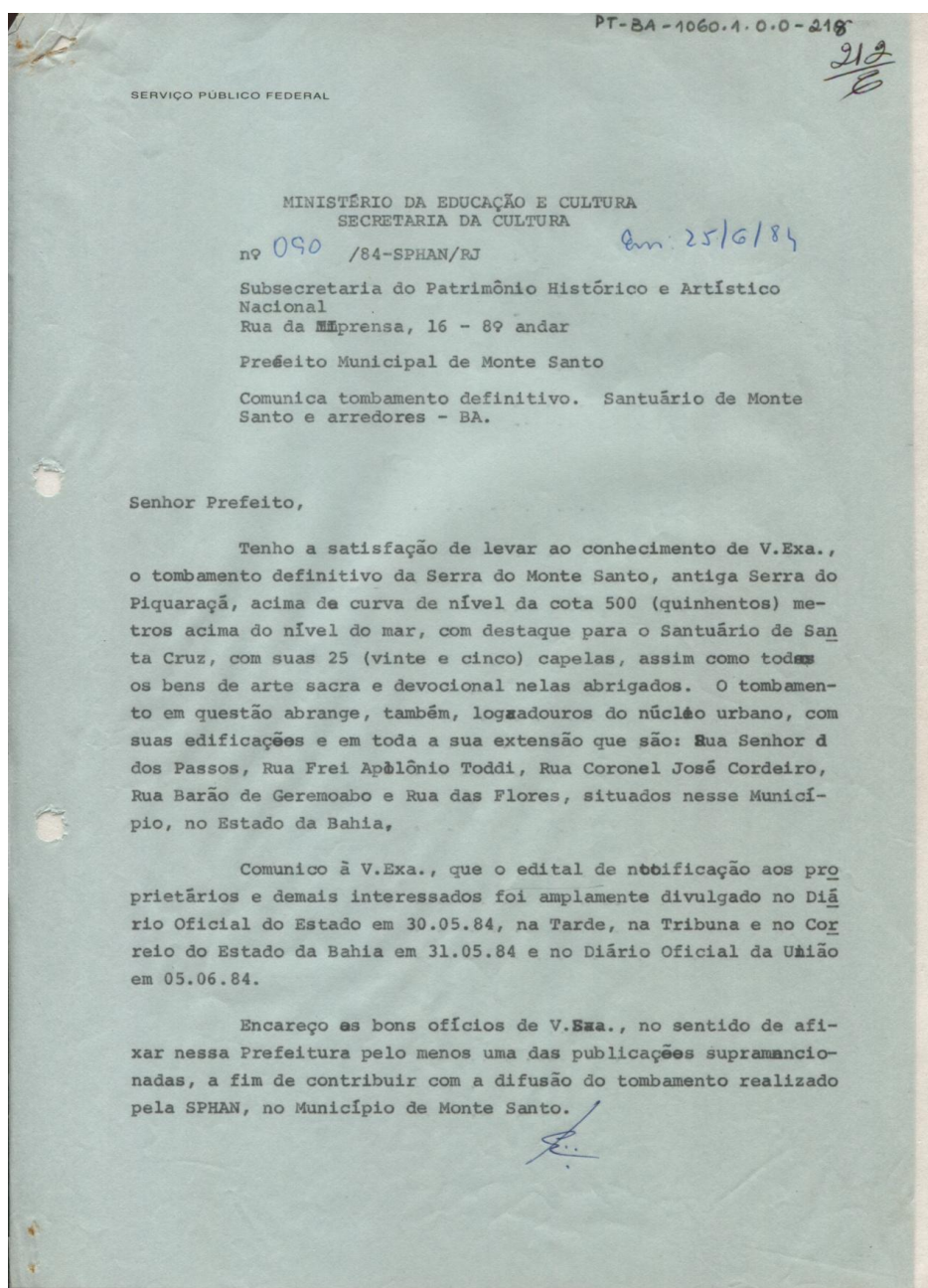
No caso do tombamento de Monte Santo, é possível observar no relatório um forte apelo a importância do Santuário da Santa Cruz enquanto um patrimônio fortemente ligado a cultural popular do sertão. Nesse sentido, podemos concluir que, mesmo em um contexto em que a salvaguarda do patrimônio estava voltada exclusivamente para os bens tangíveis, um interesse significativo no que diz respeito à dimensão imaterial e às manifestações culturais religiosas de caráter popular no referido processo. Consta: “O santuário de Monte Santo está profundamente enraizado à cultura popular nordestina. É um lugar sagrado para o sertanejo da localidade e dos seus arredores” (SPHAN/DTC - Processo Nº 1.060-T-82, 1982, p. 4).

Conforme destaca Ferreira (2020), o tombamento legal também levou em consideração a área natural da Serra do Piquaraçá, demonstrando preocupação com a preservação da paisagem natural e seu entorno. Além disso, foram incluídos o traçado e o casario nas ruas principais de acesso a via-sacra, evidenciando a relevância de aspectos da cultura material da cidade no que tange os valores arquitetônicos e paisagísticos. Embora a Praça Monsenhor Berenguer não esteja inclusa na área tombada, o espaço correspondente a Igreja Matriz e o casario que a circunda estão identificados como área de entorno e proteção do bem.

Cumprida a primeira parte dessa sessão, trataremos a seguir do papel da municipalidade no processo de tombamento e pós tombamento do Sítio Histórico de Monte Santo, sobre as ações do Projeto de Educação Patrimonial “Conhecendo o meu lugar” durante os sete anos em que esteve ativo na cidade de Monte Santo/BA, bem como os monumentos da praça enquanto parte do seu roteiro de trabalho e bens de interesse histórico e cultural.

Como especificado *à priori*, a postura da municipalidade no que diz respeito ao tombamento e preservação do patrimônio cultural foi displicente desde e a notificação do interesse de tombamento, bem como após o tombamento propriamente dito, não havendo nem mesmo uma devolutiva por parte do poder público municipal acerca do recebimento do ofício direcionado pelo SPHAN (Imagem 5).

Imagem 3 – Ofício da Subsecretaria do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional direcionado ao poder público municipal de Monte Santo/BA



Fonte: Acervo do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - MEC-SEC-IPHAN – PT – BA – 1060.1.0 – p. 217, 1984.

Brito (2019) afirma que, diferente do que aconteceu do Centro Histórico de Salvador, em que houve uma grande mobilização por parte da municipalidade em torno do reconhecimento e preservação de seu patrimônio, houve algumas situações em que o poder municipal se manifestou contra o tombamento em virtude de um discurso de “progresso” do qual afirmava-se ser o IPHAN um empecilho. Também houve situações em que a municipalidade tampouco se posicionou, seja em favor ou contra, como é o caso de Monte

Santo.

Nesse sentido, podemos afirmar que na patrimonialização de Monte Santo, Itaparica e Santa Cruz Cabralia não encontramos nenhum vestígio que nos fizesse apontar alguma mobilização por parte dos gestores municipais ou de agentes das localidades, seja a favor ou contra os tombamentos. Ao que tudo indica, a mobilização que levou à patrimonialização dessas cidades ocorreu de maneira mais restrita ao campo intelectual baiano, especificamente no Conselho Estadual de Cultura, no programa de Inventário do Patrimônio e Artístico Cultural da Bahia e no corpo técnico do 2º Distrito do Sphan, sediado em Salvador. (BRITO, 2019, p. 185, grifos nossos)

O mesmo pode-se se dizer em relação a Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santa Cruz, apontada como proprietária e responsável pela manutenção e preservação do Santuário. De acordo com o que consta no relatório feito pela a assessoria jurídica do SPHAN, embora notificados, não acusaram recebimento nem retornaram sob a anuência em relação ao processo. A diocese responsável pela paróquia foi a única que retornou à notificação do SPHAN.

Foram notificados, também, o bispo da diocese do Senhor do Bonfim, que manifestou expressamente a sua anuência em face do tombamento e o juiz da mesa administrativa da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santa Cruz, que é o proprietário do Santuário e de uma das casas tombadas, a de nº 74 de Rua Senhor dos Passos. Não houve acusação de recebimento dessa notificação e tão pouco a anuência por parte da Irmandade. (SPHAN-ASSESSORIA JURÍDICA– PT – BA – 1060.0.0.1 - 3)

Quanto a atuação do IPHAN em Monte Santo, de acordo com Venâncio Filho (2016, p.183), fora realizada uma primeira e única reunião em fevereiro de 2014, ocasião em que foi realizada na região de Monte Santo uma pesquisa de levantamento do patrimônio imaterial por meio do Inventário de Referências Culturais do Sertão Baiano. Nesse encontro estiveram presentes vários setores da sociedade, desde secretários do poder público, empresários e comerciantes, até artistas, professores e alunos de instituições de ensino. Na ocasião, a representante da equipe, Maria Adinolf, fora questionada acerca da omissão da instituição em relação a garantir a salvaguarda do patrimônio cultural local e a ausência da mesma, com exceção em situações pontuais como na realização de pesquisas e a fiscalização daquilo que já foi degradado ou perdido.

Em resposta, a pesquisadora reconheceu a ausência do instituto, bem como argumentou sobre os problemas estruturais que o IPHAN enfrenta, principalmente no recrutamento de profissionais, quase sempre insuficientes dado a quantidades de Projetos em circulação. Entretanto, salientou também a ausência e necessidade que a Educação Patrimonial possui em Monte Santo.

Assim, motivado por essas inquietações que o professor e pesquisador Raimundo Venâncio Filho resolveu estudar a cultura e tradições locais. Em sua dissertação, Venâncio

Filho (2016) faz um estudo geográfico sobre as romarias e tradições católicas que ocorrem em Monte Santo e o processo de descaracterização que elas sofreram ao longo do tempo. Nela, o autor identifica o papel dos diferentes setores da sociedade nesse processo, desde a falta de interesse do poder público local, a omissão da igreja e a falta de envolvimento da comunidade com a cultura local.

Foi a partir dessa pesquisa, entendendo que a participação da comunidade é fundamental para que patrimonialização possa ter efeito, que fora pensado sobre a possibilidade de criar em Monte Santo um Projeto de Educação Patrimonial. Apenas a decisão política do Estado e o tombamento não eram suficientes, nas palavras do professor, para que o patrimônio fosse legitimado, seria necessário haver “ressonância” junto à população.

Conforme verificado no texto do Projeto, a partir de seus estudos, o professor e pesquisador Raimundo Venâncio Filho elaborou o projeto de intervenção de Educação Patrimonial “Conhecendo o meu lugar” e apresentou à Secretaria de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer de Monte Santo, então sob o comando do professor Ricardo Pinheiro, tendo de imediato endosso do secretário da pasta. Seu intuito consistia em desenvolver trabalhos que contribuíssem para a valorização, reconhecimento histórico e cultural de Monte Santo, bem como promover ações de recuperação e revitalização dos bens culturais tombados ou mapeados pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional). Também estava entre as atribuições do projeto identificar locais, objetos, pessoas e manifestações de interesse histórico, buscando a preservação da memória do município por meio da Educação Patrimonial.

A proposta do projeto abrange áreas de conhecimento que possuem afinidade com o tema, como Geografia e História, dentre outras, e tem o intuito de desenvolver trabalhos que visem a valorização, reconhecimento histórico e cultural, assim como a recuperação e revitalização dos Bens Tombados, Materiais e Imateriais, muitos destes, mapeados pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Além disso, a identificação de locais, objetos, pessoas e manifestações que possuam valor histórico e cultural, através de um inventário cultural municipal, contribuirão para a reconstrução e preservação da memória histórica e cultural do Município, por meio da Educação Patrimonial. (VENÂNCIO FILHO, 2015, p. 3-4)

Tendo como justificativa a necessidade de fortalecer as raízes históricas e a urgência de socializar as produções e experiências dos professores acerca da cultura local bem como valorizar e incentivar outros projetos e ações de caráter cultural que visassem contribuir para a preservação da história local, o Projeto “Conhecendo o meu lugar” fundamentava-se na carência de referenciais de apoio à prática da educação patrimonial bem como de subsídios teóricos que embasem a atuação dos professores do sistema municipal de ensino. Em seu plano de intervenção preconizava a formação e capacitação de monitores guias para fornecer apoio

ao trabalho dos professores, bem como na produção de material referencial para o trabalho docente.

O público alvo do projeto, portanto, consistia nos professores e alunos da rede municipal de educação, bem como os monitores guias selecionados, e a própria comunidade, sem deixar de lado também romeiros, visitantes e turistas que foram incluídos nas atividades do projeto, que capacitava os monitores para recebê-los e apresentá-los à história e cultura local. Visava-se “um processo ativo de reconhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural” (VENÂNCIO FILHO, 2015, p. 5)

Em 2015, o projeto foi acolhido pela prefeitura municipal sob a gestão do então prefeito Jorge José de Andrade, e recebeu o aval para iniciar suas atividades, desenvolvendo um plano de formação e selecionando 10 monitores para atuarem nas ações de Educação Patrimonial. O requisito era que fossem alunos da educação básica pública e estudantes do ensino médio. Durante duas semanas foi feita a divulgação da seleção para os alunos do então Colégio Estadual Luís Eduardo Magalhães- CEDLEM, que desde 2021, passou a chamar-se Colégio Estadual Santa Cruz- CESC, com o objetivo de incentivar os alunos a participar. Entre os 10 selecionados está o autor da presente dissertação. Cabe destacar que o referido colégio fora também escolhido como ambiente de laboratório para nossa pesquisa, para a elaboração e aplicação de nosso produto.

O Projeto de Educação Patrimonial “Conhecendo o Meu Lugar” trabalhará com jovens monitores/guias capacitados para que, em conjunto com professores, desenvolvam atividades envolvendo os visitantes/turistas/romeiros no sentido de difusão de informações de caráter histórico e cultural, além de promoverem ações nesse sentido, nas escolas do município, e comunidades envolvendo dentro destas referidas propostas o alunado do ensino fundamental e médio, além dos moradores de uma forma geral. (VENÂNCIO FILHO, 2015, p. 4)

Entre os objetivos específicos do projeto, estava o de buscar a formação continuada de professores e capacitação de monitores/guias, proporcionando o despertar de um novo olhar sobre a paisagem e espacialidade geográfica, como forma de situá-los em seu lugar de origem para que se conheça um pouco da história e do cotidiano do seu lugar de morada; buscou-se valorizar a memória histórica do Município, bem como ampliar o conceito de identidade territorial, inserindo os professores/tutores e os monitores/guias no processo de construção e execução de atividades educativas e culturais visando a conscientização sobre a importância da preservação dos bens patrimoniais tombados e não tombados e entre outros.

A metodologia e execução do Projeto de Venâncio Filho fora estruturada em etapas, estas consistiam em: 1ª Etapa: Reunião com a Secretaria de Educação e Cultura, apresentação

do projeto e avaliação da proposta.

2ª Etapa: Seleção dos monitores/guias e capacitação para atuarem nas diversas atividades do projeto. Nelas os alunos assistem às aulas ministradas por professores parceiros tratando não apenas do Patrimônio, mas também de competências socioemocionais, lidar com diferentes públicos.

Imagem 4: Monitores/guias do Projeto “Conhecendo meu lugar” em dia de formação e capacitação.



Fonte: Raimundo Pinheiro Venâncio Filho, 2015.

3ª Etapa: A Secretaria Municipal de Educação juntamente a coordenação do projeto entra em contato com os professores, e os monitores/guias selecionados, para apresentação da proposta em encontro específico.

4ª Etapa: Os monitores/guias desenvolvem atividades relacionadas com o Projeto Educação Patrimonial “Conhecendo o Meu Lugar” como passeios guiados com alunos, professores, turistas e romeiros. A coordenação do projeto fica encarregada de agendar as possíveis visitas que os professores das diversas disciplinas queiram realizar com os alunos das escolas do município, aos locais considerados de interesse histórico e cultural.

Imagem 5: Monitores/guias do Projeto “Conhecendo meu lugar” realizam oficinas em escola da rede municipal.



Fonte: Acervo pessoal, 2015.

Os monitores também realizavam oficinas e dialogavam com professores acerca de momentos propícios para a realização de ações como gincanas sobre a história local, oficinas com atividades lúdicas sobre o patrimônio cultural. As ações geralmente seguiam um roteiro previamente elaborado pelos monitores/guias em conjunto com a coordenação do projeto, em que, eram definidos dias e horários, monitores responsáveis pela atividade em cada escola, diálogo com a direção e os docentes da escola, bem como que tipo de atividades seriam realizadas por etapa da ação. Em todas ações a culminância era o passeio guiado aos monumentos e construções existentes na praça, bem como visita ao museu local, e dependendo da ocasião, subida ao Santuário da Santa Cruz.

Imagem 6: Monitores/guias do Projeto “Conhecendo meu lugar” fazem passeio guiado com alunos da rede municipal.



Fonte: Acervo pessoal, 2015.

5ª Etapa: Os envolvidos no projeto, produzem uma cartilha sobre o patrimônio histórico do município, voltada para professores e alunos.

Essa etapa fora cumprida em 2016, a partir das experiências de estudos e pesquisa de campo com os monitores/guias, a cartilha trata de forma sintética de temas voltados ao patrimônio cultural e a história da formação da cidade bem como os principais fatos históricos nacionais que estão interligados com a história local. Foi realizada uma apresentação das atividades realizadas pelo projeto e da cartilha elaborada aos professores durante a jornada pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Monte Santo.

6ª Etapa: Os professores e monitores/guias juntamente com o coordenador do projeto fazem avaliação da atuação do projeto e planejam novas ações. É elaborado um relatório para ser entregue à Secretaria Municipal de Educação. Na oportunidade, propõe-se uma exposição com os resultados do projeto, aberta para toda a comunidade e autoridades de Monte Santo.

Entre os monitores que passaram pelo projeto, está o autor dessa dissertação, que assim como integrante do primeiro grupo de monitores/guias do projeto, atuou em espaços de interesse histórico como o Museu da cidade e participou da formação de grupos posteriores de monitores, coordenando atividades realizadas nos colégios municipais. É desse percurso como integrante do primeiro projeto de educação patrimonial de Monte Santo, que emergiram anseios e questionamentos incorporados à pesquisa, a *posteriori* como professor de História em Monte

Santo/BA.

Nos amparamos na experiência do que já foi colocado em prática em termos de Educação Patrimonial em Monte Santo, para pensar a sua potencialidade para o ensino de História, levando em consideração os fundamentos da ciência referência História e articulando-os com o patrimônio cultural como fonte. Buscamos ampliar as discussões sobre a memória social da qual eles fazem parte e indagando sobre suas intencionalidades, bem como o discurso que trazem, o contexto no qual foram edificadas no passado, e um deslocamento do seu sentido histórico para que os alunos possam interpretá-lo de forma a pensar sobre a realidade que vivenciam no presente de forma crítica.

Assim como observado acerca de Cárceres/MT na dissertação Leite (2018), percebemos em Monte Santo/BA a pouca valorização dos bens culturais de seu Centro Histórico, sejam eles tombados ou não tombados, tendo como principal razão, conforme podemos observar, o pouco conhecimento por parte da população acerca dos significados que eles agregam, a memória que eles representam e que podem nos dizer da comunidade que os criou. Dessa forma, assim como Leite (2018, p.24), concordamos que a solução para alguns conflitos, como por exemplo, o desconhecimento sobre a história do local, bem como o descaso da população sobre os bens patrimonializados está na Educação Patrimonial. As ações de incentivo à cultura e valorização da história e identidade cultural em Monte Santo/BA são marcadas pela descontinuidade, nesse sentido, o projeto “Conhecendo o meu lugar” teve um breve, mas marcante período de atuação entre os anos 2015 e 2020.

Conforme nos afirma Pacheco (2017), em um contexto de transformações sociais, ressalta-se ainda mais a importância da escola, juntamente com a disciplina História, refletirem o seu papel na formação cidadã, frente as novas demandas sociais indispensáveis. Dentre essas demandas, Pacheco (2027, p. 29) destaca a formação das identidades culturais e do sujeito político, que adote atitudes de valorização da democracia, cujo o processo consiste no compartilhamento de saberes factuais, conceituais e procedimentais também incluídos na disciplina História. Dentro desse pensamento, vamos conhecer o patrimônio cultural de Monte Santo/BA, recortado para análise e construção dos roteiros didáticos com discentes do Ensino Médio nas aulas de História.

3. O CENTRO HISTÓRICO DE MONTE SANTO: REINTERPRETANDO O PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL

“A cidade, seus equipamentos, seus habitantes e a relação estabelecida entre eles podem ser inseridos numa lógica de representações de indivíduos e grupos que nem sempre são percebidos no cotidiano, mas carregam sentidos os que nela habitam” (MEDEIROS; WITT; POSSAMAI, 2014, p.149). A cidade é o palco onde se descortina a vida cotidiana em suas múltiplas dimensões, seja no trabalho, nas relações interpessoais, no lazer, celebrações, manifestações artísticas, conforme Casé (2000), abriga uma cultura dinâmica, em desenvolvimento constante. A imagem-cidade foge ao olhar simplista, “sua existência escapa à simples fruição e contemplação” (POSSAMAI, 2010, p. 209). Partindo dessas perspectivas, tomamos como nosso objeto de análise os patrimônios existentes no centro histórico de Monte Santo/BA.

Podemos compreender como centro histórico as áreas urbanas em que se encontram os traços urbanos mais antigos e originais das cidades (LEITE, 2020), são assim conhecidos por construírem um importante referencial para a compreensão da história da cidade, da evolução urbana, processos de ocupação e a formação de seu território. “Não por acaso, essas regiões se confundem com a própria origem das cidades (LEITE, 2020, p. 51)

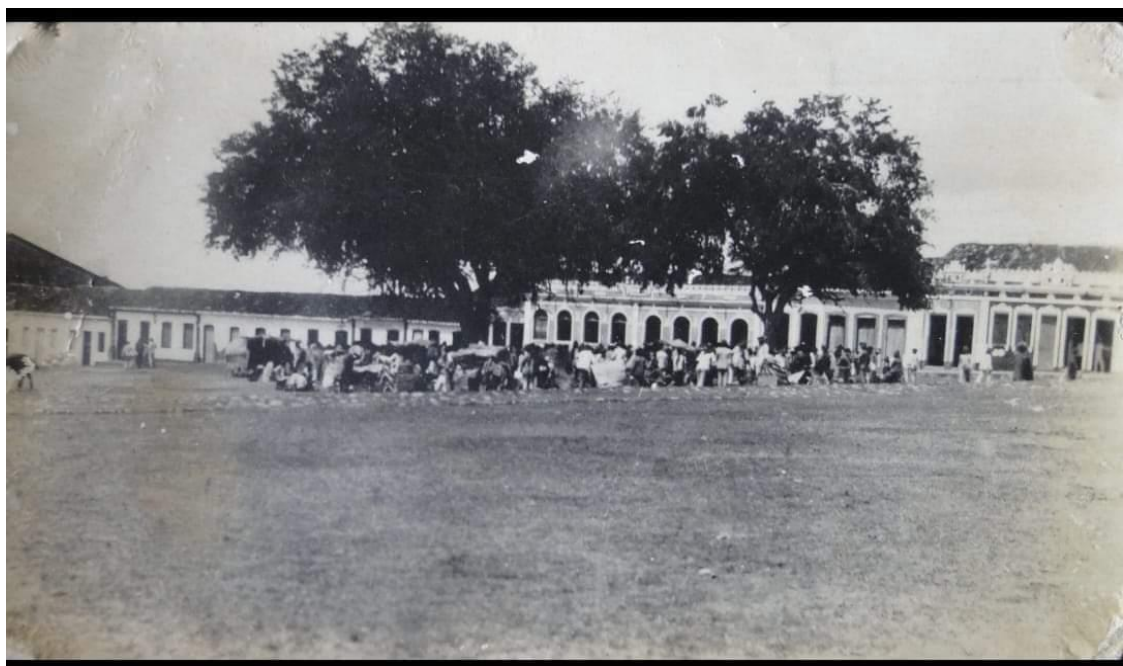
De acordo com Casé (2000, p. 56), a relevância de uma cidade em sua dimensão social e urbana, pode ser percebida a partir dos atributos urbanos presentes em suas praças. Neste sentido, incluem-se as características arquitetônicas das edificações que a delimitam, seus símbolos materializados em sólidos, que nos permitem ter acesso ao legado do seu povo e a cultura urbana da comunidade a qual pertencem. “As transformações observadas nas sociedades se justapõem à história das cidades” (CASÉ, 2000, p. 92), mais especificamente, como anteriormente destacado, a partir da historicização da cidade através dos elementos existentes em suas praças, podemos acompanhar uma sociedade em movimento na história, e, suas mudanças.

A antiga Praça da Matriz, atual Praça Monsenhor Berenguer, em homenagem ao ex pároco da cidade, reúne monumentos que servem, não apenas como referência a personagens e acontecimentos, mas também como reflexos de uma visão de mundo da comunidade em um determinado tempo, testemunhas de suas mudanças e transformações, além disso, evidenciam tensões e disputas de interesses, e na esfera das representações, são produtos das práticas sociais, as quais, podem estar vinculados à elementos como a memória, ideologia, valores,

expectativas, intenções, etc.

A praça começou a se configurar ainda no século XVIII, a partir da missão realizada por Frei Apolônio de Todi, casas surgiram no entorno da capelinha de Nossa Senhora da Conceição, sendo o ponto de convergência de fiéis e romeiros nos “dias santos”, e ao lado da capela, sob a sombra de um frondoso tamarindeiro (Imagem 3), nasceu a feira da comunidade, onde produtos essenciais são comercializados bem como a realização de trocas.

Imagem 7: Moradores e vendedores na feira livre em Monte Santo/BA possivelmente entre as décadas de 1910 e 1920.



Fonte: Acervo particular de Hildegardo Cordeiro.

Emergem no espaço que hoje encontra-se edificada a Praça Monsenhor Berenguer, as primeiras habitações que compõem a paisagem da pequena Monte Santo/BA, com seus casarões de feição colonial no entorno da Igreja Matriz e do antigo, e não mais existente, tamarindeiro, que por muito tempo serviu de sombra a moradores e tropeiros que ali tinham o seu pouso nas tradicionais feiras. A árvore também forneceu o frescor da sua sombra ao andarilho Antônio Conselheiro, bem como às tropas do exército que acabaram com o sonho de Belo Monte. É nesse lugar de memórias constituídas, e nos monumentos e construções que vão configurando a sua paisagem edificada, que ao longo dessa pesquisa, discute-se sobre a história de Monte Santo/BA e construímos o nosso roteiro didático.

Como afirmou o Arquiteto Paulo Casé, a praça não se limita a um mero espaço de sociabilidade. A praça tem no amálgama da sua existência “invocar o espírito gregário arraigado

no inconsciente do homem urbano” (CASÉ, 2000, p. 63). Entretanto, ao recuperar o significado da ágora no contexto grego para afirmar a praça enquanto ambiente de intercâmbio intelectual, Casé (2000) constata também o declínio em que se encontra esse aparelho urbano no que concerne ao seu caráter informativo na atualidade. “O homem é atraído pela luz, que é cor, brilho, fulgor e cintilação”, dizia Casé (2000, p. 63), profetizando em linhas metafóricas a situação do humano pós-moderno, imerso na era da informação e das telas de smartphones.

Nossa intensão na presente sessão é aprofundarmos os conceitos apresentados anteriormente e fazermos uma análise do centro histórico de Monte Santo/BA, abordando sua história e a de cada patrimônio existente nele, contextualizando cada um deles de acordo com a sua tipologia, estabelecendo relações com a história e memória da cidade e problematizando-a e repensando o ensino de História a partir dos mesmos.

3.1 Memórias de uma guerra: monumentos sobre a Guerra de Canudos

O termo monumento, conforme destaca Choay (2017), tem sua origem do latim *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere*, que significa “advertir” ou “lembrar”, aquilo que remete a uma lembrança de algo ou alguém. Essa evocação, no entanto, não é neutra, mas busca tocar pela emoção, uma memória viva. Nessa acepção, podemos entender como monumento tudo o que é edificado por uma comunidade com a intenção de que as gerações posteriores possam relembrar acontecimentos, ritos ou crenças (CHOAY, 2017). Portanto, sendo uma referência para a identidade e cultura de um povo, por meio das lembranças a ele veiculadas e que servem como um dispositivo de segurança frente a angústia da existência e da finitude humana.

O monumento, então, caracteriza-se pela sua forma particular de atuar com a memória, mobilizando-a de forma que o passado seja experienciado no presente. “Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos (CHOAY, 2017, p.18)”, uma medida contra os efeitos do tempo sobre todas as coisas, transmitindo origens, valores e conhecimentos, de maneira que possam resistir ao esquecimento. Entretanto, conforme a autora, esse sentido original foi perdendo sua importância na medida em que o termo foi abrangendo outros significados. Esse processo de extinção da função memorial do monumento, em primeiro momento, decorre da ênfase à proeza técnica e a beleza nas sociedades ocidentais a partir do renascimento, e segundo em função do “desenvolvimento, aperfeiçoamento e difusão das memórias artificiais (CHOAY, 2017, p.20)”.

A problemática da memória frente o avanço industrial e o consequente fenômeno da

mundialização, foi analisado por Pierre Nora (1993). O aceleração, a distância progressiva entre a memória verdadeira e a história, duas noções que acabam por se oporem uma a outra. Entre uma memória integrada, ditatorial e inconsciente de si mesma, sem passado; e a história que é vestígio e trilha (NORA, 1993). Distância que só se aprofundou à medida em que os homens foram reconhecendo como seu um poder e mesmo um dever de mudança, sobretudo a partir dos tempos modernos (NORA, 1993, p. 8)

A memória sucumbe ao impulso da história promovendo uma ruptura com relações tradicionais de identidade, e o fim do que era então vivenciado, o que Nora (1993) chamou de adequação da história a memória. A consagração dos “lugares de memória” ocorre justamente em função de reter essa memória, diante do fenômeno da aceleração. “Se habitássemos ainda nossa memória, não teria necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória a ser transportada pela história” (NORA, 1993, p. 8).

Aproveitamos para traçar a distinção entre o monumento, e monumento histórico. Enquanto um é criado, tendo a princípio uma finalidade definida, o outro constitui-se posteriormente, dado a sua apreciação pelo historiador, que o analisa enquanto testemunho histórico. Dessa forma, o monumento passa a ser objeto histórico a partir do momento em que é tomado como fonte pelo historiador, mesmo que, originalmente, não tenha sido concebido para tal. “O monumento tem por finalidade fazer reviver um passado mergulhado no tempo. O monumento histórico relaciona-se de forma diferente com a memória viva e com a duração (CHOAY, 2017, p. 26)”.

Entre os patrimônios que compõem a Praça Monsenhor Berenguer, encontram-se os monumentos históricos relacionados aos eventos vividos na Guerra de Canudos. Conforme afirmado na introdução da presente dissertação, a cidade de Monte Santo/BA teve um papel estratégico nesse conflito enquanto base de operações do exército brasileiro durante a campanha contra os sertanejos de Belo Monte, a comunidade fundada pelo beato Antônio Conselheiro, no norte da Bahia, às margens do rio Vaza-Barris. Esse evento ficou conhecido como um dos principais conflitos que marcaram o período entre a queda da monarquia e o início do regime republicano no Brasil, outrossim, o mais sangrento massacre empreendido contra a gente sertaneja.

Os soldados ficaram dispostos em acampamentos montados ao lado da igreja matriz, em um espaço aberto de terra batida circundada por pequenas casas que, posteriormente, passou a constituir a Praça Monsenhor Berenguer, conforme pode ser observado no registro fotográfico

feito por Flávio de Barros⁸, fotógrafo que estava a serviço do exército brasileiro durante a última expedição realizada contra Canudos.

Imagem 8: Vista de Monte Santo e acampamento do exército em 1897



Fonte: Acervo do Museu da República. Flávio de Barros, 1897.

Na fotografia é possível observar parte da atual Praça, a igreja próxima ao centro, ainda antes de ser ampliada e sem a sua torre. Ao lado da igrejinha, barracas de soldados dispostas em fileira no sentido horizontal. A fotografia aparentemente foi capturada a partir de uma perspectiva de determinado ponto do sacro-monte, pois é possível enxergar a primeira capela e o início da via-sacra com as muretas apeadas no canto inferior direito da fotografia.

Monte Santo se transfigurava em um pequeno lugarejo, com casas baixas, com exceção de um único sobrado apenas, destinado a abrigar os comandantes do exército. O escritor e jornalista Euclides da Cunha, que acompanhou o combate contra os conselheiristas como correspondente de guerra do jornal O Estado de S. Paulo, esteve em Monte Santo e descreveu suas primeiras impressões sobre a vila.

⁸ Augusto Flávio de Barros foi um fotógrafo brasileiro que se tornou conhecido por ser o autor dos únicos registros fotográficos da quarta e última expedição da Guerra de Canudos. Foi convidado para acompanhar as tropas de reforço do Exército Brasileiro após a morte do fotógrafo Juan Gutierrez (1860-1897), que acompanhava o conflito, e que foi ferido mortalmente a bala no dia 28 de junho de 1897.

A estrada vai até à praça, retangular, em declive, de chão estriado de enxurros. No centro o indefectível barracão de feira tem, ao lado, pequena igreja, e de outro o único ornamento da vila – um tamarindeiro, secular talvez. Em torno casas baixas e velhas; e, sobressaído, um sobrado único que seria mais tarde o quartel-general das tropas. (CUNHA, 2021, p. 211)

O sobrado citado por Euclides da Cunha trata-se de um casarão ainda existente em Monte Santo, e que por muito tempo sediou a prefeitura e a cadeia municipal, tendo sofrido algumas alterações em sua arquitetura. Trata-se de um dos monumentos que evocam os tempos da guerra, e que incluímos em nosso roteiro. A representação que Cunha (2021) traz em sua obra “Os sertões”, esboça o atraso e abandono das pequenas vilas do sertão baiano. “As casas baixas, unidas umas contra as outras, feitas à feição dos acidentes do solo, [...] tetos deprimidos sobre quatro muros de barro – gizadas todas por um estilo brutalmente chato a que tanto se afeiçoam os primitivos colonizadores” (CUNHA, 2021, p. 213). Vejamos o Sobrado citado por Euclides da Cunha.

Imagem 9: Sobrado que serviu de quartel general do exército durante a Guerra de Canudos.⁹



Fonte: Acervo pessoal de Hildegardo Cordeiro, 1923.

Atualmente, o sobrado continua sendo propriedade da prefeitura municipal, porém, encontra-se desativado e em completo abandono desde a inauguração do novo centro

⁹ Depois tornou-se hospedaria e sediou a Prefeitura de Monte Santo.

administrativo da cidade. Algumas propostas de utilização para o casarão histórico já foram elencadas, entre elas, destacam-se a de utilizá-lo para sediar um memorial do massacre contra Canudos, e o de abrigar uma biblioteca municipal. Segue umas imagens contemporâneas do Sobrado:

Imagem 10: Prédio que já foi quartel general do exército brasileiro na Guerra de Canudos



Fonte: Autoria própria, 2023.

A possibilidade de torná-lo um “lugar de memória” (NORA, 1993) acerca da história de Canudos se destaca, em virtude de seu papel como QG do exército e por tratar-se de uma reminiscência desse período tão marcante na história da cidade e do Brasil, sendo incluído no produto como um patrimônio a ser abordado no roteiro referente à Praça Monsenhor Berenguer. Situado na Praça, em frente a antiga prefeitura, que outrora serviu de quartel-general do exército brasileiro, encontra-se um monumento relacionado aos acontecimentos em Canudos, o busto do Marechal Carlos Machado Bittencourt, estrategista da quarta expedição contra a cidadela, e

um dos arquitetos da destruição do arraial. O general esteve em Monte Santo/BA, então base de operações do exército, comandando o serviço de intendência. Bittencourt teve um papel fundamental para o triunfo das forças expedicionárias, conforme destaca o escritor e estudioso José Gonçalves do Nascimento (2018).

Exercendo o título de Ministro da Guerra, o marechal Bittencourt, após passagem pela primeira base de operações situada em Queimadas/BA, chegou em Monte Santo/BA no dia 7 de setembro de 1897, na companhia de novos batalhões, realizando mudanças na organização da estrutura do transporte e comunicação das forças expedicionárias. “Da racionalização de serviços que promove nessas duas bases de operações, e do acautelamento dos caminhos mediante a instalação de postos sucessivos, resulta o afastamento definitivo dos fantasmas do abastecimento e do transporte (MELLO, 2020, p. 217)”. Como “principal árbitro da situação, desenvolveu, então, atividade notável” (CUNHA, 2022, p. 595).

Essa reorganização, mostrou-se fundamental para a mudança nos rumos da guerra. Por sua atuação no episódio, algum tempo depois do conflito, o militar ascendeu à posição de Patrono da Intendência do Exército Brasileiro (GONÇALVES, 2018). Conforme destaca Euclides da Cunha (2022) a vinda do Marechal Bittencourt ocorreu em um momento de crise na quarta expedição contra Canudos, campanha que a essa altura, já concentrava todos os recursos de que dispunha o exército, e requisitou do governo agir com maior intensidade diante da situação.

Reconhecia a ineficácia dos esforços recém enviados, cuidou de formar uma nova divisão, arrebatando os últimos batalhões dispersos pelo Estados, capazes de mobilização rápida. E, para pulsar de perto a crise, resolveu enviar para a base de operações um de seus membros, o Secretário de Estado dos Negócios de Guerra, marechal Carlos Machado Bittencourt (CUNHA, 2022, p. 593)

Cunha (2022), ao descrever a personalidade do Ministro da Guerra, ressaltou sua frieza e indiferença diante do cenário desolador da guerra, que contemplava como coisas “banais”, do “ofício”. Leal as ordens escritas que recebia, se dispunha ao risco sem questionamento, ciente apenas dos deveres, a ele, atribuídos, sendo implacável no cumprimento destes. Se colocava “friamente, equilibradamente, encarrilhado nas linhas inextensíveis do dever”, “menos por educação disciplinar e sólida que por temperamento, inerte, movendo-se passivo” (CUNHA, 2022, p. 595), de forma cômoda, como uma peça encaixada nas engrenagens da guerra e com a única finalidade de servi-la e alimentá-la.

Outro aspecto que nos remonta a atuação “implacável” de Bittencourt no que diz respeito ao massacre contra Canudos, foi descrita pelo pesquisador Antônio Olavo na

apresentação da obra “Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia” sobre os desdobramentos do pós-guerra, o qual foi marcado pelo “extermínio indiscriminado dos prisioneiros” (PIEIDADE, 2002, p.15). O tratamento dado pelos presos foi determinado pelo marechal em recomendação dada ao general Arthur Oscar de que não se fizessem prisioneiros. A solução para esse impasse, foi o método da degola ou da “gravata vermelha”, como fora denominada em Canudos, meio de execução tradicionalmente utilizado em confrontos violentos como a Revolução Federalista (1893), no sul do país. Em Canudos, a “gravata vermelha foi acionada inicialmente de forma discreta, na calada da noite, mas nas últimas semanas da guerra seu uso foi generalizado, praticamente em plena luz do dia (PIEIDADE, 2002, p.15)”.

Eis um dos personagens mais marcantes da história do massacre de Canudos e sua representação em forma de busto na Praça em foco:

Imagem 11: Busto do Marechal Carlos Machado Bittencourt na Praça Monsenhor Berenguer em Monte Santo/BA



Fonte: Autoria própria, 2023.

O busto foi inaugurado no dia 22 de março de 1973, como pode ser lido na placa de metal existente no pedestal em que o monumento se encontra fixado (Imagem 13). Trata-se de uma homenagem feita ao ministro da guerra no contexto do regime militar no Brasil, ocasião em que as forças armadas retornaram a Monte Santo/BA para o treinamento das tropas no sertão baiano, tendo em vista o enfrentamento de possíveis guerrilhas (PIEIDADE, 2002). Em um esforço de intimidação, de apagamento e imposição da sua própria versão dos acontecimentos. Celebrações e homenagens como essas eram corriqueiras durante o regime, que buscava exaltar os seus “mártires”, como pode ser verificado na forma como Bittencourt é referenciado na placa que identifica o monumento.

Conforme destaca Gonçalves (2018), o retorno do exército na década de 1970 à região do conflito, levou o horror à população sertaneja, ainda marcada pelas cicatrizes deixadas pela destruição causada pela guerra em 1897. Memórias ainda vivas e evocadas pela presença dos militares armados movimentando-se pela cidade e as aeronaves com “seus voos rasantes e ensurdecedores” (GONÇALVES, 2018, p.125) que atemorizavam a população que não compreendia a razão de tamanha truculência com a qual ocorreu a fatídica operação.

Podemos refletir sobre esse monumento/homenagem a partir do que discorre Ricoeur (2007) sobre os usos e abusos da memória, que também podem ser considerados abusos do esquecimento. Em se tratando do nível de abuso correspondente ao da memória manipulada, a presença das forças armadas no contexto golpe militar e de repressão de movimentos e grupos antagônicos, nos levam a pensar no monumento como uma manipulação concertada da memória e do esquecimento, perpetrada pelos detentores do poder. Nesse processo, a homenagem cumpre o papel de exaltar a memória enviesada pelo exército brasileiro, instituição evocada a partir da figura do militar homenageado, enquanto se oculta a memória dos resistentes de Canudos e do massacre empreendido contra os sertanejos.

Assim como, consideramos fundamental compreender o campo de forças que existe em torno da memória e do patrimônio cultural, definidos por Oliveira (2021) como “fragmentos do passado”, sendo crucial a proposição de caminhos de estudo que coloquem em evidência os variados aspectos da memória.

[...] quanto à escola e aos professores cabe o papel de trazer para a sala de aula a maior possibilidade de estudos possíveis, as memórias e as Histórias deixadas de lado, que podem estar adormecidas no entorno da comunidade, cabe ao ensino de História também a função crítica para impedir esta manipulação (OLIVEIRA, 2021, p. 22)

Pierre Nora (1993), ao discutir sobre a complexidade dos “lugares de memória”, os

definiu como “objetos do abismo”, devido ao seu duplo pertencimento, entre a intenção inicial e os ciclos de memória em que se encontram, de modo que, tornam-se possíveis diferentes compreensões e classificações. No que diz respeito as estátuas e monumentos, Nora (1993) destacou que seus significados se conservam em sua existência intrínseca. O busto do marechal Bittencourt, em Monte Santo/BA, se enquadra nas especificidades de um “lugar dominante”, disposto de forma imponente, foi imposto pela autoridade nacional, vindo “de cima”. Mas como bem apontou Nora (1993), diferente dos lugares dominados, “mas nos deixamos levar do que vamos a eles” (NORA, 1993, p.26). Vejamos outra imagem de um monumento dentro dessa mesma perspectiva:

Imagem 12: Canhão Whitworth 32 (A matadeira) na Praça Monsenhor Berenguer em Monte Santo/BA



Fonte: Autoria própria, 2022.

Outro monumento que faz referência à Guerra de Canudos, e que se encontra exposto em lugar privilegiado na Praça Monsenhor Berenguer, é a peça bélica utilizada pelo exército brasileiro na quarta expedição à Canudos. Apelidada pelos conselheiristas de “A matadeira”, o

canhão Whitworth 32 foi um armamento muito temido pelos resistentes de Canudos pelo seu potencial de destruição. O canhão de origem inglesa, foi a maior inovação bélica disponível naquele momento histórico, e foi utilizada contra os combatentes sertanejos, com a pretensa intenção de aniquilá-los.

O transporte da pesada massa metálica foi penosa e atrasou as forças expedicionárias causando vários transtornos durante o trajeto. Pesando 1700 quilos, a “tremenda máquina” fora mais uma demonstração exagerada de força do exército, que empreendia grandes esforços para não deixar “pedra sobre pedra” no arraial de Belo Monte. Esforços desproporcionais, diga-se de passagem, levando em consideração a capacidade bélica daquela brava gente sertaneja.

Com vistas a ocupar uma vaga de general de brigada, retirado do *front*, o Coronel Carlos Teles fez declarações a imprensa em que afirmou estar havendo exploração em torno da guerra, de modo que, muitas histórias falsas eram criadas acerca dos conselheiristas com o intuito de fazer-se uso dos recursos de guerra (MELLO, 2020).

Contudo, a grande arma se fez um descomunal empecilho para as tropas, tanto no que diz respeito a sua locomoção e mobilidade pelas rotas, como no que tange a sua “eficiência”, ou digamos, falta dela. “Era, porém, preciso assustar os sertões com o monstruoso espantalho de aço, ainda que se pusessem da parte medidas imprescindíveis (CUNHA, 2022, p. 470)”. E assim o fizeram as colunas, segundo Cunha (2022), partindo da base de operações em condições adversas, sem garantia de poderem fazer frente as surpresas que se pusessem durante marcha pelas caatingas, sem sequer trajes adequados ao cenário das operações. Rompiam a vegetação cortante deixando o fardamento em tiras pelo caminho.

A igreja nova, imponente templo erguido no arraial de Belo Monte, era o principal reduto da resistência conselheirista. No interior dessa verdadeira fortaleza, organizavam-se os jagunços, dispostos nas janelas, nas torres e esgueirando-se no plano térreo, espreitando os soldados. Pela mesma razão, fora o alvo principal das ofensivas das forças expedicionárias, sendo o primeiro lugar a entrar na mira da “matadeira”.

Conteirara-se, visando-a, o Withworth 32, que viera adrede para lhe derrubar os muros. Rugiu, porém, neste dia, sobre ela, sem a atingir: as balas passaram-lhe, silvando, sobre a cumeeira. Perdiam-se nos casebres unidos. Uma única tombou sobre o andro, escaliçando a fachada. As demais se perderam. Esta péssima estreia do colosso proveio, principalmente, do açodamento com que o açulavam. (CUNHA, 2022, p. 522).

Ainda sobre o temor causado por esse armamento aos sertanejos do arraial, foi descrita por Cunha (2022) uma ação desesperada realizada pelos conselheiristas, visando inutilizar a terrível máquina. O filho mais velho do conselheirista Joaquim Macambira, na companhia de

mais onze jagunços, sequiosos pela destruição da arma, embrenharam-se por entre as caatingas, até o local onde se encontrava o canhão. Atravessando o rio Vaza-Barris sem causarem alarde, e rastejaram pelo caminho sob o sol escaldante, por entre a vegetação esparsa, as rochas expostas e chapadas alcançando o reduto dos soldados, que dormiam. Chegando, dispuseram-se a golpear a enorme “matadeira”. Antes que se fizesse qualquer dano, a investida causou um grande estrondo que despertou os soldados, que abriram fogo contra os jagunços, restando apenas um sobrevivente do assalto frustrado, que descambou pelas caatingas debaixo de tiros furiosos.

O canhão foi utilizado ainda uma última vez contra os conselheiristas. No dia 23 de agosto de 1897, do alto da favela, descera dispendiosamente até Canudos, o canhão Whitworth 32, ficando a quinhentos metros da Igreja nova (MELLO, 2020). No dia seguinte, ao amanhecer, o “monstruoso canhão” fora detonado em direção a igreja nova, destruindo o teto e derrubando que sobrou da torre, fazendo saltar pelos ares, num badalar ressonante, o sino que convocava os combatentes para as rezas (CUNHA, 2022). Entretanto, no assalto, “quebrara-se uma peça do aparelho obturador do canhão fazendo-o emudecer para sempre” (CUNHA, 2022, p.604).

Convertido em peça inútil, o “espantalho de aço” fora abandonado após o desfecho do conflito e a destruição do arraial. 50 anos depois, o canhão fora convertido em um monumento edificado em 1942, pela Inspetoria Federal de Obras contra as Secas (IFOCS) a 300 metros do centro da segunda Canudos, fincado em um pedestal de concreto (SÁ, 2009). O “monumento aos mortos de canudos”, como ficou conhecido, simbolizava a ação dos onze pequenos jagunços que tentaram destruir o canhão e “dez pagaram com a vida seu gesto heroico e inútil” (TAVARES, 1993, p.34)” e por essa razão, segundo Sá (2009) num “lugar de memória” da Guerra de Canudos na região. A Segunda Canudos, juntamente as ruínas da Canudos de Conselheiro, foram inundadas pelas águas do Açude do Cocorobó, após a construção da barragem, concluída em 1968.

Como pode ser observado na foto (imagem 14), conforme consta em placa apregoada no suporte do monumento, o mesmo foi removido de Canudos e transportado para Salvador no dia 07 de setembro de 1961, ainda durante as obras da barragem, sendo destinado ao Q G. da 6ª Região Militar. Duas décadas mais tarde, em 1984, o canhão “A matadeira” fora transferido para a cidade Monte Santo/BA - a antiga base de operações do exército - com o patrocínio de autoridades locais (NASCIMENTO, 2018). Encontra-se desde então situada em um lugar privilegiado na Praça Monsenhor Berenguer, dividindo espaço com o busto do Marechal Bittencourt e com a estátua de Antônio Conselheiro que podemos ver a seguir:

Imagem 13: Estátua de Antônio Conselheiro exposta na Praça Monsenhor Berenguer em Monte Santo/BA



Fonte: Autoria própria, 2024.

Antônio Vicente Mendes Maciel, ou Antônio Conselheiro, como passou a ser conhecido pela sua atividade missionária, foi uma presença marcante no sertão baiano, e Monte Santo/BA foi cenário de algumas de suas mais importantes passagens, como bem destaca em suas “Crônicas da terra do sol”, o escritor José Gonçalves do Nascimento (2015). Cabe destacar que Canudos, no período em que ocorreram os acontecimentos da fatídica guerra, fazia parte do território de Monte Santo/BA, tendo na gênese do arraial de Belo Monte, a presença de muitos sertanejos da região, fervorosos da religiosidade que já fazia parte do contexto local em função do sacro-monte e das romarias já ali existentes.

A popularidade do santuário do Monte Santo já se expandia por todo o sertão, muitos já sabiam da existência desse “lugar sagrado”, razão pela qual um movimento de religiosos

sequiosos pelo atendimento de suas promessas, convergiam para o pequeno lugarejo. “Inúmeros romeiros desobrigavam seus pecados, padecendo do “calvário” até o topo, onde oravam e entoavam ladainhas na ermida milagrosa (SENA, 1994, p. 603)”. Entre peregrinos, beatos e missionários cativados pela obra idealizada pelo “apostolo dos sertões” Apolônio de Todi, e apreendida pela engenharia rude e audaciosa dos sertanejos (CUNHA, 2022), estava Antônio Conselheiro.

O “misterioso” personagem, já em 1882, era morador da vila e o mais extremado devoto do santo Frei Apolônio de Todi, sem dúvida o ser humano que mais influenciou seu espírito messiânico, inspirando as suas atividades religiosas e obras sociais, principalmente no que diz respeito à construção de igrejas, cemitérios, açudes, estradas e povoados (SENA, 1994, p. 603)

Em sua obra intitulada “Descrições práticas da província da Bahia”, o militar Durval Vieira de Aguiar (1979), fez uma descrição da situação dos municípios baianos durante o declínio do império. Este, ao falar sobre Monte Santo/BA, registrou a presença e atuação religiosa de Antônio Conselheiro no período em que residiu na cidade. Aguiar (1979) descreve uma assistência marcante do missionário, pregando e aconselhando de forma livre e deliberada na praça aos moradores e transeuntes da cidade, de maneira que atraía a atenção de considerável turba. Grande era a sua eloquência e popularidade, que realizava celebrações cujo aceno da população local resistia a qualquer ordem legal.

Quando por ali passamos achava-se na povoação um célebre Conselheiro, sujeito baixo, moreno acaboclado, de barbas e cabelos pretos crescidos, vestido de camisolão azul, morando sozinho em uma desmobiada casa, onde se apinhavam beatas e afluíam os presentes, com os quais se alimentava [...] O povo costuma afluir em massa, aos atos religiosos do Conselheiro, a cujo o aceno cegamente obedece, e resistirá, ainda mesmo a qualquer ordem legal, por cuja razão os vigários o deixam impunemente passar por santo, tanto mais quando ele nada ganha, e, ao contrário, promove extraordinariamente os batizados, casamentos, desobrigas, festas, novenas e tudo mais em que consistem os vastos rendimentos da igreja (AGUIAR, 1979, p. 83)

O casebre em que Antônio Conselheiro residia, e em frente do qual eram realizadas a maioria de suas pregações públicas, na época situado na ampla praça da matriz¹⁰ de Monte Santo (SENA, 1994), não existe mais na atualidade, e em seu lugar hoje encontra-se um frigorífico.

¹⁰ Atual Praça Monsenhor Berenguer e parte integrante do centro histórico de Monte Santo.

Imagem 14: Hospedaria onde ficava Antônio Conselheiro em Monte Santo (1957)



Fonte: IBGE, 2024.

Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/monte-santo/historico>. Acesso em 17 de Fev. 2024.

Ao subir a Serra da Santa Cruz acompanhado por uma multidão de peregrinos, Antônio Conselheiro mostrou-se, antes de toda a fama que lhe foi atribuída, um humilde penitente. Como relata o escritor Euclides da Cunha (2021), sua presença teve forte impacto sobre o imaginário popular, envolto no misticismo religioso característico da gente da Monte Santo/BA daqueles tempos. Logo surgiram as primeiras lendas envolvendo o emblemático beato fundador do arraial do Belo Monte.

Moradores narram que em certa ocasião, chegando em Monte Santo com o seu séquito, determinou que fosse realizada uma procissão pelas estações da via-sacra até o topo do monte, na última capela. E assim aconteceu, e a multidão subiu, guiada pelo beato em lenta procissão por toda a extensão do caminho ladeado de pedras, entoando cânticos, benditos e ladainhas, parando em cada um dos passos, contrita (CUNHA, 2022). Ao chegar a noite, acenderam tochas e seguiram traçando uma marca luminosa no dorso do monte, e assim sucede a descrição de Cunha sobre ocorrido (2022, p. 258), de que ao chegar no topo do monte, na Santa Cruz, “Antônio Conselheiro, ofegante, senta-se no primeiro degrau da tosca escada de pedra, e queda-

se estático, contemplando os céus, o olhar imerso nas estrelas...”.

Contemplativo, então, levanta-se. Mal sofreia o cansaço. Entre alas respeitosas, penetra, por sua vez, na capela, pendida para o chão a cabeça, humílimo e abatido, arfando.

Ao abeirar-se no altar-mor, porém, ergue o rosto pálido, emoldurado pelos cabelos em desalinho. E a multidão estremece toda, assobrada... Duas lágrimas sangrentas rolam, vagarosamente, no rosto imaculado da virgem Santíssima... (CUNHA, 2022, p. 258).

Conselheiro não se limitou às pregações e penitências, mas também realizou intervenções em Monte Santo/BA. Obreiro reconhecido pela construção de cemitérios, igrejas e capelas pelos sertões, retornou à Monte Santo pela segunda vez em 1892, um ano antes de fundar arraial de Belo Monte. Encontrando o lugarejo já dispondo de cemitério e igreja, junto ao seu séquito, tratou de realizar reformas na via-sacra, fazendo reparos nas capelinhas e no caminho da Santa Cruz. Segundo as tradições orais, nessa ocasião, foram construídas por Antônio Conselheiro e os sertanejos que o acompanhavam, em mutirão, as muretas que ladeiam a parte mais íngreme do caminho da Santa Cruz (GONÇALVES, 2018). Com a sua atuação, Antônio Conselheiro, “embora não intencionalmente, acrescentou as componentes política e social a realidade religiosa, já tradicional naquela área mítica do solo brasileiro.” (SENA, 1994, p. 603)

Anos depois, Monte Santo/BA tornou-se quartel general da guerra contra comunidade fundada por Conselheiro, fora local de acampamento das tropas e recebeu a comitiva liderada pelo Ministro da Guerra, Marechal Carlos Machado Bittencourt. Integrando a mesma comitiva, estava o jornalista e escritor Euclides da Cunha, que subiu a montanha sagrada, e percorreu em sua obra reconhecida “Os sertões” vários aspectos da paisagem local, bem como relatou os acontecimentos relacionados a guerra.

Em virtude dos fatos verificados anteriormente, a presença de Conselheiro em Monte Santo se fez marcante em Monte Santo, tanto historicamente, como culturalmente, tornando-se uma figura lendária do imaginário popular do lugar. Desse modo, justifica-se a existência de um monumento referente a passagem do beato pela cidade. A homenagem a Antônio Conselheiro, intitulada “Monumento a Canudos”, trata-se de uma estátua representando a figura do beato e que se encontra exposto em pedestal elevado, na Praça Monsenhor Berenguer.

Esculpido em madeira, o monumento foi inaugurado em 1984, durante os festejos de Todos os Santos. Na mesma ocasião, fora transportada para Monte Santo a peça bélica “A matadeira”, que desde então, encontra-se alocada junto a escultura na praça principal da cidade. A escultura foi encomendada pelo então prefeito Ariston Andrade, que em diálogo informal

com o autor desta pesquisa, apontou como responsável pela feitura do trabalho, o escultor e artista plástico Manoel do Bonfim, que na época possuía um ateliê localizado no bairro Rio Vermelho, na Rua Fonte do Boi, próximo ao Largo de Amaralina em Salvador/BA. A informação foi confirmada pelo filho do artista, o também artista plástico Manoel Augusto Bonfim, que em diálogo informal, relatou ter acompanhado o processo de produção da escultura.

Imagem 15: Artista plástico Manoel do Bonfim



Fonte: Disponível em <https://www.arrematearte.com.br/artistas/manoel-do-bonfim-1928>. Acesso em 22 de dez. 2023.

Manoel do Bonfim foi um artista de origem popular, nascido em Salvador em 25 de maio de 1928. Ficou conhecido pelos seus trabalhos plásticos que abordavam a cultura de matriz africana e retratavam principalmente os orixás do candomblé, religião a qual pertencia, sendo ogã confirmado na Casa Branca, e tendo, portanto, conhecimento e envolvimento com os rituais e divindades que inspiravam sua arte¹¹. Praticava a pintura, tapeçaria, cerâmica, bem como esculpiu centenas de orixás, muitos deles espalhados por coleções particulares no Brasil e no exterior. Conforme aponta Filho (2016), foi o primeiro artista brasileiro a esculpir todos os orixás do panteão Nagô-jeje (Iorubá) da Bahia em madeira, muitas dessas obras encontram-se expostas no museu afro-brasileiro, em Salvador.

¹¹ Informações sobre a biografia de Manoel do Bonfim foram adquiridas por meio de sites e de diálogos informais com o filho de Bonfim, o também artista Manuel Augusto Bonfim. Podem ser encontradas no seguinte link: <https://reynivaldobritoartesvisuais.blogspot.com/2017/01/manoel-bonfim-o-emissario-dos-orixas.html?m=1>. Acesso em: 22 de dez. 2023.

O artista participou de importantes exposições individuais e coletivas. Entre suas obras mais conhecidas, está o monumento à Yemanjá, inaugurado em 1967. A estátua confeccionada por Bonfim encontra-se exposta em frente a Casa de Yemanjá, no Rio Vermelho, bairro onde residiu por 22 anos. No mesmo bairro, na Rua da Fonte do Boi, montou ateliê de trabalho e a galeria Bonfim, loja para comercialização de suas obras. Nessa loja fora encomendada a escultura em homenagem ao beato Antônio Conselheiro, conforme foi possível constatar.

É importante atermo-nos às características da escultura e como ela representa a figura de Antônio Conselheiro: a expressão carrancuda, o semblante sisudo, o corpo esguio e de aparência miserável, compõem uma feição sombria e que externa uma visão demasiadamente caricata do beato, bem como imprime um traço bastante estereotipado e grosseiro do sertanejo. Ademais, a configuração em que se encontra posicionada a escultura, na mira do canhão que é um símbolo da desolação e do terror vivenciado no terrível episódio sangrento da Primeira República Brasileira. Essa configuração é recente e situa-se no contexto da requalificação da praça em 2012 e mantendo-se inalterada desde então.

A escultura atualmente continua exposta na Praça Monsenhor Berenguer ao ar livre e sem cobertura. Em virtude do efeito do tempo, falta de manutenção, bem como as condições inapropriadas em que se encontra alocada, segue em avançado estado de descaracterização. Deixou seu aspecto original, as camadas da madeira de cedro em que fora esculpida descascaram, perdendo-se a assinatura original do artista. Foram realizadas restaurações esporádicas ao longo do tempo, mas devido aos estragos na madeira, pouco se recuperou de sua aparência inicial.

O sobrado, o busto, o canhão e a estátua do Beato contrastam em uma Praça que mostra para seu povo o legado da sua história. São histórias entrecruzadas com distintas representações que precisam ser problematizadas e reinterpretadas, um dos caminhos para tais questionamentos é justamente o ensino de História e o trabalho com Educação Patrimonial com estudantes do ensino médio de uma escola pública da cidade. Antes disso, vamos a via-sacra.

3.2 A via-sacra no Monte Santo: o calvário sertanejo construído pelas mãos do povo

O patrimônio religioso possui sua relevância tanto por sua abrangência temporal, como pela dinâmica cultural que o engloba e envolve a sociedade a qual pertence, influencia seu cotidiano e em seu modo de vida. (TIRAPELI, 2020). Dessa forma, os exemplos de patrimônios que podem ser incluídos nessa classificação são vastos, dos quais os lugares de culto e devoção e suas construções ocupam uma posição privilegiada. O sacro-monte em Monte Santo/BA, por

suas características arquitetônicas populares e por remontar o contexto histórico e cultural do Brasil Colonial, constitui-se em um patrimônio não só de importância histórica local, mas de abrangência nacional, como podemos observar em seu processo de tombamento.

O crescimento da cidade está associado diretamente às romarias periódicas ao Santuário da Santa Cruz. Berço de tradições religiosas do catolicismo popular, a cidade recebe fiéis de várias regiões do país durante as datas de romaria ao Santuário, situado no cume do monte que dá nome a cidade.

As romarias estimularam o crescimento de um pequeno comércio na antiga Praça da Matriz, possibilitando dessa forma, no final do século XIX, outras atividades econômicas mais duradouras, como aquelas ligadas à pecuária e ao artesanato em couro e cerâmica, bem como de pequeno comércio de objetos de culto esculpidos em madeira e em cerâmica, além de alimentação, oferecidos nas feiras livres (VENÂNCIO FILHO, 2016, p.38).

A festa da Semana Santa ocorre em consonância com a Páscoa, não possuindo uma data fixa. Ao longo da semana são realizadas celebrações tendo destaque as procissões que ocorrem na quarta, quinta e sexta-feira, no qual as imagens da Santa Cruz são carregadas em procissões com os devotos pelas ruas da cidade representando as cenas da paixão e morte de Jesus Cristo. “Nesse período existe uma participação maior das comunidades rurais e moradores da sede do município do que de pessoas vindas de outras cidades” (VENÂNCIO FILHO, 2016, p.120)

A romaria que ocorre durante a Semana Santa, na madrugada da sexta-feira da paixão, consiste na subida dos fiéis pela via-sacra repleta de capelas até o santuário, relembrando os passos de Jesus Cristo ao monte calvário. A população é acordada às 4 horas da manhã com o reçoar das matracas que são usadas pelos membros da irmandade convocando-os para à subida ao monte.

Cobertos com túnicas vermelhas, os homens da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santa Cruz se concentram na Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus para, em seguida, encabeçarem a procissão, empunhando uma cruz de tamanho grande rumo ao Santuário. O silêncio do caminho é cortado por rezas e cantos daqueles que seguem a irmandade. (VENÂNCIO FILHO, 2016, p. 120)

Conforme destaca Tirapeli (2020, p. 79), “os locais de culto necessitam de mobiliário, vestimentas, instrumentos musicais e textos para a difusão da perenidade do culto”, da mesma forma podemos verificar em Monte Santo/BA. A descida acontece ao romper do dia com os devotos em procissão junto às imagens que são trazidas pela irmandade com o auxílio dos fiéis, entoando benditos, cantos e rezas. Ao descer a via-sacra com as imagens, os fiéis se unem a uma multidão de outros fiéis que aguardam para seguir com a procissão pelo centro histórico

da cidade, conduzidas pelos membros da irmandade devidamente trajados com suas capas, e acompanhados por músicos da cidade que fazem arranjo do cortejo do esquife do senhor morto, uma tradição ainda viva, como pode ser observada na imagem a seguir.

Imagem 16: Romaria da Sexta-feira da Paixão: fiéis descendo o caminho do Santa Cruz em Monte Santo/BA



Fonte: Autoria própria. Abril/ 2023.

A Romaria de Todos os Santos é a mais expressiva e trata-se de uma tradição secular que marca a fundação do Santuário, ocorrida no século XVIII. Idealizado pelo capuchinho italiano Apolônio de Todi, o Santuário da Santa Cruz foi edificado pelos sertanejos que viviam nessa região, tornando-se símbolo de devoção e lugar de peregrinações. Diferente da Romaria da Sexta-feira da Paixão, que tem participação preponderante da população local, a Romaria de Todos os Santos ocorre em data específica e é marcada pelo turismo religioso como também pela participação de romeiros de diferentes lugares do país. Durante o dia 31 de outubro, a cidade se transforma, a dinâmica urbana se modifica, a pacatez dá espaço ao trânsito agitado, ao movimento intenso de fiéis e romeiros pelas ruas, concentrando-se principalmente na Praça Monsenhor Berenguer, na qual encontra-se situada a Igreja Matriz, onde fiéis e romeiros são recebidos.

A cidade que nasceu muito antes da constatação de sua situação física e geológica, foi movida pelas características do passado, especialmente aquelas ligadas às atividades religiosas e, o que é importante, ainda continua com sua dinâmica baseada em duas peregrinações. (VENÂNCIO FILHO, 2016, p. 37)

A tradição religiosa está presente na identidade da cidade, da mesma forma ligada intrinsecamente à história de Monte Santo/BA, desde a formação da comunidade. Os sertanejos, vivendo em um contexto laborioso, tinham na fé uma forma de restituir suas esperanças em um futuro melhor, na busca pela salvação por meio da aproximação com o sagrado. “É no Nordeste, principalmente nos locais onde a seca sempre castigou o povo, que se encontrava em total abandono, que a ação dos frades trouxe certo conforto espiritual” (VENÂNCIO FILHO, 2016, p. 84). A construção do Santuário de Santa Cruz constituiu-se em um marco que simboliza um esforço da igreja católica por consolidar a sua presença no sertão, lugar que no século XVIII, se encontrava desassistido de quem os direcionasse espiritualmente, motivo pelo qual a região tornou-se um polo para a atuação missionária de Frei Apolônio de Todi.

Dessa forma, a via-sacra se tornou um grande símbolo de devoção, pois relembra o sofrimento de Cristo em seu trajeto ao Monte Calvário, e o seu sacrifício morrendo na cruz para que todos pudessem ser salvos. A paixão de Cristo simbolizava o sacrifício pelo bem maior, e gerava identificação com sofrimento do sertanejo diante da seca e das adversidades que se impunham sobre ele. Convergiu-se ao Santuário da Santa Cruz intensa peregrinação que foi responsável pelo crescimento da comunidade aos pés do sacro-monte.

O envolvimento da população local, destacada por Apolônio de Todi na missão de construção da via-sacra, permaneceu após o missionário instituir a romaria solicitando aos devotos que subissem o monte nos dias santos. Segundo Venâncio Filho (2016), tradicionalmente, a própria população era responsável pela manutenção e preservação dos edifícios religiosos. Os que compunham a irmandade, de forma ainda mais significativa, se envolvendo com obras relacionadas ao santuário e as capelas da via-sacra.

A irmandade dos Santos Passos e do Nosso Senhor Jesus Cristo e das Dores, fora criada e legalizada por requerimento do próprio frei Apolônio ao arcebispado da Bahia, com a finalidade de garantir a integridade do Santuário. “A irmandade era responsável pelas obras, limpeza e conservação, tanto do Santuário, quanto da Igreja Matriz (VENÂNCIO FILHO, 2016, p. 88). Os membros da irmandade, ao ingressarem, assumiam também o compromisso de fazerem ofertas para sustento dos edifícios religiosos e reparos necessários.

Outras irmandades foram instituídas ao longo do tempo com demandas diferentes, a exemplo da Irmandade das Santas Almas Benditas, da Santa Cruz, do Santíssimo Sacramento e do Coração de Jesus, que de acordo com Venâncio Filho (2016) tiveram atuação de 1868 até 2003, conforme fora analisado em livros de atas de receitas e despesas existentes na Secretaria da Paróquia Sagrado Coração de Jesus.

A aura que envolve o sacro-monte chamou a atenção dos cineastas que abordaram em

suas obras aspectos do misticismo religioso popular que residia no sertão como forma de resistência em uma realidade de exploração e miséria vivida pelos sertanejos ao longo da história, a exemplo do já mencionado filme “Deus e o diabo na terra do sol”, e a minissérie “O pagador de promessas”, tendo Monte Santo/BA como cenário e produzida pela Rede Globo em 1986. Baseada na peça teatral homônima de Dias Gomes, a minissérie buscou retratar a realidade do sertanejo e a sua luta pelo bem mais precioso para o seu sustento, que é a terra. O cenário de conflitos agrários em Monte Santo/BA na década de 1980 foi explorada pela produção, bem como a mística e as tradições religiosas locais. Cenário também explorado na nossa proposta para o ensino de História. Deixamos a via-sacra e vamos ao Museu.

3.5. Museu do Sertão: uma busca pela memória no sertão baiano

Com a proposta de resguardar a memória, história e cultura de Monte Santo, foi inaugurado na cidade o Museu do Sertão, em 1982. O projeto foi iniciado na gestão do então prefeito Antônio Cordeiro de Andrade, no ano de 1981, que para fins de instalação do museu, via decreto municipal de nº 33/81, desapropriou um casarão e seu terreno, localizado na Rua Frei Apolônio de Todi, declarando-o como de utilidade pública, conforme consta no Inventário de Proteção do Acervo Cultural (IPAC, 1992). A casa, de fachada tipo chalé, foi construída em 1922 para ser residência do Sr. Galdino Andrade, ex-prefeito de Monte Santo, e sua esposa, Amélia Andrade. Ainda em 1981, após desapropriação amigável, a Prefeitura doou a casa, então arruinada, para a instalação do museu (IPAC, 1999, p.180).

Imagem 17: Inauguração do Museu do Sertão em Monte Santo/BA



Fonte: Acervo de Hildegardo Cordeiro, 1982.

Em 1982, após ser doada, a residência passa a ser adaptada para sediar o Museu, com projeto elaborado pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), a casa foi restaurada com recursos da Empreendimentos Turísticos S/A (Emtur) e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), e por fim, inaugurado no mesmo ano. O edifício integra o conjunto urbano e paisagístico tombado pelo IPHAN em 1983, processo do qual mencionamos anteriormente.

Imagem 18: Fachada do museu do Sertão de Monte Santo/BA (2023)



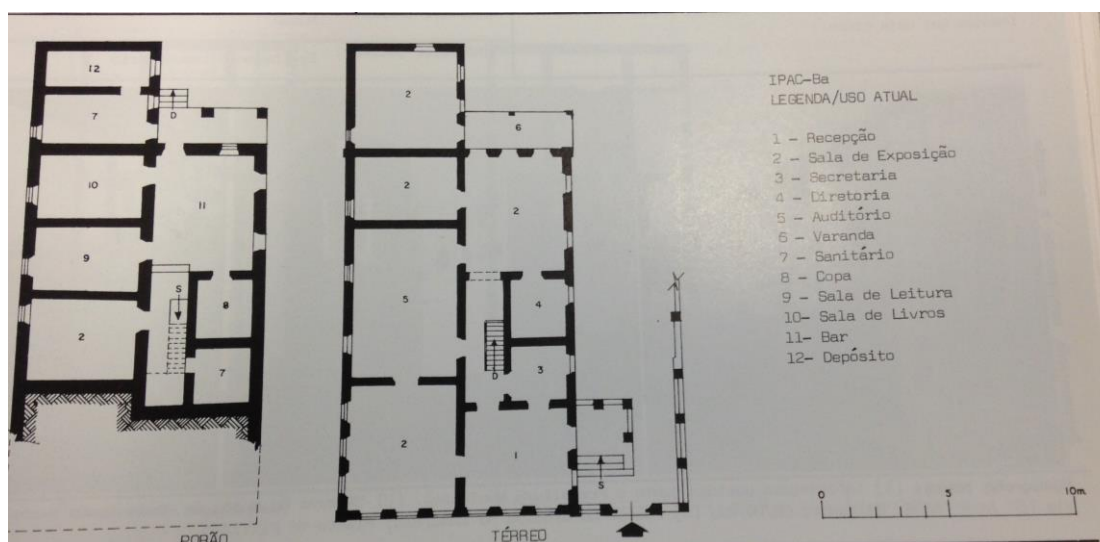
Fonte: Autoria própria, 2023.

Sobre a descrição arquitetônica da sede do museu, trazemos as informações contidas no inventário realizado pelo IPAC.

Casa de residência construída em dois planos: térreo e subsolo. Planta retangular alongada, que se repete em dois planos, recoberta por telhados de duas águas perpendiculares à rua. Fachada tipo chalé, com frontão triangular, originalmente com lambrequins de zinco e medalhão central, sustentado por cunhais com capitéis jônicos. Janelas com moldura em argamassa e folhas de venezianas e vidro. Acesso lateral pela sala de visitas frontal, que se ligava, por corredor longitudinal, à sala de jantar. Esta se debruçava sobre o quintal por meio de um balcão, com o qual se articulava com a cozinha. A ala voltada para o poente era ocupada pelos quartos. O térreo está ligeiramente elevado com relação à rua e é totalmente assoalhado. Merece destaque o piso de pedra da cozinha e da varanda posterior do subsolo. Não se conserva nada do acervo primitivo da casa, mas o atual museu reúne coleção de ex-votos e armas utilizadas na guerra de canudos. (IPAC, 1999, p. 179)

Conforme noticiado no jornal *A tarde*, em 6 de setembro de 1982, o Museu do Sertão fazia parte do Projeto Turístico de Canudos, com a finalidade de equipar a área sertaneja entre Caldas do Jorro e Monte Santo, com um investimento de Cr\$10 milhões, com recursos provenientes do governo do Estado, e da Sudene. (A TARDE, 1982). A fundação do Museu fazia parte de um esforço para preservar a memória e a cultura popular, como também de promover o turismo na região específica do sertão baiano, de notável potencial, mas carente de investimentos. Cabe destacar que a inauguração do museu, ocorre, como destacado anteriormente, em um contexto de mudanças acerca da atuação do IPHAN na década de 80, bem como de intensa atuação da intelectualidade baiana no sentido de preservar a memória e cultura do sertão baiano.

Imagem 19: Planta do Museu do Sertão, 1981.



Fonte: Inventário do acervo cultural da Bahia, IPAC (1999)

Conforme pode ser observado na imagem referenciada, a planta do Museu constitui-se em espaço térreo e porão. Algumas modificações foram realizadas com o intuito de adequar a residência para sediar o acervo histórico e cultural da cidade. Entre os trabalhos realizados no Museu, houve a recuperação de sua estrutura física, com reparos do telhado, assoalhos e piso; adaptação de sanitários e de uma copa na parte térrea. O casarão também foi forrado e alterações foram feitas como a ampliação de cômodos, sendo eliminados no térreo divisórias entre dois quartos e entre a cozinha e a dispensa para sediar um auditório e uma sala de exposições, respectivamente (IPAC, 1999).

Acerca do sistema construtivo e materiais empregados na residência, no inventário, consta: “Casa com fundações e arrimos de pedra e paredes de adobe que sustentam assoalho, e

telhado de duas águas, em telha canal. A cumeeira é sustentada por uma parede mediatriz, que separa a ala dos quartos dos cômodos de uso pessoal (IPAC, 1999, p. 180)”.

O acervo inicial do Museu contava com uma coleção de ex-votos da região, principalmente os de Monte Santo/BA, depositados na sala de milagres do Santuário da Santa Cruz; reproduções fotográficas da Guerra de Canudos realizadas pelo fotógrafo Flávio de Barros, cópias do acervo pertencente ao Museu da República, no Rio de Janeiro; aquarelas de Carybé sobre os costumes da Bahia; reproduções fotográficas de gravuras realizadas pelo pintor dinamarquês Ib Andersen e que ilustraram a edição dinamarquesa do livro “Os sertões” de Euclides da Cunha; microfilmes de jornais contemporâneos a Guerra de Canudos e um audiovisual do artista Mário Cravo com trilha do compositor e maestro Lindembergue Cardoso. Ademais, o acervo também compunha diversas peças decorativas do artesanato local e regional (A TARDE, 1982).

Desde sua fundação, o Museu do Sertão, tanto reuniu novas peças, como perdeu artefatos de seu acervo em decorrência de períodos em que se encontrou em completo abandono pelo poder público municipal, tendo peças perdidas por falta de manutenção ou furtos. Em 2023, possuindo pela primeira vez, em mais de uma década, uma gestão própria à frente de seu acervo, sob a direção do professor Emanuel Cardoso, o museu tem renovado algumas de suas salas de exposição bem como tem promovido eventos para apresentar seu acervo e promover trabalhos realizados por escritores e artistas locais.

Como descrito, o acervo do Museu foi formado com artefatos de diferentes temporalidades sendo que as fontes acerca de suas origens foram se perdendo ao longo do tempo, de modo que o inventário produzido quando da formação do primeiro acervo fora perdido e desde então, nenhum outro foi construído. Indagado sobre essa documentação, a direção do Museu relatou a falta do inventário do acervo antigo ao assumirem a gestão, tornando difícil reunir informações mais específicas sobre a origem das peças ainda existentes, seu estado de conservação, bem como identificar as peças que foram furtadas ou retiradas do Museu durante o período em que esteve desativado. Em virtude disso, tomamos como fonte para a nossa análise os diálogos informais realizados com os funcionários do Museu.

Outras informações foram extraídas de artigos científicos, dissertações e teses acerca dos temas que aludem os objetos do museu, bem como a procedência dos artefactos. Entretanto, pelas dificuldades já mencionadas, foram feitas escolhas do que seria aprofundado nessa dissertação. Conforme fora observado em visita de campo, atualmente o acervo expositivo do Museu do Sertão encontra-se organizado da seguinte forma:

Imagem 20: Sala de recepção do Museu do Sertão



Fonte: Autoria própria, 2023.

Na sala de recepção do museu, entre os objetos expostos, destacam-se quadros dos antigos proprietários da casa, o Cel. Galdino Andrade e sua esposa Amélia Andrade, bem como uma figura proeminente na história de Monte Santo, o Cel. Salustiano Dias de Andrade, dono das terras da Fazenda Angico e que teve estreitos laços com o cangaceiro Lampião (OLIVEIRA, 2015); uma réplica em gesso do Meteorito do “Bendegó”; um pôster do filme “Deus e o diabo na terra do sol”, filmado em Monte Santo em 1963. Além desses objetos, há uma fotografia do meteorito original e um pequeno texto acerca de seu achado. Outros objetos, como um cofre antigo e outras fotografias estão expostos aleatoriamente, não dispondo de legendas que informem sobre eles.

Entre os fatos históricos que marcam a história de Monte Santo, está o achado do Meteorito do Bendegó, encontrado pelo cidadão Joaquim da Motta Botelho, em 1784, próximo ao riacho Bendegó, afluente do rio Vaza-Barris, então território de Monte Santo. A “adaga flamejante”, conforme apelidou Sena (1994), cruzou o espaço e despencou em solo nordestino em data não precisa, e por lá permaneceu até ser descoberto pelo vaqueiro, que estranhando a aparência da pedra metálica, avisou as autoridades. O fervor religioso da gente sertaneja,

encontrou no fenômeno cósmico um sinal divino que o impulsionou, resultando em romarias e procissões ao lugar onde se encontrava “a pedra que caiu do céu”, acreditando-se no poder místico da pedra.

No ano de 1785, informado sobre o achado da pedra misteriosa, o governador da Bahia, Dom Rodrigues Menezes, achando tratar-se de pedra preciosa e de valor, determinou a retirada do meteorito, incumbindo o Capitão – Mor da vila do Itapicuru Bernardo Carvalho da Cunha da missão de transportar a pedra para Salvador. Fora construído para a empreitada um carretão de madeira a ser puxado por juntas de bois, bem como uma calçada de pedras até a margem do riacho do Bendegó, com a qual pretendia-se atravessar o riacho e levar a pedra até a capital. Contudo, sendo puxado por 12 juntas de boi, ao chegar as margens do riacho, o carretão perdeu o controle e despencou em seu leito, fazendo com que o projeto fosse abortado.

Conforme foram sendo testemunhados eventos envolvendo a queda de meteoritos em outros países, o que era credence popular, passou a ser reconhecido como um fenômeno astronômico pela ciência, o que levou a atenção de cientistas pelo mundo ao encontro do meteorito até então esquecido nos rincões do sertão baiano. Tomemos por exemplo a vinda do cientista A. F. Mornay, que ao visitar o local onde se encontrava o meteorito, retirou-lhe um fragmento para análise e publicou um artigo na Inglaterra sobre o meteorito; em 1811, o mesmo foi examinado pelo militar Felisberto Gomes Caldeira, que fez nova tentativa, também infrutífera, de retirada do meteorito do lugar (PEDREIRA; ROCHA, p. 13).

Em 1820, foi a vez dos naturalistas alemães Von Spix e Von Martius inspecionarem o meteorito e tentarem dele retirar fragmentos. Tendo dificuldades em virtude da solidez do meteorito, atearam fogo por horas até dele extraírem diversas amostras que foram enviadas à vários museus pelo mundo.

Um século depois, cientistas e governantes decidiram transportar o enorme aerólito – um dos maiores que já alvejaram nosso planeta – para a capital do império, o que foi feito através de prolongada e penosa jornada, eivada de inúmeros acidentes e iniciada em agosto de 1887. Asseguram os mais antigos que o “cometa” recusava-se a sair do ponto onde fora enviado pela vontade divina: movido por força sobrenatural interior, enterrava-se, por si mesmo, enquanto emitia sons apavorantes, ao cair da carreta puxada por várias juntas de bois, que se quebrava repetidamente, ao longo daquela transladação (SENA, 1994, p. 601)

Em viagem à Paris, ficando a par do entusiasmo dos cientistas franceses com o meteorito encontrado no sertão, o então imperador Dom Pedro II tomou a iniciativa de empreender novo projeto de retirada do meteorito, e em parceria com a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, reuniu recursos financeiros para transportar o meteorito. Segundo os estudiosos do assunto:

“Foi o trabalho de remoção iniciado em 07 de setembro de 1887, sob os auspícios e supervisão direta do tenente José Carlos de Carvalho, e dos engenheiros Vicente José de Carvalho Filho e Humberto Saraiva Antunes.” (PEREIRA; ROCHA, 1996, p.13)

Percebe-se a importância do meteorito e sua relação com a história do Brasil devido a data escolhida para o seu transporte, ocorrida no dia em que se comemora a independência do Brasil, sendo um marco da história brasileira devido ao notável esforço empreendido em sua remoção, processo que lidou com as intempéries do clima árido do sertão e poucas condições de transporte características daquela época e região, como fora descrito em relatório feito pelo tenente responsável por comandar a equipe envolvida no traslado, o tenente José Carlos de Carvalho. Assim, Carvalho (1888, p.38) descreve percurso do meteorito:

“Arrancar o meteorito do leito do riacho do Bendegó onde se achava enterrado desde 1785, transportá-lo para lugar onde pudesse ser embarcado no carretão, galgar as barrancas empedradas da margem esquerda para alcançar as planuras superiores do vale, exigiu da comissão interesse decidido e uma porção imensa de paciência e cuidados [...]”

O meteorito foi deslocado por meio de um carretão de ferro batido puxado por juntas de bois até a estação ferroviária do povoado de Jacurici, no município de Itiúba, ao longo de 126 dias em que foram percorridos 119 km até a referida estação. Depois, seguindo dali por trem até Salvador chegando em 22 de maio de 1888, ficando exposto por curto período. Posteriormente, foi conduzido por meio de navio para o Rio de Janeiro onde desembarcou em 15 de junho 1888, “sendo recebido pessoalmente pela Princesa Isabel, cientistas, e nobres do II Império do Brasil.” (CARVALHO, 2010, p. 5)

Desde 15 de junho de 1888 até os dias de hoje, o meteorito do “Bendegó” integra o acervo do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, resistindo, inclusive, ao trágico incêndio que acometeu o Museu destruindo parte de significativa de seu acervo em 2018.

Imagem 21: Meteorito Bendegó resiste ao incêndio no Museu Nacional



Fonte: Clever Felix/Estadão Conteúdo, site UOL.

De acordo geólogo Wilton Pinto de Carvalho (2010), trata-se do maior meteorito da coleção brasileira e ocupa a 16ª posição entre as maiores massas de ferro-níquel de origem espacial catalogadas no mundo, possui massa de 5.360 kg, medindo 2,15m de comprimento, por 1,50m de largura e 0,66 m de altura. Conforme Pedreira e Rocha (1983, p. 13), segundo os dados levantados pelo Observatório Astronômico de Betelgeuse (Cachoeira – BA), o meteorito é quase todo de ferro, composto de 92,5% de ferro, 6,40% de níquel e 2,39% de outros compostos. 60 kg do meteorito fora cortado de sua massa original e enviada para vários museus do mundo, a exemplo de Londres, Viena, Gottinguen, Berlim, S. Petersburgo, Erlangen e Copenhague.

A expedição que fora responsável pela retirada do meteorito deixou no lugar da queda do meteorito um marco feito de pedra e em formato piramidal celebrando a missão de sua retirada e reiterando a importância desse projeto iniciado na data simbólica da independência, sendo batizado o marco de D. Pedro II. Entretanto, esse monumento não resistiu a ira dos sertanejos. O misticismo popular mais uma vez se manifestou, conforme aponta Venâncio Filho (2016). Ocorre que, um ano após a retirada do meteorito, sucedeu-se na região uma terrível seca que logo fora relacionada a um castigo dos céus pela retirada da “pedra sagrada”.

Movidos pela crença, um mutirão seguiu até o marco deixado no lugar da queda meteorito e o destruiu. Escavaram sua base em busca de uma nova pedra sagrada, que segundo eles, botaria do mesmo lugar aonde aparecera a outra. Entretanto, nada encontraram além de uma caixa de ferro contendo em seu interior folhas com inscrições em homenagem ao imperador e os nomes dos membros da comissão de transporte do meteorito. (Venâncio Filho, 2016).

No cinema, Monte Santo/BA teve projeção internacional sendo o cenário de uma das mais importantes obras da história do cinema brasileiro, o filme “Deus e o Diabo na Terra do Sol”, de autoria e direção do cineasta baiano Glauber Rocha. Gravado em locações do Centro Histórico de Monte Santo, em 1963, teve como parte de seu elenco figuras como Yoná Magalhães, Maurício do Valle, Geraldo Del Rey e Othon Bastos. Moradores de Monte Santo também atuaram no filme, em grande parte como figurantes.

Monte Santo/BA fora escolhida para a gravação do filme por conta das memórias que a envolvem, pela sua relação com a Canudos de Antônio Conselheiro, o misticismo em torno do Santuário e suas romarias, pela passagem do bando do cangaceiro Lampião pela região, dentre tantas narrativas presentes na oralidade local, e que, mantinham-se vivas na memória social daquele lugarejo. Na biografia de Glauber Rocha, intitulada “A primavera do dragão”, sobre o lugar das gravações, Nelson Motta (2011, p. 258) ressalta que o ar da cidade “estava impregnado de memórias de cangaceiros e beatos, vaqueiros e fazendeiros, de miséria e fanatismo.

O filme conta a história do vaqueiro Manuel, que, revoltando-se contra a exploração de um coronel, mata-o, volta para casa e convence, Rosa, sua companheira, a fugir com ele, primeiro unindo-se a um grupo de fanáticos religiosos liderados pelo Beato Sebastião e, posteriormente, ao bando de cangaceiros liderados pelo temido cangaceiro Corisco. Conforme aponta Venâncio Filho (2010, p. 49), as gravações impactaram a comunidade local, que movida pelo misticismo religioso, acreditavam se tratar, pelo título do filme, de algo “mais do diabo do que de Deus”.

Uma série de situações que nos trazem uma ideia do imaginário local na época do filme, bem como o impacto destacado por Venâncio Filho (2010), foram registradas em uma série de reportagens realizadas por Bernardo de Carvalho, enviado especial a Monte Santo pelo jornal *Folha de São Paulo*, em 1994, três décadas depois daqueles tensos dias de gravação. Foram entrevistados moradores que participaram do filme como figurantes, bem como integrantes da produção e do elenco do filme.

Entre os depoimentos de moradores que participaram do filme, Carvalho (1994) traz o da Dona Edwirges Cardoso, que mostra o temor religioso dos moradores de Monte Santo em participarem do filme:

Você conhece a Yoná (Magalhães)? Aquela beleza –e boa! Ela me perguntou se eu era capaz de conversar no filme de Deus e o diabo. Eu respondi que não trabalhava para o diabo. Ela disse: ‘A senhora tem que trabalhar amanhã’. E eu digo: ‘Não senhora. Não trabalho, não’”, conta Eduíge Rosa Cardoso, 86.
Dona Eduíge hesitou muito antes de aceitar ser filmada –e tomou gosto. Ainda hoje, enxergando apenas intensidades de luz mas não mais as figuras a sua volta, e sem

conseguir levantar da cama, ela relembra o que gritou carregando uma pedra na cabeça pelos 3 km do caminho da Santa Cruz, que sobe o Monte Santo até o pico e a capela construída no século 18. (CARVALHO, 1994)

A cidade tem origem na experiência religiosa, e a mesma se faz presente no imaginário do lugar, refletindo-se no cotidiano daquela comunidade, como um elemento pertencente à sua identidade. Esse elemento foi muito explorado em “Deus e o diabo”, e a reação dos figurantes monte-santenses acabou contribuindo para trazer dramaticidade e realismo ao filme. Os acontecimentos representados no filme se passam após a morte de Lampião e a Guerra de Canudos, durante as filmagens, os camponeses acreditavam que a produção do filme estava trazendo a guerra de novo para região, descreve o então assistente de direção do filme, o produtor Paulo Gil Soares, em depoimento a Carvalho (1994).

Realidade e ficção se encontravam na Monte Santo daqueles dias. O filme de Glauber Rocha dialogava de forma intensa com o contexto histórico da cidade e as memórias existentes nesse lugar marcado pela concentração de terras e a grilagem, e por ser testemunha da guerra de Canudos. “Uma atmosfera mística estava ali entranhada, a ponto de implodir os limites, entre ficção e realidade, confundindo a representação e o real”, enfatiza o geógrafo Venâncio Filho (2016, p. 49). Antigos medos foram confrontados para que a gravação pudesse ocorrer, conforme podemos ver no seguinte trecho da reportagem:

Muitos habitantes de Monte Santo lembram do medo provocado inicialmente pelas filmagens, sem saber se estavam diante da realidade ou de uma representação. “Naquele tempo a gente era trouxa mesmo. Na hora de morrer, eu disse: ‘Vou cair fora, vão me matar!’. A Yoná Magalhães dizia: ‘Não vai morrer ninguém, não. E eu respondia: ‘Vige, uma hora dessa e a gente ainda não comeu. Vai morrer de fome’”, conta Domingas Pereira da Silva, 50, que é sobrinha de dona Eduíge e também estava entre os figurantes da procissão filmada no alto do Monte (CARVALHO, 1994)

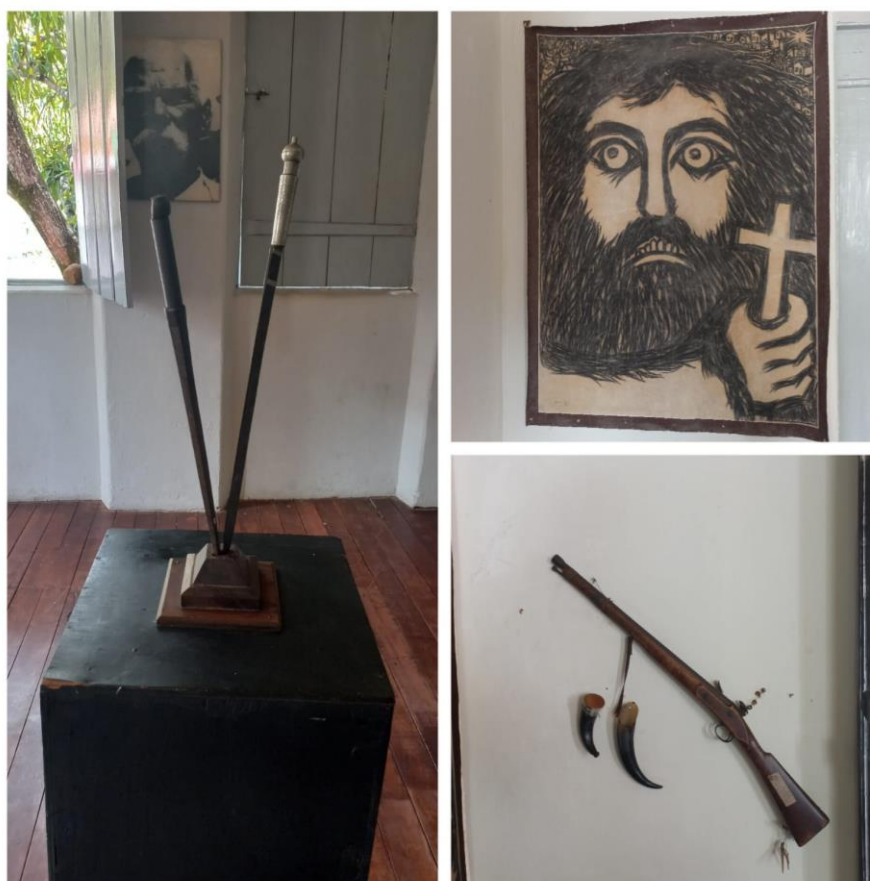
Os moradores acreditavam que os atores se tratavam verdadeiramente dos personagens que representavam. Othon Bastos causou alvoroço vestido de Corisco, enquanto um grupo de beatas pediam a bênção a Lídio Silva, que interpretava o Beato Sebastião no filme. Com a pele branca e vestes atípicas para a realidade da Monte Santo, Yoná Magalhães impressionava a todos da cidade, sendo tomada por santa para uns, e para outros como de fato uma princesa. Uma multidão de curiosos cercava a casa paroquial, local onde a atriz estava hospedada.

No intuito de resolver a situação, o padre celebrou uma missa com Yoná de “corpo presente” para explicar aos fiéis que a atriz não se tratava de santa e nem princesa. Sendo o cinema algo desconhecido para a população, o padre precisou explicar que a produção do filme se tratava de um grupo de visitantes que passariam alguns dias ali registrando fotos da Serra da Santa Cruz, o que, por conta de os fotógrafos ambulantes fazerem parte do cotidiano da gente

sertaneja, a fotografia era familiar para todos e não causava alvoroço nenhum. “E uma longa fila se formou sob o sol a pino na praça em frente à igreja para conhecer, de graça, a princesa que tirava fotografias” (Motta, 2011, p. 260).

Como é possível perceber, as gravações do filme “Deus e o diabo na terra do sol” foram um marco, tanto para a memória e história local, como nacional. Em virtude disso, seu cartaz original está exposto na recepção do Museu de Monte Santo, embora de importância pouco reconhecida pela população e tampouco pelos alunos, sendo visto como “apenas um filme gravado em preto e branco na cidade”, uma cidade que não conheceram, mas a qual o nosso roteiro pretende mostrar por meio de seus patrimônios culturais e lugares de memória.

Imagem 22: Sala de exposição com objetos sobre Canudos

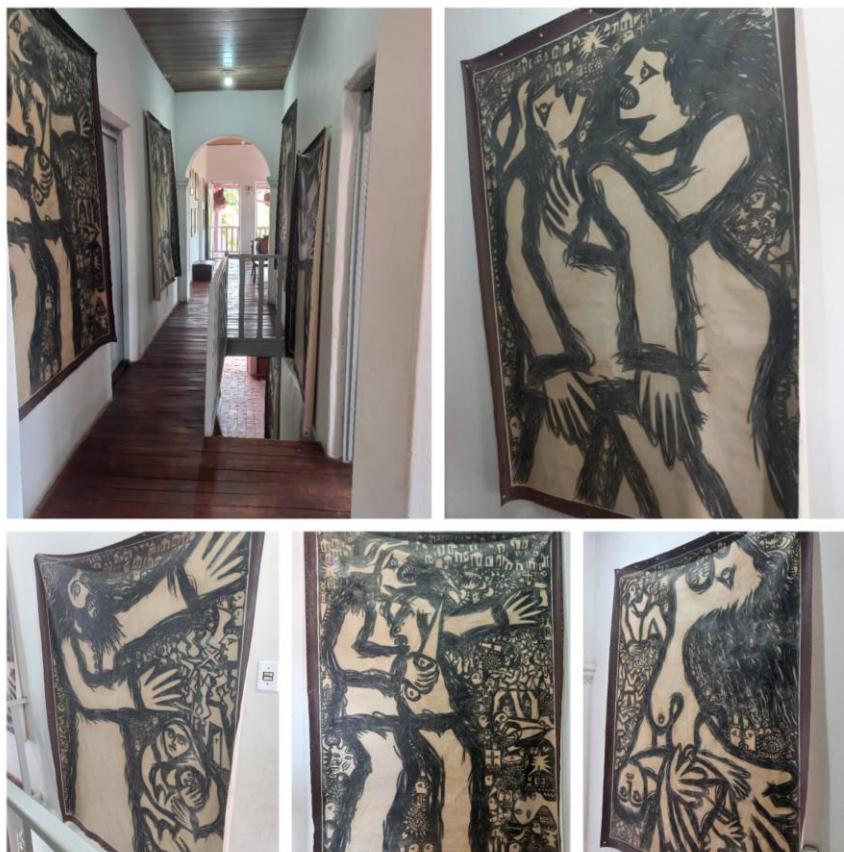


Fonte: Autoria própria, 2023.

O museu também conta com armas como espingarda e punhais utilizados por jagunços na Guerra de Canudos. Havia um acervo maior, com peças como revólveres, fuzis e balas utilizados na campanha, porém foram furtadas das salas de exposição no período em que o

Museu esteve desativado para reformas, conforme relatado por funcionários e pela direção do museu.

Imagem 23: Corredor com painéis com desenhos retratando a Guerra de Canudos em exposição



Fonte: Autoria própria, 2023.

No salão dos objetos relacionados a Canudos e ao longo do corredor do Museu, encontram-se expostas obras produzidas pelo artista plástico Juraci Dórea¹². Trata-se de uma série de desenhos feitos com carvão sobre telas de couro, remontando a história de Canudos e o horror da guerra na perspectiva do artista baiano.

Durante as décadas de 1980 e 90, o artista realizou o Projeto Terra, no qual produziu uma série de exposições individuais e coletivas em diversas localidades do sertão baiano.

¹² Juraci Dórea Falcão é um escultor, pintor, desenhista, fotógrafo e programador visual baiano. Nasceu em 15 de outubro de 1944, na cidade de Feira de Santana, no estado da Bahia. Formou-se em arquitetura pela Universidade Federal da Bahia, UFBA. Na década de 80, realizou o Projeto Terra, que consistia na criação de grandes esculturas de couro e madeira, além de murais, no sertão baiano.

Iniciado em 1982, o projeto consistia na criação de esculturas de couro e madeira montadas na zona rural, bem como murais pintados nas paredes das casas de camponeses que ali viviam e de quadros pintados sobre madeira que se inspiravam no cotidiano e nas histórias do sertão. “A principal meta desse projeto era fazer uma arte sem referências urbanas e mostrá-las no próprio ambiente que a inspirou, o sertão (PINHO, 2017, p. 98)”. Sobre a concepção artística do Projeto Terra, Todero (2004, p. 82-83) comenta:

*O Projeto Terra, desafiando museus, galerias e artistas convencionais, é uma proposta de intervenção artística na área das artes visuais na zona rural do Sertão baiano, elaborada pelo artista plástico Juraci Dórea, com início em 1982 e reformulada em 1983, privilegia, como proposta base, a criação de esculturas feitas de material rudimentar – couro curtido e madeira. Bem, como a pintura, pertencente à série *Histórias do Sertão*.*

As instalações e exposições do Projeto Terra ocorreram nos municípios de Xiquexique, Ipirá, São Gonçalo dos Campos, Santa Brígida, Canudos, Euclides da Cunha, Valente e em Monte Santo (TODERO, 2004, p. 120).

Imagem 24: “Exposição Santa Cruz”, realizada por Juraci Dórea no início da via-sacra da Santa Cruz, em Monte Santo/BA (1985)



Fonte: Todero (2004)

Em Monte Santo, além de uma exposição realizada aos pés do Santuário da Santa Cruz no Centro Histórico da cidade, foram realizadas exposições nas comunidades rurais de Saco Fundo, Acarú, Santa Rosa, São Pedro, Pedra Vermelha e Volta da Pedra. As obras tematizavam imagens relacionadas a cultura sertaneja e ao sertão como as festas juninas, noites de luar, garrafadas, vaqueiros, contação de causos, dentre outras (TODERO, 2004, p. 83). Entre as intervenções realizadas em Monte Santo - BA, foi pintado um mural no povoado de Saco Fundo, na parede da casa de uma moradora, a Dona Edwirges Cardoso, a sertaneja icônica que participou do filme “Deus e o diabo na terra do sol”, de Glauber Rocha.

O mural anteriormente referido, único produzido pelo *Projeto* até a presente data, foi pintado na parede lateral da casa de Edwirges, a 25 de novembro de 1984. Poder-se-ia talvez dizer que se trata de um dos eventos mais importantes do Projeto Terra, dado ao seu efeito inusitado, de acontecimento, no sentido mais vernáculo do termo. Na “Terra do Sol”, a arte erudita misturou-se a arte popular (TODERO, 2004, p. 98).

Exposições de quadros eram realizadas em lugares públicos, geralmente em meio as feiras e nos mercados dos municípios e povoados, também em localidades da paisagem natural da caatinga, debaixo do umbuzeiro. Enquanto as esculturas eram produzidas em alguns casos com o auxílio dos camponeses e vaqueiros da localidade e com os materiais que se dispunham no lugar, fincados nos terreiros dos casebres das roças, próximo à margem de rios, em praças e largos dos povoados. “Durante a exposição, Juraci fotografava documentando as reações do público que involuntariamente se transformava em uma extensão do seu trabalho (PINHO, 2017, p. 100)”.

A estadia em Monte Santo/BA e pela região de Canudos, inspirou Dórea a produzir as telas da série Canudos, que fazem parte do acervo do Museu do Sertão. Para a construção das obras, foram utilizados carvão, miolo de pão para as correções e o verniz para a fixação no couro na tela feita de couro. As telas foram produzidas em 1990, na proporção de 1,60 x 2,20, sendo adquiridas para o Museu do Sertão – Monte Santo/BA. Conforme Pinho e Oliveira: “Em todas as telas a presença dos símbolos religiosos de fé na luz de um candeeiro sugestivo a santidade do local. A cruz e a arma na mão do soldado, refletem fé, morte e violência (PINHO; OLIVEIRA, 2013, p. 2311)”.

Mais uma vez, fatos presentes na história da cidade, como também elementos de sua identidade como a cultura e religiosidade seriam abordados na arte, mas dessa vez por meio do desenho. Como observado, a presença do artista Juraci Dórea e as intervenções do “Projeto Terra” foram marcantes para história e cultura da cidade, envolvendo a comunidade e o lugar com o processo artístico do qual foram inspiração. Isso é descrito tanto nas imagens das

exposições e nas obras em si e suas temáticas, quanto na própria fala do artista, que descreveu as reações dos moradores, que elogiavam as telas e se identificavam com as cenas nelas representadas, de forma que, são uma expressão da vivência e cotidiano no sertão.

Imagem 25: Sala de exposição do Museu do Sertão com fotos da campanha de Canudos



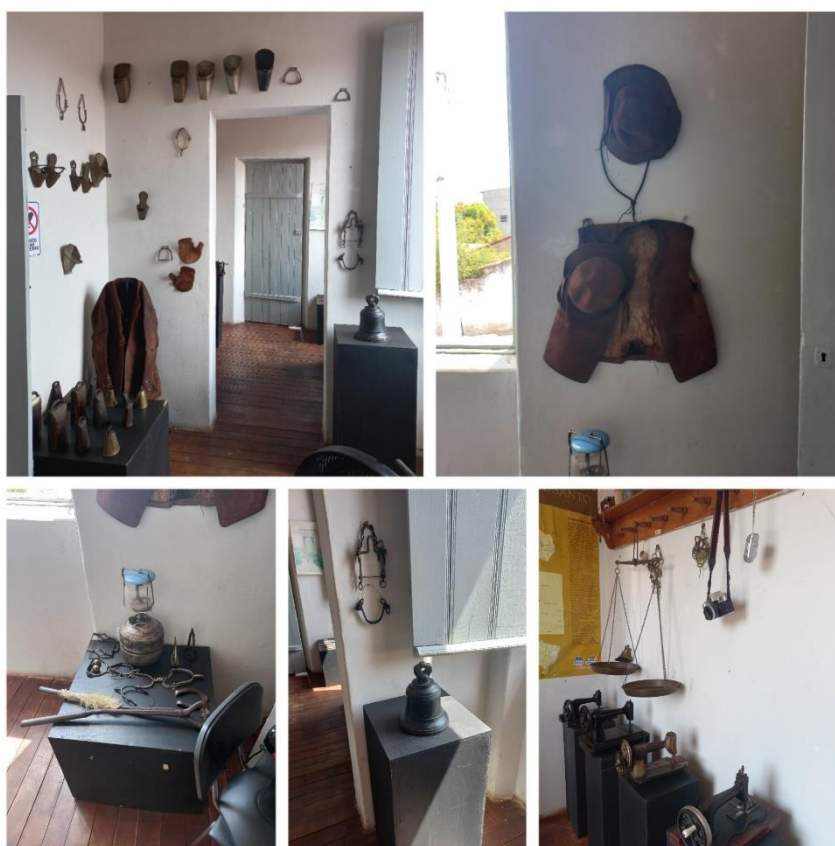
Fonte: autoria própria, 2023.

Pelo corredor do Museu, na primeira porta à esquerda, temos acesso a uma sala com uma exposição de fotografias da campanha de Canudos produzidas pelo fotógrafo oficial do exército, Flávio de Barros. Tratam-se de cópias do acervo do Museu da República e que estão disponíveis digitalmente para consulta na internet através do acervo digital Brasileira Fotográfica, do Instituto Moreira Salles. Há também balas de canhão e a parte de um trombone utilizado na campanha.

Em 18 março de 1897, a quarta expedição liderada pelo general Artur Oscar de Andrade Guimarães chega a Salvador/BA, em 16 maio os soldados chegaram em Monte Santo/BA, segunda base de operações do Exército Brasileiro. O fotógrafo Flávio de Barros foi contratado para registrá-la, tarefa que anteriormente fora delegada ao fotógrafo espanhol Juan Gutierrez, ferido mortalmente a bala em 28 de junho de 1897, quando acompanhava o Exército Brasileiro

em Canudos. Os registros fotográficos realizados, tanto por Juan, quanto os realizados pelo jornalista Euclides da Cunha nunca foram localizados, tornando as fotografias de Barros os únicos registros da quarta expedição do exército e referências historiográficas sobre o conflito (IMS, 2002).

Imagem 26: Salas de exposição do Museu do Sertão com indumentárias do vaqueiro e objetos do cotidiano



Fonte: Autoria própria, 2023.

A primeira porta à direita do corredor dá acesso a duas salas que expõem objetos relacionados ao cotidiano do sertanejo em diferentes épocas e indumentárias do vaqueiro. Na primeira sala encontramos elementos do traje do vaqueiro como chapéus de couro, gibão, guarda-peito, perneiras, luvas e sandália; da mesma forma, objetos como alguns utensílios ligados ao seu ofício o chocalho/sino de gado; utensílios de montaria, estribos de diferentes modelos, cabresto/cabeçada, embocadura, lampião, etc. Entre os utensílios do cotidiano religioso, está um pequeno sino de igreja.

Objetos da vida doméstica estão presentes na segunda sala a frente, como ferros de passar a brasa, máquinas de costura, balanças de mercearia, bules, jarras, louças e entre outros,

de diferentes épocas, desde o século XIX ao início do século XX. A maioria dos objetos não possuem legendas informativas e nem datação específica, sendo difícil relacioná-los ao contexto histórico o qual pertencem. Entretanto, podemos construir uma compreensão do cotidiano dos monte-santenses de tempos mais remotos, e analisando a diversidade dos objetos e modelos, com aspectos que contrastam do mais simples e rústico, ao refinado, tornando-se também marcadores da diferença social.

Imagem 27: Sala contendo exposição do Museu do Sertão sobre os artistas que passaram por Monte Santo/BA



Fonte: autoria própria, 2023.

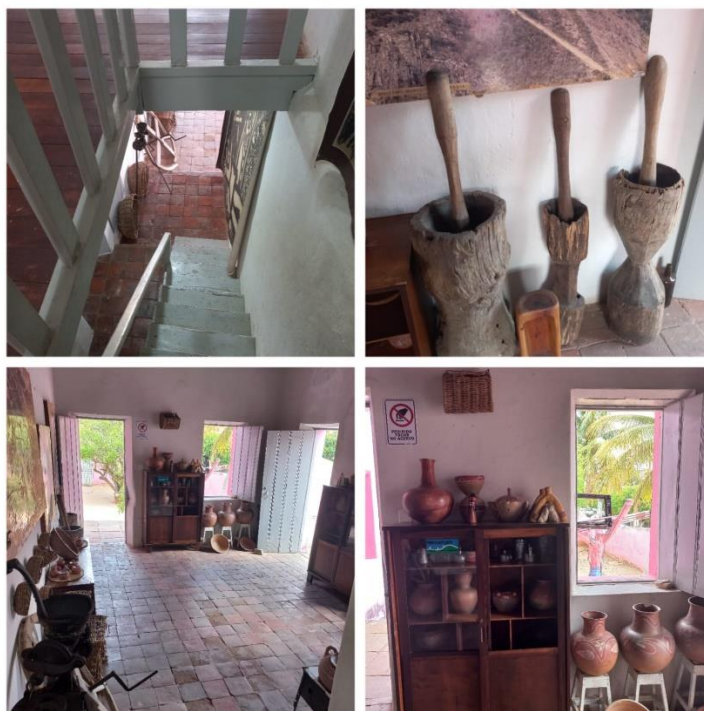
Seguindo pelo corredor, ou transpondo as duas salas já mencionadas, o visitante chega a uma sala de estar com móveis antigos, na porta à esquerda, temos acesso a uma sala de exposição dedicada aos grandes artistas que se apresentaram em Monte Santo/BA. Nela estão expostos desde objetos deixados pelos artistas na cidade a obras de arte homenageando-os. O acervo possui uma sanfona pertencente ao artista internacionalmente conhecido, o sanfoneiro Pedro Sertanejo, doada no dia 20 de junho 1996, em ocasião de uma homenagem realizada pela prefeitura da cidade ao artista; um violão que fora utilizado por Alceu Valença em sua

apresentação em Monte Santo/BA em junho de 1996¹³, esculturas produzidas por artistas populares celebrando a cultura a música nordestina, bem como outros instrumentos musicais.

Outras peças compunham esse acervo, como um troféu conquistado por Pedro Sertanejo na Itália, um vestido usado pela cantora Elba Ramalho em sua apresentação em Monte Santo/BA, e outras duas sanfonas pertencentes a Luiz Gonzaga, doadas por ocasião de sua passagem e apresentações na cidade. Essas sanfonas foram retiradas pelo ex-prefeito Ariston Andrade alegando terem sido presentes pessoais de seu compadre. Sobre o vestido e o troféu, não foi obtido informações acerca do seu destino.

Uma pintura assinada pelo artista baiano Manuel Augusto Bonfim homenageando rei do baião e sua passagem por Monte Santo/BA também compõe este acervo. Foi encomendada na década de 80 do século XX pelo então prefeito Ariston Andrade e retrata o artista tocando na Praça Monsenhor Berenguer. Em seus elementos, a obra acaba por representar o patrimônio cultural de Monte Santo e a sua religiosidade, ao trazer retratados um casal dançando ao som da sanfona de Gonzaga, membros da irmandade do Santíssimo Sacramento e Santa Cruz em frente a igreja matriz, e a Serra da Santa Cruz.

Imagem 28: Sala de exposição artesanato local no Museu do Sertão



Fonte: Autoria própria, 2023.

¹³ Essas informações podem ser verificadas em registro em vídeo da aquisição dessas peças publicado no youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=VxVFudEsGGo&t=3172s>

No início do corredor, uma escada rustica de madeira dá acesso ao subsolo do casarão onde há uma ampla sala que dá acesso a outras salas expositivas a esquerda, bem como a área aberta do Museu, espaço em que eventos são realizados. Neste amplo salão, objetos da cultura material dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, como o pilão, vasos de barro, moedor, a roda utilizada na casa de farinha, caçuás¹⁴, etc. Os objetos são provenientes do artesanato local e tradicional, em processo de extinção nas comunidades rurais do município.

Imagem 29: Sala de exposição Movimento Popular e Histórico de Canudos



Fonte: Autoria própria, 2023.

À esquerda da escada, está a sala dedicada ao Movimento Popular e Histórico de Canudos, iniciado na década de 1980, o movimento tem realizado o resgate da história de Canudos, celebrando o legado de Antônio Conselheiro e a importância da experiência de Canudos como exemplo de comunidade solidária. Esse movimento começa a ganhar forma em Monte Santo/BA com a chegada do padre Enoque de Oliveira para assumir a paróquia da cidade. Ciente da grilagem praticada na região e dos conflitos envolvendo a terra entre

¹⁴ Cesto grande e comprido de vime, cipó ou bambu, sem tampa e com alças para prender às cangalhas no transporte de gêneros diversos em animais de carga.

latifundiários e camponeses, passa a realizar um trabalho de base auxiliando os camponeses por meio da formação de comunidades eclesiais de base.

Ao mesmo tempo em que realizava o trabalho de base com os trabalhadores (as) rurais, o padre realizava o resgate da história de Canudos como um exemplo a ser tomado como inspiração pelos camponeses, e um marco desse processo de resgate foi a criação da Romaria pelos Mártires de Canudos. Sobre o contexto de atuação do pároco em Monte Santo/BA, afirma Venâncio Filho: “No início da década de 1980, chegou em Monte Santo o padre Enoque José de Oliveira para assumir a paróquia. Encontrou o município com problemas, ligados a questões agrárias e à miséria social (VENÂNCIO FILHO, 2016, p.177)”.

Nesse contexto, a região já era cenário de intensos embates entre os interesses de políticos e latifundiários com os dos camponeses, ocorrendo em algumas situações episódios de derramamento de sangue, e conforme aponta Leônidas de Santana Marques (2013), tendo em sua história a própria igreja como grande proprietária de latifúndios e a frente de um dos maiores esquemas de grilagem, comandado pelo conhecido Padre Francisco César Berenguer, outra figura proeminente em Monte Santo/BA, atuou na paróquia entre 1924 e 1969, tendo inclusive seu nome batizando a praça principal da cidade, parte do centro histórico da cidade.

É nesse cenário de descaso social historicamente existente no contexto rural do município, que a paróquia passou por meio das pastorais a agir em defesa dos trabalhadores rurais destituídos de terras, atuação que causou grande conflito entre o poder público municipal e a igreja, alegando-se que o que o padre fazia era agitação popular e atentado contra a ordem pública.

Imagem 30: Sala de exposição de objetos da religiosidade popular sertaneja no Museu do Sertão



Fonte: Autoria própria, 2023.

Na última sala de exposição do Museu, encontram-se objetos relacionados a religiosidade popular, elemento importante da identidade cultural em Monte Santo/BA, e parte importante de sua história. Entre os objetos apresentados, está um oratório do século XIX, no seu interior imagens sacras do século XVIII e XIX, confirme é possível observar nas legendas. Há também diferentes tipos de ex-votos esculpidos em madeira, objetos que manifestam a fé e devoção, são oriundos da sala dos milagres do Santuário da Santa Cruz e são uma marca das romarias periódicas ao lugar sagrado, nas quais os fiéis depositam tais objetos em gratidão por uma graça atendida.

Embora com um acervo considerável e com objetos que estão, de fato, relacionados com a história de Monte Santo/BA, o museu do sertão não cumpre integralmente com a sua função enquanto guardião da memória social e coletiva do sertanejo. Ao visitar o espaço, é possível constatar problemas de caráter organizacional e técnico, carecendo de funcionários que conheçam efetivamente o acervo e possam orientar visitantes, bem como receberem grupos de estudo e pesquisa. Não foi disponibilizado um inventário atualizado dos objetos pertencentes ao seu acervo, e que pudesse proporcionar informações sobre suas datações, origens e contextos, tampouco como se relacionam com a história local. Para que fosse concluída essa análise, foi necessário amparar-se no que poderia ser verificado por meio de diálogos informais com pessoas relacionadas a constituição do museu, artigos, notícias de jornais e o inventário realizado pelo IPAC (1999).

As fotos dos remanescentes e dos descendentes de sobreviventes de Canudos não trazem legendas que os identifiquem, nem sequer registros acerca da oralidade dos conselheiristas, tão explorada por pesquisadores como o historiador José Calazans e por jornalistas como Odorico Tavares, na série de reportagens da Revista “O Cruzeiro”, inviabilizando de tal forma conhecer a versão dos “vencidos” na guerra e impedindo que suas memórias e vozes sejam ouvidas. Da mesma forma podemos observar a ausência de textos explicativos sobre os objetos da guerra, a quem pertenceram, como foram adquiridos e a razão de estarem ali expostos.

Concordamos com alguns dos pontos elencados pelo arte-educador Ivan Santana (2017), em seu artigo sobre o Museu do Sertão e seus silenciamentos, quando o mesmo afirma: “A guerra que matou mais de vinte cinco mil sertanejos está ali presente. Mas nada que fale da bravura dos sertanejos que lutaram incansavelmente contra quatro expedições armadas nos é mostrado ou nos é relatado.” (SANTANA, 2017, p. 2)

É possível encontrar reproduções com uma ótima resolução das fotografias de Flávio de Barros retratando soldados da quarta expedição contra Canudos. Entretanto, não existe qualquer análise sobre os elementos presentes nessas fotografias, mesmo sendo a iconografia de

Canudos, tema de farto debate em cadernos de fotografia e estudos promovidos pelo Instituto Moreira Sales, que recuperou digitalmente todas as 70 fotografias de Flávio de Barros dos álbuns originais.

O mesmo constata-se acerca das telas produzidas por Juraci Dórea, que conforme abordado na presente pesquisa, foram produzidas no contexto do “Projeto Terra”, realizado nas décadas de 80 e 90 do século XX no sertão baiano, tendo como marca a passagem do artista por Monte Santo/BA e região. As intervenções artísticas e exposições representam a cultura local e se relacionam com a história da cidade. No entanto, não há qualquer registro biográfico de Juraci Dórea, sequer da passagem do referido artista em Monte Santo/BA, sobre o “Projeto Terra” e as exposições realizadas para os moradores da cidade e das comunidades rurais do município. No que diz respeito as peças artesanais e aos objetos da religiosidade popular, não existe material que possa orientar os visitantes acerca da sua história, origem e significado para a cultura e identidade de Monte Santo/BA.

Os “lugares de memória”, categoria na qual podemos incluir o Museu, segundo Nora (1993), pertencem a dois domínios, o da memória, e o da história. Domínios que se traduzem em sua complexidade e os tornam ao mesmo tempo “simples e ambíguos, naturais e artificiais” (NORA, 1993, p. 21). Seu reconhecimento reside em seus três aspectos intrínsecos: seu caráter material, simbólico e funcional, presentes simultaneamente, só que em graus variados.

É material por seu conteúdo demográfico, funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão, mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou (NORA, 1993, p. 22)

O que os constitui é a interação da memória e da história em uma disputa de sobreposições, sendo notavelmente importante a vontade de memória, bem como a crítica da história. Interação que gera dinamismo, no qual tempo e mudança tornam-se perceptíveis. Nora (1993) que o “lugar de memória”, tendo como função primordial “parar o tempo” e evocar a lembrança no combate contra o esquecimento, constrói seu sentido a partir da história.

Conforme destaca Pacheco (2017), a moderna museologia compreende que as instituições de memória, como os museus, para além de guardar objetos culturais materiais e imateriais, são responsáveis pela sua preservação, investigação e comunicação. Ou seja, “para além da tradicional função de guarda de objetos antigos, atuam na pesquisa sobre os significados sociais atribuídos a esses objetos culturais e também na divulgação dessas representações (PACHECO, 2017, p.99)”, “os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado

imprevisível de suas ramificações” (NORA, 1993, p. 22).

Dessa forma, também problematizamos a importância da Educação Patrimonial e o processo de produção de conhecimento sobre o patrimônio histórico, que se ampara na “compreensão de que memória queremos legar aos grupos e os elementos culturais que serão lembrados” (ZARBATO, 2018, p.59) e que podem contribuir para o fortalecimento da identidade e sentimento de pertencimento.

Buscamos também fundamentar a necessidade de aliar a abordagem da cultura e patrimônio ao ensino de História a partir de Zarbato (2018), que destaca a relação de elementos “vinculados a função propedêutica da história”, que consiste na elucidação de questões referentes às lacunas impostas em diferentes períodos históricos, por diversas motivações, sobre a representatividade de diferentes saberes históricos (ZARBATO, 2018, p.61).

Concluimos, ressaltando a importância do ensino de História, aliada aos métodos da Educação Patrimonial, para pensar o Museu do Sertão como um patrimônio vivo, onde os alunos possam ter a percepção da experiência histórica e das transformações no meio em que estão inseridos, sendo sensíveis às diferenças pessoais ou para alteridade (ZARBATO, 2018), a partir do acesso a cultura histórica.

Entendendo a aprendizagem histórica como um processo de construção de sentido sobre a experiência no tempo (RÜSEN, 2010) que se concretiza a partir da consciência histórica, e a cultura histórica como a manifestação da consciência histórica na vida prática. Abrangemos, com base em Zarbato (2018), o Museu histórico como uma importante ferramenta de construção de sentido e de cultura histórica, pois trata-se de um espaço onde podemos utilizar um modelo interpretativo específico do curso do tempo, por conseguinte onde a cultura como formadora de sentido encontra efeito nas realizações da vida prática e pode ser identificada (ZARBATO, 2018, p. 60).

Em nosso roteiro didático, buscamos construir um modelo interpretativo coerente com as condições do Museu do Sertão, articulando os elementos presentes no seu acervo com o conteúdo histórico, aliando os objetos da cultura material ali existentes às memórias que evocam e ao contexto histórico em que foram constituídos, pensando os seus sentidos no tempo presente e problematizando suas representações.

4. ROTEIROS DIDÁTICOS: CAMINHOS DA TERRA DO SOL: ENVEREDANDO PELA HISTÓRIA A PARTIR DO CENTRO HISTÓRICO DE MONTE SANTO/BA

Nosso Produto consistiu na elaboração e aplicação de uma sequência de roteiros didáticos que perpassasse pela história nacional em diálogo com história da cidade de Monte Santo/BA, utilizando-se dos patrimônios existentes em seu centro histórico para trabalhar o conteúdo Brasil República com foco na Guerra de Canudos. Para auxiliar na elaboração dos roteiros, foi aplicado um questionário com perguntas relacionadas aos temas introdutórios com os alunos, sondando seus conhecimentos prévios sobre os patrimônios existentes no centro histórico da cidade, bem como a discussão sobre conceitos intimamente ligados ao patrimônio cultural como a memória, história e patrimônio. O intuito dessa sessão será apresentar a estrutura do nosso Produto, intitulado “Caminhos da Terra do Sol: enveredando pela História a partir do centro histórico de Monte Santo/BA”.

Trata-se de uma sequência de três roteiros didáticos voltados para turmas da 3ª série do ensino médio, que intitulamos como “Caminhos”, com a finalidade de servirem como ferramenta para as aulas de História, tendo como ponto de partida a história da cidade e utilizando como referência os “lugares de memória” que compõem o patrimônio cultural material do centro histórico de Monte Santo/BA.

Aliado a essas questões, buscamos fundamentar nosso produto com base nas orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Referencial Curricular do Estado da Bahia, orientando nossa metodologia a partir dos métodos da educação patrimonial em diálogo com Zarbato (2018), bem como na teoria de aprendizagem histórica proposta por Rüsen (2010, p. 43), cujo o aprendizado histórico deve ser entendido como “um processo mental de construção de sentido sobre a experiência no tempo através da narrativa histórica, na qual as competências para tal narrativa surgem e se desenvolvem”. Consiste na capacidade de pensar historicamente, mais especificamente dominar “operações” e “formas” de lidar com o passado ou de produzir sentido. De acordo com Rüsen (2010), aprender historicamente seria mobilizar habilidades mentais que possibilitam lidar com passado. Tais habilidades seriam experimentar, interpretar, orientar-se.

Levando em consideração as várias acepções que a História pode evocar, conforme conclui Rüsen (2012), suas possibilidades não se limitam ao sistema escolar, mesmo tendo nele sua arena preferencial. A partir de sua experiência e reflexão, a História cumpre uma função social determinante na formação da identidade das pessoas e das sociedades, tendo papel educacional para a sociedade em geral, transcendendo o sistema escolar (RÜSEN, 2012, p. 10)

Pacheco (2017) chama atenção para as demandas emergentes do ensino com a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 9394 (BRASIL/1996), e o estabelecimento de um novo currículo voltado para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e práticas por parte dos estudantes. Essas demandas levaram a alterações nas concepções concernentes às finalidades da educação, bem como o de sujeito a ser formado, resultando em uma mudança de paradigmas no que diz respeito às práticas pedagógicas dos professores. Desse modo, é imprescindível trabalhar o saber sistematizado da humanidade, articulando-o à realidade local e aos saberes da comunidade com o intuito de proporcionar um ensino que possibilite que o aluno desenvolva habilidades fundamentais para o convívio social em seu meio e uma vida produtiva. “Os professores contemporâneos devem saber selecionar saberes e fazeres que sejam significativos para a comunidade local e, a partir daí, provocar os alunos a utilizarem conceitos e informações gerais para dar sentido ao que é experienciado no contexto de suas vidas.” (PACHECO, 2017, p. 69)

Décadas depois, as discussões acerca do que propõe a LDBN9394/96, bem como outros documentos de referência ainda geram confusões e controvérsias entre os professores preocupados em como ensinar de modo a corresponder as demandas preconizadas por esses referenciais. Nesse contexto, Pacheco (2017) nos apresenta duas metodologias de ensino, que mesmo não sendo exclusivas da disciplina escolar História, podem contribuir significativamente para um ensino partindo do contexto local e com ênfase no desenvolvimento de habilidades cognitivas. A primeira consiste na metodologia de estudo do meio, que encontra respaldo nos parâmetros curriculares; a segunda, trata-se da metodologia da educação patrimonial, a qual o presente trabalho elencou como referência para a elaboração do nosso produto.

Abordar as concepções relacionadas ao patrimônio cultural é um elemento que contribui para o aprendizado histórico, conforme Zarbato (2018), “uma vez que a vasta contribuição do patrimônio cultural material, imaterial, das representações culturais dos grupos, da história local e regional, permitem que se ampliem as noções históricas”, mas também o enlaçamento dos temas históricos com a vida prática da sociedade (ZARBATO, 2018, p. 11) Dessa forma, ao pensar a educação patrimonial e sua contribuição para ampliação das dimensões da aprendizagem histórica e as práticas educativas, é importante que essas concepções estejam presentes na prática realizada pelos profissionais nos espaços escolares, orientadas fundamentalmente a partir das abordagens da Educação Patrimonial, Educação Histórica e Produção de Sentido.

A partir do que postula Rüsen (2010), consideramos o estímulo e a força pulsional do

aprendizado histórico no que concerne as necessidades de orientação dos alunos frente às experiências temporais, dessa maneira o aprendizado histórico só se faz tendo como finalidade a produção de sentido da experiência temporal, ou seja, a importância do conhecimento histórico para responder as demandas da vida prática. “O aprendizado histórico pode ser posto em andamento, portanto, somente a partir de experiências de ações relevantes no presente (RÜSEN, 2010, p. 44)

O nosso produto, intitulado “Caminhos da Terra do Sol: enveredando pela História a partir do centro histórico de Monte Santo/BA”, consiste em uma sequência composta por três roteiros didáticos que articulam as competências e habilidades propostas pela Base Nacional Comum Curricular e os conteúdos do currículo do estado com o contexto local, a partir do estudo do patrimônio cultural existente em Monte Santo/BA. Para concretizar esse projeto, nos orientamos pela metodologia da educação patrimonial.

Como público alvo de nosso produto, foi escolhida uma turma da 3ª série do ensino médio vespertino do Colégio Estadual Santa Cruz. A turma é composta por trinta e sete discentes, dos quais vinte e nove são do sexo feminino e oito do masculino.

Imagem 31: Vista aérea do Colégio Estadual Santa Cruz



Fonte: Simões (2021)

O Colégio Estadual Santa Cruz (CESC) foi fundado no ano 2000, a partir da Portaria nº 2299, D.O.E de 14/03/2000, chamando-se Colégio Estadual Deputado Luís Eduardo Magalhães (1955 – 1998). Em 2021 o seu nome foi alterado por meio da Portaria nº 741/2021,

tendo como argumento o princípio da impessoalidade (SIMÕES, 2022, p. 33), ¹⁵ dessa forma, a comunidade escolar prezou por um nome que de fato se relacionasse com a trajetória escolar da cidade e com a cultura local, passando a se chamar Colégio Estadual Santa Cruz, em referência ao Santuário da Santa Cruz e ao primeiro Colégio que funcionou na cidade, o extinto Ginásio Santa Cruz. Conforme aponta Simões (2022), a mudança gerou discussões na comunidade escolar em função de questões políticas, pois tratava-se da retirada do nome do filho do ex-governador Antônio Carlos Magalhães (1927-2007), pela homenagem ter sido desfeita durante um governo do Partido dos Trabalhadores (PT). No entanto, é importante salientar que a mudança ocorreu após diversos debates no Colegiado Escolar, que por meio de votação, optou pela mudança de nome atendendo ao anseio da comunidade escolar.

O Colégio Estadual Santa Cruz fica localizado próximo a praça de eventos de Monte Santo, na entrada principal da cidade. Nos últimos anos esteve passando por uma ampliação e reforma completa, realizada pelo Governo do Estado, tornando-se um verdadeiro complexo educacional inaugurado para receber os alunos nesse ano letivo de 2024. Essa ampliação trouxe novas salas, biblioteca, amplo refeitório, teatro, laboratório de ciências, além de espaços de recreação e atividade física como novas quadras, pista de atletismo e piscina. No período em que ocorreu o nosso laboratório, as reformas estavam sendo finalizadas, e as aulas do colégio ocorriam nas antigas instalações.

O colégio conta com 15 salas de aula amplas e climatizadas, como recursos disponíveis, todas possuem data-show, de mesma maneira a sala dos professores também é ampla e climatizada, a biblioteca possui um acervo significativo e variado, bem como direção e coordenação pedagógica. Na edificação encontram-se em pleno funcionamento 5 banheiros, cozinha e secretaria escolar; durante o período de reformas, os alunos realizavam as aulas práticas de educação física em quadra disponibilizada pelo município (SIMÕES, 2022).

Estruturamos o nosso Produto em três fases constitutivas nas quais os alunos precisam ter participação ativa em cada uma delas para que haja a concretização da nossa proposta, pois temos em perspectiva um aprendizado histórico de caráter processual ativo, a despeito da história como mera absorção de conhecimentos positivos a serem apreendidos. Sendo assim, sistematizamos as fases constitutivas da nossa proposta em:

- a) Laboratório e elaboração dos roteiros didáticos;

¹⁵ Outra dissertação do ProfHistória teve o CESC como ambiente de laboratório. Intitulada como “Pontes entre a Literatura e o Ensino de História: o romance Shaira e a saudade”, a pesquisa da professora Jussara Correia da Silva Simões (2021) trabalha o Ensino de História a partir do uso da literatura, utilizando como referência um livro de sua própria autoria, o romance infantojuvenil “Shaira e a saudade”.

b) Aplicação dos roteiros didáticos;

Em um primeiro momento trataremos do laboratório realizado com os alunos, o que inclui a apresentação e aplicação do questionário na turma, assim como as reações dos alunos expressadas por meio das respostas às perguntas e a descrição da metodologia de elaboração de nosso produto. Logo depois, explanamos sobre a experiência da aplicação dos roteiros, o envolvimento dos alunos com a proposta e os desafios enfrentados. Por fim, descreveremos o método de avaliação e os resultados esperados e obtidos com a realização da atividade.

a) Laboratório e elaboração dos roteiros didáticos

Como base para produzir nosso roteiro, realizamos um questionário¹⁶ com a turma no qual foram elencadas algumas questões relacionadas ao cotidiano dos alunos com o patrimônio cultural da cidade, seus conhecimentos prévios sobre eles, bem como sobre os conceitos relacionados a disciplina História e ao patrimônio cultural. Essa primeira atividade buscou identificar a relação que os alunos tinham com a cidade e os seus bens culturais no âmbito de suas práticas sociais, suas representações acerca desses patrimônios e da sua relevância para identidade e memória social da comunidade.

Imagem 32: Apresentação do questionário



Fonte: Autoria própria, 2023.

Com base nas informações coletadas, buscou-se incrementar ao roteiro, exercícios de observação e interpretação do patrimônio cultural existente em Monte Santo, da mesma forma como enfatizamos ainda mais os patrimônios com que os alunos mais se identificaram como

¹⁶ O questionário realizado está disponível no Anexo do texto.

uma forma de engajá-los ainda mais a participarem da aplicação dos roteiros. Foi feita uma seleção dentre os patrimônios analisados nessa pesquisa para serem trabalhados no roteiro, com base nas respostas dos alunos sobre sua identificação, afetividade e compreensão acerca deles.

O questionário foi aplicado durante duas aulas, em um trabalho interdisciplinar com as disciplinas de História e Cultura Popular e Patrimônio Corporal, em que buscou-se a maior participação possível dos alunos, tendo em vista que parte significativa da turma advém de comunidades rurais do município, e muitas vezes, enfrentam dificuldades relacionadas ao transporte escolar.

Dos trinta e sete alunos da turma, conseguimos aplicar o questionário com trinta e quatro destes, obtendo uma participação majoritária dos alunos, sendo vinte e seis do sexo feminino e oito do sexo masculino. A maior parte da turma é proveniente do campo, sendo que dezoito moram em povoados e cinco em fazendas, apenas onze na sede do município. A composição étnico-racial da turma corresponde ao quantitativo de dezessete que se identificam como pardos, doze como brancos, dois como amarelos, dois como negros e um como indígena, com a faixa etária de entre 16 e 24 anos.

Como pode ser observado no modelo exposto (Anexo I), o questionário inicia-se com questões que perpassam pelas noções dos alunos de patrimônio cultural e identidade cultural, conceitos que se relacionam e dialogam quando pensamos acerca da importância do patrimônio para a comunidade, suas representações e práticas sociais. O conceito de patrimônio cultural não é estranho a boa parte dos alunos da turma, por tratar-se de um tema que perpassou as aulas da disciplina de Cultura popular, o que foi evidenciado a partir da análise dos questionários.

Imagem 33: aplicação do questionário



Fonte: Autoria própria, 2023.

Conforme as respostas elaboradas pelos alunos ao questionário acerca das suas noções de patrimônio cultural, identidade cultural e a relação entre ambos, é possível perceber definições muito abrangentes, mas bem colocadas. Ao se referirem ao patrimônio cultural, descrevem-no como um conjunto de bens, classificados como materiais e imateriais, que se relacionam com a história da comunidade, da mesma forma que são reconhecidos por ela como fundamentais para a sua cultura.

Também é recorrente a definição de patrimônio como herança relacionada a tradição e história de um grupo, e, portanto, de valor cultural e simbólico para o povo o qual pertencem. Houve também alunos que definiram o patrimônio como a marca de um outro tempo, produto da ação humana sobre a natureza, sendo reconhecido como parte de sua cultura.

As respostas sobre a noção de identidade cultural, muitas vezes se confundem com a própria definição dada ao patrimônio. Entretanto, quando é feita a dissociação, a relação entre ambos fica explícita, sendo a identidade cultural uma forma de uma comunidade reconhecer a si mesma por meio de suas características culturais, o patrimônio cultural é uma forma de preservar essa identidade, para que a comunidade possa se reconhecer, uma forma de transmissão da história e cultura de um povo para as gerações futuras.

Em determinado ponto do questionário, foi solicitado que os alunos listassem entre os patrimônios da cidade que eles conhecem, aquilo que eles reconheciam como patrimônio cultural da cidade. Como resultado, tivemos respostas muito semelhantes entre si, que destacam patrimônios que fazem parte de nosso objeto de estudo. A serra e o Santuário da Santa Cruz, bem como o Museu da cidade e a Igreja, aparecem recorrentemente juntos, e de forma majoritária. Além disso, o monumento em referência a Antônio Conselheiro aparece de forma isolada entre os monumentos que estão situados na praça principal da cidade, enquanto outros monumentos como o canhão “A matadeira” e o busto do Marechal Bittencourt nem mesmo aparecem nas respostas, a não ser implicitamente quando a praça é colocada como patrimônio.

Corroborando ainda mais a posição privilegiada da Serra da Santa Cruz como patrimônio cultural nos excertos das respostas elaborados pelos alunos, está o reconhecimento de um patrimônio cultural imaterial relacionado a esse lugar, a festa ou romaria de todos os santos, tradicionalmente comemorada pelos católicos monte-santenses e principalmente pelos romeiros provenientes de várias regiões que visitam o santuário. Embora, as representações locais e exteriores tendem a ser dissonantes acerca do sentido dessa tradição. Por conseguinte, quando a tarefa é elencar um patrimônio de maior importância, mais uma vez, a serra e o Santuário da Santa Cruz continuam sendo o mais representativo patrimônio dentre os citados.

Dessa forma, nossos roteiros foram construídos com base nas percepções dos nossos alunos acerca do patrimônio cultural de Monte Santo, retomando o que fora discutido em nossa revisão de literatura sobre a importância dos patrimônios enquanto documentos históricos a serem explorados, buscamos a ampliação de diálogos e sobre os diversos usos do patrimônio cultural, valorizando o conhecimento prévio dos discentes (SOUZA, 2018). Adotamos a expressão “rolê patrimonial” para nos referir a cada roteiro de nossa sequência, por entender que se trata de uma expressão com que os alunos sentem afinidade e que fazem parte do seu contexto, entretanto, esse nome pode ser modificado de acordo com as necessidades do professor e o perfil da turma.

Construímos três roteiros didáticos, no qual foram explicitados competência específica da BNCC trabalhada e a habilidade vinculada a ela, bem como o conteúdo que pretendeu-se trabalhar a partir dos patrimônios analisados, que no roteiro identificamos como “conteúdo da base”. O conteúdo da Base escolhido foi Brasil República, tendo como tema norteador dos nossos roteiros didáticos um dos conflitos ocorridos durante o início do regime republicano no Brasil e que possui profundas relações com a história de Monte Santo: a Guerra de Canudos.

Dialogando com Zarbato (2018, p. 61), entendemos que a partir do conhecimento crítico acerca dos patrimônios e a apropriação destes pela comunidade a qual pertencem são fatores que influenciam diretamente no processo de preservação desses bens culturais. Dessa forma, destacamos a investigação sobre as dimensões que envolvem o patrimônio e sua relação com a aprendizagem histórica requer o uso da metodologia da educação patrimonial, “atentando para os objetivos históricos estabelecidos, os pressupostos teóricos que fundamentam a instituição e os públicos alvos da ação pedagógica (ZARBATO, 2018, p. 61). Tendo em vista esses fatores, a escolha do tema de estudo ocorreu conforme os patrimônios destacados pelos alunos como importantes para o contexto histórico de formação da cidade, baseando nossa prática partir do meio cultural e da trajetória histórica em que estão inseridos, todavia levando em consideração a representatividade que o tema possui no centro histórico de Monte Santo, objeto de estudo da presente pesquisa.

Embora entre os roteiros também existam patrimônios que não fazem referência direta ao tema, como o Santuário da Santa Cruz e a Igreja Matriz, é possível relacionarmos os mesmos com a Guerra de Canudos na medida em que são ao mesmo tempo testemunhas e personagens de eventos relacionados a história de Monte Santo, e, portanto, documentos a serem analisados para trazer à baila parte significativa da história que se desdobra em Monte Santo/BA no contexto da Guerra e que reverbera na história nacional.

Os roteiros foram construídos de maneira que os alunos pudessem contribuir com sua

elaboração, dessa forma o questionário aplicado com os alunos nos serviu de referência, fornecendo informações sobre os conhecimentos prévios dos alunos acerca das noções de patrimônio cultural, memória e identidade, bem como acerca da relação e identificação dos alunos com os monumentos, o Museu, a via-sacra e outros patrimônios do centro histórico de Monte Santo/BA, de maneira que, não só privilegiamos no roteiro aqueles patrimônios que melhor se relacionavam com o conteúdo Brasil República e a Guerra de Canudos, conteúdo escolhido para ser trabalhado a partir dos roteiros, mas também os que os alunos mais se identificavam e sentiam-se representados.

Caimi (2007) ao tratar do desinteresse dos alunos nas aulas de História, destacou a importância cada vez maior do professor de História assumir o perfil que classificou como “professor reflexivo”, ou seja, de um professor que reflita constantemente sobre sua prática. Não apenas isso, mas que tenha real clareza do conteúdo específico que pretende trabalhar, os fundamentos teóricos e metodológicos de sua disciplina, e principalmente, que conheça cumpra entre outras tarefas, a de conhecer os interlocutores de sua aula, seu lugar social, cotidiano e referenciais culturais. Acreditamos que levar em consideração o universo do aluno não é “abdicar do rigor intelectual ou do valor do conhecimento histórico, mas garantir que a apropriação deste conhecimento ocorra permeada de sentido e significação, resultando em sólidas aprendizagens (CAIMI, 2007, p. 26).

A sequência composta por três roteiros foi concebida a partir dos perfis dos alunos analisados através das respostas ao questionário, buscando relacionar o patrimônio, o conteúdo a ser discutido e a história da cidade. A fase de laboratório ocorreu durante duas aulas com a turma.

Cabe destacar que a metodologia de elaboração de nosso produto pode ser aplicada para discutir outros conteúdos da Base Nacional, de forma que novos roteiros com diferentes finalidades podem ser construídos enfatizando os patrimônios que mais se relacionarem com a temática escolhida pelo professor para ser trabalhada.

b) Aplicação dos roteiros didáticos

A sequência de roteiros totaliza ao todo 160 minutos de duração, levando em conta a abordagem sobre os patrimônios, distância e tempo de percurso entre os patrimônios do centro histórico de Monte Santo/BA. Dessa forma, calculou-se a necessidade de três aulas para a aplicação dos roteiros de forma que pudesse ser evitado qualquer transtorno e os alunos ficassem à vontade para vivenciar a experiência.

A princípio, dedicamos uma aula para realizarmos a exposição dos roteiros com os alunos, destacando como o questionário que eles responderam serviu de base para a elaboração de cada passo da produção dos “caminhos” que foram realizados. Foram discutidos pontos elencados pelos alunos acerca dos patrimônios do centro histórico da cidade e os argumentos construídos para aderir a um ou a outro patrimônio como representativo. Realizada essa breve explanação, fora solicitado que os alunos estivessem adequadamente trajados para o passeio e dispusessem de um celular para registro durante a aplicação dos roteiros. Com a câmera fotográfica do celular, foi solicitado que os discentes registrassem os momentos e patrimônios mais marcantes durante a nossa caminhada pelos pontos de interesse histórico e cultural da cidade.

Em cada roteiro foi almejado trabalhar o conteúdo base *Brasil República*, tendo como tema os *Conflitos da Primeira República: Guerra de Canudos* e objetivando desenvolver a competência específica número 1 da BNCC, cujo interesse é possibilitar a análise de processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, nas dimensões local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos (BNCC, 2018). Elencamos a habilidade (EM13CHS104) que corresponde a análise de objetos e vestígios da cultura material e imaterial, no caso, de nosso roteiro, o patrimônio material como forma de identificar conhecimentos valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural em Monte Santo/BA.

O passeio foi idealizado para ser realizado ao longo de 3 aulas, incluindo o tempo previsto para a realização de cada roteiro e trajetos de ida e volta. Foi disponibilizado pelo município um ônibus e um motorista para o transporte dos alunos por intermédio do colégio, porém, com o tempo reduzido tornando inviável a aplicação completa de cada roteiro. Durante o passeio, fomos surpreendidos com a informação de que teríamos apenas 60 minutos para voltarmos ao ponto de desembarque na praça e retornarmos para o colégio. Levando em consideração que grande parte da turma mora em comunidades rurais do município, foi necessário sintetizar o roteiro para que os alunos tivessem tempo de retornar e pagarem o transporte escolar para suas residências.

O primeiro roteiro, intitulado *Caminho nº 1 – Praça Monsenhor Berenguer: Memórias da Guerra de Canudos*, discutimos acerca dos monumentos relacionados a Guerra de Canudos e que encontram-se situados na Praça Monsenhor Berenguer, primeiro lugar do Centro Histórico de Monte Santo/BA. A priori, destacamos o papel da Praça e do seu largo enquanto “lugar de memória”, de acordo com o que postula o autor Pierre Nora (1993), expresso nos três sentidos que a noção engloba: material, funcional e simbólico.

A grande Praça e seu largo constituem-se no ponto de surgimento da cidade, dela iniciou

a o seu crescimento, ao redor da Igreja Matriz, aos pés do sacro-monte. Na mesma praça, encontram-se marcos da história local e nacional, o caso dos monumentos destacados nessa pesquisa e que fazem referência ao conflito de Canudos, ocorrido durante a Primeira República no Brasil. Nela, conforme destacado na presente pesquisa, ficaram acampados os soldados que excursionaram contra Canudos. Para a mesma praça, foram trazidos (as) os prisioneiros e prisioneiras de guerra, principalmente mulheres e crianças de Canudos, muitos nascidos em Monte Santo/BA, pertencentes a mesma gente. Dentre outras características, a praça torna-se cenário de acontecimentos que estão fortemente relacionados a história, memória e identidade de Monte Santo, portanto, parte importante de nosso roteiro.

Da mesma forma, abordamos os monumentos sobre Canudos, a escultura em homenagem a Antônio Conselheiro, o busto em homenagem ao Marechal Carlos Machado Bittencourt, o canhão “A matadeira” e o prédio da antiga prefeitura, partindo da origem do termo monumento, cujo significado está associado a “advertir” e “lembrar” (CHOAY, 2017). Também nos baseamos na autora para identificar o caráter primordial do monumento histórico, que consiste na sua apropriação pela História como objeto de conhecimento. Nos apoiamos em Ricoeur (2007) em diálogo com Choay (2017) para destacar o papel do monumento e sua relação com a memória e também com os esquecimentos e apagamentos, enfatizando o “dever de lembrar”, os interesses e disputas de grupos pela memória que merece ser lembrada, bem como as manipulações da memória e possíveis apagamentos que os monumentos de caráter oficial podem promover.

Para abordar o contexto histórico dos monumentos e suas representações, recorreremos a bibliografia utilizada na presente pesquisa, principalmente as obras “Os sertões” do jornalista e escritor Euclides da Cunha (1866-1909), por ser um importante registro da Guerra de Canudos e do envolvimento de Monte Santo/BA enquanto quartel general, bem como a história dos personagens representados nos monumentos; e “Canudos Cinquenta Anos Depois”, de Odorico Tavares, no qual encontram-se registrados importante apanhado da oralidade de conselheiristas sobreviventes da guerra e informações sobre Monte Santo/BA e sua relação profunda, não só com a guerra, mas com o próprio Antônio Conselheiro e a fundação do Arraial de Belo Monte.

Imagem 34: Conjunto de imagens registradas pelos alunos



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Houve um momento para que os alunos tirassem suas dúvidas com perguntas, sendo solicitado que realizassem também registros dos monumentos e das características que mais chamaram a atenção. Buscamos com esse exercício, que os alunos se atentassem aos detalhes de cada monumento, suas formas, estado de conservação e a maneira como são expostos. No entanto, essa parte do roteiro não pôde ser concluída como esperado, em virtude de dificuldades que tivemos com a logística do transporte.

No segundo roteiro intitulado *Caminho nº 2 – Museu do Sertão: uma busca pela memória do sertão baiano*, realizamos o nosso caminho pelas salas de exposição do casarão do início do século XX que abriga o Museu do Sertão, situado na Rua Frei Apolônio de Todi, em Monte Santo/BA. Nesse “lugar de memória”, demos ênfase às salas de exposição relacionadas ao conteúdo abordado pelo nosso roteiro, sem deixar de lado as salas expositivas acerca de cultura local, bem como a tradição e religiosidade, tão marcantes na identidade da cidade.

Como referência para discutirmos sobre a composição do acervo do museu, utilizamos a bibliografia e documentos utilizados na presente pesquisa, dentre os quais o Inventário de Proteção do Acervo Cultural (IPAC, 1992) foi de grande importância para falarmos acerca da origem, arquitetura e antigos proprietários do casarão que abriga o museu, bem como o projeto, processo de elaboração do museu e sua fundação. Artigos, dissertações e teses foram utilizadas

para trazer a tona as representações dos objetos expostos no museu e sua reverberação na história e cultura de Monte Santo/BA, bem como para nos ajudar a analisar e a interpretar criticamente as narrativas que estão contidas na maneira como o acervo é exposto, objetos privilegiados, perceber também as ausências e silenciamentos em seu acervo.

Tomando Nora (1993) por referência, novamente destacamos o papel dos “lugares de memória” sob regime da memória apreendida pela história (Ricoeur, 2007), como um esforço de uma sociedade para “parar o tempo”, evocar a lembrança diante da luta contra o esquecimento, pois segundo o autor, só existem lugares de memória quando há vontade de memória. Ricoeur (2007) nos serve de referência para problematizar enquanto lugar de memória, destacando as fragilidades da memória artificial e as possíveis manipulações. “Os lugares são soberanamente escolhidos, sua ordem oculta a arbitrariedade da sua escolha (RICOEUR, 2007, p. 80).

Dialogando com Pacheco (2017) e Zarbato (2018), em nosso roteiro, tratamos do Museu do Sertão e o seu compromisso de atuação na pesquisa e divulgação dos significados sociais atribuídos aos objetos culturais pertencentes ao seu acervo, de modo que a apreensão crítica dos patrimônios constitui-se em um elemento importante da metodologia da educação patrimonial, e valiosa para um ensino de história que tenha como princípio a aprendizagem como produção de sentido (RÜSEN, 2010).

Os alunos foram provocados a pensar acerca dos elementos que compõem cada objeto e a forma como estão ordenados nas salas expositivas, indagarem sobre a (s) narrativa (s). Ao longo do passeio pelas salas expositivas, detiveram-se diante das fotografias da quarta expedição de Canudos e foram questionados pelo professor com as seguintes perguntas: Qual era o papel do fotógrafo oficial do exército? Que intencionalidade essas fotografias mostram? O que elas escondem ou deixaram de mostrar?

Imagem 35: Os alunos visitam o museu do sertão



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Como pode ser observado nas imagens, o mais marcante no passeio era a curiosidade dos alunos diante das fotografias de Flávio de Barros, ao constatarem as mudanças vivenciadas pela cidade desde o contexto da guerra. A Serra da Santa Cruz, como marca preponderante nas fotografias feitas em Monte Santo/BA, as barracas dos soldados se estendendo por todo o largo da praça e a Igreja Matriz, a religiosidade e a luta, elementos intrínsecos que irrompem a frieza que conserva o caráter estático e oficial das fotografias.

Imagem 36: alunos visitam as salas de exposição do museu



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

A dificuldade da aplicação desse roteiro residiu na falta de logística diante de um tempo encurtado pela indisponibilidade de transporte, a grande quantidade de alunos e a falta de espaço e estrutura do Museu para a proposta, não sendo adequado para a recepção de grandes grupos, resultando na dispersão dos alunos pelos cômodos do museu. Em decorrência disso, foi oneroso organizá-los e controlar o tempo do passeio, não havendo como realizar o próximo “caminho”.

O terceiro e último roteiro proposto, intitula-se *Caminho nº 3 – Santuário da Santa Cruz e a Igreja Matriz – Religiosidade na Terra do Sol e o calvário sertanejo construído pelas mãos do povo*. Foi elaborado tendo por base o conteúdo “Primeira República”, e tendo como tema a Guerra de Canudos. Para compor seu referencial, utilizamos a bibliografia e documentos que fazem parte da fundamentação da presente pesquisa, privilegiando autores que trataram das tradições e religiosidade Monte Santo/BA, de seus bens culturais e a relação com os acontecimentos de Canudos, como Venâncio Filho (2016) com o estudo da religiosidade em Monte Santo, a pesquisa de Ferreira (2020) sobre os patrimônios tombados e o Santuário da Santa Cruz, bem como Cunha (2022) e sua descrição dos acontecimentos da guerra e a presença das forças expedicionárias em Monte Santo, dentre outros.

Buscou-se por meio desse roteiro, tratar sobre a presença de Antônio Conselheiro e a reverberação dela na cidade, bem como no Santuário. Objetivou-se discutir o fenômeno dos movimentos messiânicos e a influência da religiosidade e misticismo locais na escolha da região como polo das ações de Conselheiro. Como patrimônios estudados, analisamos o monte-sacro e o Santuário de Santa Cruz e a Igreja Matriz como testemunhas e evidências materiais com as quais podemos dialogar e produzir conhecimento sobre o tema. O terceiro roteiro não foi aplicado até o presente momento e consta nessa pesquisa como uma possibilidade.

Como avaliação de aprendizagem, propomos aos alunos que se reunissem em grupos e escolhessem, dentre os registros realizados por meio do celular, as imagens dos patrimônios com os quais mais se identificaram e que mais os ajudaram a compreender a história da cidade e da Guerra de Canudos. Por conseguinte, solicitamos que os alunos, partindo dessas imagens, construíssem os seus próprios roteiros, descrevendo a importância de cada patrimônio e narrando a sua história. A proposta de avaliação, entretanto, não pode ser realizada em razão das reformas que ocorriam no colégio. Com ampliação das instalações, a antiga rede elétrica do colégio não suportou e foi necessário fazer reparos na rede elétrica, inviabilizando as aulas por uma semana. Na semana posterior foram realizadas as avaliações da unidade e não houve tempo hábil suficiente para a realização da atividade.

4.1. Roteiros didáticos: Caminhos da Terra do Sol: enveredando pela História a partir do centro histórico de Monte Santo/BA

Caminho nº 1 – Praça Monsenhor Berenguer: Memórias da Guerra de Canudos

Conteúdo da base: Brasil República

Tema específico: Conflitos na Primeira República: Guerra de Canudos

Competência específica 1: Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.

Habilidade: (EM13CHS104) Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.

Duração: 60 minutos

Trajetos: 5 min.

Primeira estação: Monumento a Antônio Conselheiro (20 min)

Momentos e tópicos a serem discutidos:

- Observação e registro fotográfico do monumento;
- Quem foi Antônio Conselheiro?
- Presença de Antônio conselheiro em Monte Santo;
- Ações de Antônio Conselheiro em Monte Santo;
- Percepções da época sobre Antônio Conselheiro;
- Qual é o significado do monumento, em que contexto ele é erguido e com que finalidade?
- Analisar e problematizar a configuração do monumento na praça em relação aos outros monumentos sobre Canudos.

Segunda estação: O canhão “A matadeira” (10 min)

Momentos e tópicos a serem discutidos:

- Observação e registro fotográfico da peça bélica e de suas características;
- Do que se trata a peça e o sentido do seu nome;

- A que contexto essa peça pertence;
- Em que contexto essa peça passa a estar presente como monumento na praça Monte Santo;
- Qual o sentido dessa peça enquanto patrimônio e o seus possíveis usos.

Terceira estação: Busto do Marechal Carlos Machado Bittencourt (15 min)

Momentos e tópicos a serem discutidos:

- Observação e registro do monumento, bem como de suas características;
- Quem foi Carlos Machado Bittencourt?
- A que contexto se refere o monumento em sua homenagem?
- Em que contexto histórico esse monumento é inaugurado?
- Quais intencionalidades estão incluídas nesse monumento e a quem ele representa?
- Quais os possíveis usos desse patrimônio?

Quarta estação: O prédio da antiga prefeitura (Quartel general do exército de canudos) (10 min)

- Observação e registro fotográfico do prédio, comparação com seu aspecto na época da guerra;
- A importância desse espaço enquanto marca do contexto da guerra;
- Quais os possíveis usos desse patrimônio enquanto lugar de memória e referência para a memória da cidade.

Caminho nº 2 – Museu do Sertão: uma busca pela memória do sertão baiano

Conteúdo base: Brasil República

Tema específico: Conflitos na Primeira República

Competência específica 1: Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.

Habilidade: (EM13CHS104) Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.

Duração 60 minutos

Trajetos: 10 min

Primeira estação: Recepção do museu e primeira sala de exposição (15 min)

Peças importantes: Cartaz do filme “Deus e o diabo na terra do Sol”, réplica do meteorito do Bendegó, sala com algumas obras de Juracy Dórea sobre Canudos e fotos de sobreviventes da guerra.

Momentos e tópicos a serem discutidos:

- Sobre o casarão do museu, sua origem e arquitetura;
- Falar pontualmente do achado do Meteorito do Bendegó
- Importância do filme “Deus e o diabo na terra do sol”;
- Ficha técnica do filme;
- Contexto que o filme retrata e o contexto de sua produção;
- Observar e registrar cada obra do Juracy Dórea e suas representações da guerra;
- Falar sobre os personagens populares da guerra de Canudos expostos nas fotos;

Segunda estação: Sala de exposições: exposição Guerra de Canudos (20 min)

Peças importantes: Cópias de fotografias do acervo do Museu da República, produzidas no contexto da Guerra de Canudos, pelo fotógrafo oficial do exército, Flávio de Barros; Reproduções cartográficas da comunidade de Canudos e jornais da época; uma bala de canhão.

- Observar as fotografias da Guerra e registrar aquelas que chamarem mais a atenção;
- Observar as características da estrutura urbana de Monte Santo no contexto da Guerra de Canudos;
- Importância da cidade enquanto 2º base de operações durante a Guerra de Canudos;
- Como a Guerra é retratada pelo fotógrafo Flávio de Barros?
- Como a comunidade de Canudos é retratada pelo fotógrafo?
- O que essas fotografias mostram, o que elas não mostram?

Terceira estação: Sala de exposição do Movimento Popular e Histórico de Canudos (15 min)

Peças importantes: Fotografias que registram o trabalho de base com as comunidades rurais de Monte Santo; escultura de Antônio Conselheiro.

- Observar as fotografias da exposição e registrar aquilo que chamar a atenção;
- Contextualização histórica das fotografias;
- Antônio Conselheiro como mártir do movimento popular pelo acesso à terra em Monte

Santo;

- Origem do Movimento Popular e Histórico de Canudos e sua importância.
- Minissérie “O pagador de promessas”: a vida imita a arte?

Caminho nº 3 – Santuário da Santa Cruz e a Igreja Matriz – Religiosidade na Terra do Sol e o calvário sertanejo construído pelas mãos do povo.

Conteúdo base: Brasil República

Tema específico: Conflitos na Primeira República

Competência específica 1: Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.

Habilidade: (EM13CHS104) Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.

Duração 40 minutos

Trajetos: 10 min

Primeira estação: Via-sacra (20 min)

- Garcia D’Avilla e os domínios senhoriais
- Santuário de Santa Cruz e seu contexto de construção;
- Simbologia das capelas;
- Presença de Antônio Conselheiro;
- Presença de Euclides da Cunha;
- Subida dos soldados ao Santuário.

Segunda estação: Igreja Matriz (10 (min))

- Capela construída por Frei Apôlonio de Todi e que deu origem ao povoamento da cidade;
- Arquitetura;
- Ampliações;
- Tradições religiosas;
- Presença de Antônio Conselheiro;

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa pesquisa, buscamos analisar o patrimônio material existente no Centro Histórico da cidade de Monte Santo/BA, bem como apresentar uma proposta para o ensino de História, utilizando os bens culturais da cidade como referência para o estudo do Brasil República e a Guerra de Canudos, e direcionada aos alunos da 3ª série do Ensino Médio do Colégio Estadual Santa Cruz.

Assim, com o objetivo de discutir acerca da história de Monte Santo/BA e a sua relação com a Guerra de Canudos, em um primeiro momento, analisamos e problematizamos a constituição do seu centro histórico, seus “lugares de memória”, monumentos, silenciamentos e intencionalidades, recorrendo a metodologia da Educação Patrimonial como aliada do Ensino de História, visando uma aprendizagem histórica a partir do meio sociocultural em que os alunos estão inseridos, aproximando-os do patrimônio cultural da cidade e destacando a sua importância para o fortalecimento da identidade e cidadania. Tendo em vista que, em Monte Santo/BA, verifica-se o desconhecimento por parte da comunidade e alunos acerca da história da cidade, e em decorrência disso, pouco se envolvem com a preservação do seu patrimônio cultural, que se encontra em avançado processo de descaracterização e apagamento.

Constatamos que esse distanciamento entre os alunos e a história da cidade, e, por conseguinte, de seu patrimônio, está relacionada a falta de práticas de ensino que envolvam os bens culturais como ferramenta de aprendizagem histórica, bem como estratégias que proporcionem um maior envolvimento do aluno com seu contexto cultural, ocasionada pela falta de referenciais didáticos para os professores de História, bem como a descontinuidade de ações educação patrimonial como o Projeto “Conhecendo o meu lugar”, do qual tratamos nessa pesquisa.

Outro fator que, conforme foi percebido a partir dos questionários, contribui para esse distanciamento dos alunos está na forma como as práticas voltam-se para história oficial, sem levar em consideração o popular, potencializando as ausências e silenciamentos, sem levar em consideração o principal questionamento que a educação patrimonial, aliada ao ensino de história nos fomentou ao longo dessa pesquisa, e que tentamos está presente na elaboração e aplicação de nosso roteiro: Qual história de Monte Santo – BA eles não conhecem?

A educação patrimonial, nesse sentido, nos leva a uma reflexão sobre o ensino de história que podemos construir a partir dos patrimônios de materiais da cidade, levando em consideração suas ausências e silenciamentos, buscando problematizá-las e contribuir para uma análise crítica dos mesmos no sentido de fomentar mudanças na forma como eles são

contextualizados e apresentados.

Com essa finalidade, buscamos desenvolver um referencial que pudesse auxiliar aos professores de História nessa empreitada, visando trabalhar um conteúdo do currículo de História a partir dos patrimônios do Centro Histórico da Monte Santo/BA. Esse referencial foi construído tendo como base o conhecimento produzido a partir da presente pesquisa, somado as informações obtidas por meio de questionário realizado com os alunos de uma turma 3ª série do Ensino Médio do Colégio Estadual Santa Cruz (CESC), onde foram verificados seus conhecimentos prévios e a relação que possuem com o patrimônio cultural da cidade.

Dessa forma, partimos da experiência do que já foi colocado em prática em termos de Educação Patrimonial em Monte Santo ao longo dos 7 anos em que o Projeto “Conhecendo o Meu Lugar” esteve ativo, assim como das vivências do autor dessa dissertação como monitor/guia do referido projeto, para pensar as Educação Patrimonial para o ensino de História, levando em consideração os fundamentos da ciência histórica e utilizando os bens culturais como fonte. Assim, refletimos sobre a origem, características e potencialidades de cada patrimônio e “lugar de memória” do Centro Histórico de Monte Santo/BA para elaborar estratégias que melhor se adequassem a eles.

Nosso produto, uma sequência de três roteiros didáticos intitulados “Caminhos”, abordando os patrimônios existentes no Centro Histórico de Monte Santo/BA em diálogo com os referenciais sobre o ensino de História e da Educação Patrimonial, foi aplicado parcialmente com alunos da 3ª série do Ensino Médio do Colégio Estadual Santa Cruz (CESC). Em cada roteiro foi almejado trabalhar o conteúdo base *Brasil República*, tendo como tema os *Conflitos da Primeira República: Guerra de Canudos* e objetivando desenvolver a competência específica número 1 da BNCC, cujo o interesse é possibilitar a análise de processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, nas dimensões local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos (BNCC, 2018). Elencamos a habilidade (EM13CHS104) que corresponde a análise de objetos e vestígios da cultura material e imaterial, no caso, de nosso roteiro, o patrimônio material como forma de identificar conhecimentos valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural em Monte Santo/BA.

Em nosso roteiro didático buscamos construir um modelo interpretativo coerente com cada tipo de patrimônio, articulando os elementos presentes nos bens culturais com o conteúdo histórico a ser ensinado, dialogando com as memórias que evocam, as que silenciam e o contexto histórico em que foram constituídos, pensando os seus sentidos no tempo presente e problematizando suas representações.

A aplicação dos roteiros foi cercada de dificuldades e desafios, e embora sendo aplicada

apenas parcialmente, foi possível perceber por meio da experiência, o envolvimento da turma e o aguçamento da curiosidade dos alunos em relação ao patrimônio e a história da cidade. Esperamos, em outra oportunidade, prosseguir aperfeiçoando essa proposta, e por meio desses roteiros dar suporte e encorajar outros professores a pesquisarem e aprofundarem seus conhecimentos, buscando o aperfeiçoamento constante de suas práticas. Assim, espero ter contribuído para que os professores da minha terra possam ver no Patrimônio Cultural uma importante ferramenta de ensino e aprendizagem histórica. Enfatizamos por meio desse estudo a importância do desenvolvimento da consciência histórica por meio da alfabetização cultural e da apropriação da cultura histórica, possível por meio da metodologia da Educação Patrimonial.

Por fim, concluímos que os Roteiros didáticos consistem em um potencial referencial para o ensino de história, possibilitando uma ponte entre o conteúdo histórico e os patrimônios culturais do Centro Histórico de Monte Santo/BA, proporcionando uma aprendizagem histórica que parte do meio em que os alunos estão inseridos e seu contexto cultural, valorizando o conteúdo base, mas principalmente, a compreensão da trajetória histórico-temporal dos discentes, possibilitando aos mesmos, por meio do ensino de história, fazerem sua própria leitura de mundo, produzindo sentido.

REFERÊNCIAS

- A TARDE. **Acervo do Museu de Monte Santo exposto no dia 10**. Salvador, 1982. Disponível em: < <https://reynivaldobritoartesvisuais.blogspot.com/2012/08/>>. Acesso em: 13 nov. 2023.
- AGUIAR, Durval Vieira de Aguiar. **Descrições práticas da Província da Bahia**: com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações. 2. ed. Rio de Janeiro: Catedra: Brasília: INL, 1979.
- BAHIA, Secretaria da Educação do Estado da Bahia. **Documento Curricular Referencial da Bahia para o ensino médio (v. 2)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.
- BAHIA. SEI. Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia. **Indicadores Municipais**, 2019. Disponível em: <<https://sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 28 jun. 2023.
- BITTENCOURT, Circe Fernandes. **Reflexões sobre o ensino de História**. Estudos avançados 32 (93), 2018.
- BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. 12ª ed. São Paulo: Contexto, 2020.
- BLOG RIO VERMELHO. **Morre artista Manoel Bonfim autor da escultura de Iemanjá**, 2016. Disponível em: <<https://blogdoriovermelho.blogspot.com/2016/04/morre-artista-manoel-bonfim-autor-da.html>>. Acesso em: 28 de jan. 2024.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 2016.
- BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 21. p. 43-47.
- BRASIL. IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/monte-santo/panorama>>. Acesso em: 28 jun. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a base. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: Acesso em: 04 de ago. 2001.
- BRITO, Carolino Marcelo de Sousa. **“Bahia, o palco do nascimento do Brasil”**: a consagração das cidades históricas nacionais baianas na ditadura civil-militar (1966-1983). Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS. Porto Alegre, RS, 2019.
- BRITO, Reynivaldo. **Manoel Bonfim, o emissário dos orixás**. Disponível em: <<https://reynivaldobritoartesvisuais.blogspot.com/2017/01/manoel-bonfim-o-emissario-dos-orixas.html?m=1>>. Acesso em: 18 de Jan. 2024.
- CAIMI, Flávia Eloisa. Porque os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História. **Revista Tempo**, vol. 11, Universidade Federal Fluminense Niterói, Brasil, núm. 21, julho, 2006.
- CARVALHO, Bernardo. **“Eu torcia o corpo de medo”**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 16 de

outubro de 1994. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/10/16/mais!/5.html>>. Acesso em: 30 de dez. 2023.

CARVALHO, Bernardo. **A Via Crucis do Sertão**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 16 de outubro de 1994. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/10/16/mais!/3.html>>. Acesso em: 30 de dez. 2023.

CARVALHO, José Carlos de. **Meteorito de Bendegó do Sertão da província da Bahia para o Museu Nacional**. Rio de Janeiro, 1888.

CASÉ, Paulo. **A cidade desvendada**. Reflexões e polêmicas sobre o espaço, seus mistérios e fascínios. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora UNESP, 2017.

COSTA, Gerson Eduardo da. **A cidade e o ensino de história: patrimônio, museus e história local**. Dissertação para o Mestrado Profissional de Ensino de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo, SP, 2016.

CUNHA, Euclides da. **O Sertões (Campanha de Canudos)**. 6. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2022.

CUNHA, Euclides. **Os sertões**/ Euclides da cunha, 1.ed, Londrina/PR, Livraria Família Cristã, 2021.

FERREIRA, Timóteo de Andrade. **Aos pés do altar do sertão tem uma cidade a preservar: Monte Santo da Bahia**. Dissertação para o Mestrado em Arquitetura da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2020.

INSTITUTO MOREIRA SALLES. **Cadernos de fotografia brasileira**. Rio de Janeiro: IMS, 2002.

IPAC. **Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia**. Salvador: Governo do Estado da Bahia. Salvador, 1999. v. 6.

IPHAN/**Processo Nº 1.060-T-82 S.P.H.A.N./D.T.C.** Fundação Nacional pró-memória/Divisão de Registro e Documentação.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1990.

LEITE, Maria Solange Sá. **A Cidade de Cáceres/MT e o seu Patrimônio Cultural**: Produção de um guia didático-histórico. Cáceres/MT, 2018.

LEITE, Rogério Proença. Patrimônio e centros históricos. In: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (org). **Dicionário temático de patrimônio**: debates contemporâneos. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2020. p. 51-54.

LISBOA, Baltazar da Silva. **Annaes do Rio Janeiro**, contendo a descoberta e conquista desse pais, a fundação da cidade eclesiástica até a chegada d,el rei Dom João VI; além de notícias topográficas, zoológicas e botânicas. Tomo IV. Rio de Janeiro, 1835.

MARCHETTE, Tatiana Dantas. **Educação patrimonial e políticas públicas de preservação no Brasil**. Curitiba: InterSaberes, 2016.

MARTINS, Ana Luiza. **Fontes para o Patrimônio Cultural** – Uma Construção Permanente. In: PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA, Tania Regina de. O historiador e suas fontes. 1. ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015. p. 281-308.

MARTINS, Lourdes Machado. **Centro histórico de Belém: Lugar de História e Memória na sala de aula**. Ananindeua-PA, 2018.

MEDEIROS, Maria Ricken de; WITT, Nara Beatriz; POSSAMAI, Zita Rosane. **Leitura da cidade: aprendendo a olhar Porto Alegre**. In: GIL, Carmen Zeli de Vargas; TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski (Org.). Patrimônio cultural e ensino de história. Porto Alegre: Edelbra, 2014.

MEIRA, Soely Maria. **Patrimônio e Escola: o Centro Histórico de Cuiabá e as práticas educativas no ensino de história**. Universidade Federal de Mato Grosso, Agosto / 2018.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **A Guerra Total de Canudos**. [Recurso eletrônico]. Escrituras. 3 ed. São Paulo, 2020.

MELO, Roberto Campelo de. **Projeto Uauá – Monte Santo: Geologia e Recursos Minerais das Folhas Pinhões – SC.24-V-D-V, Uauá – SC.24-V-D-VI, Monte Santo – SC.24-Y-B-III e Andorinha SC.24-Y-B-II**. Escala 1:100.000, Estado da Bahia. Salvador: CPRM, 2019.

MENESES, Ulpiano. **Morfologia das cidades brasileiras: introdução ao estudo histórico da iconografia urbana**. Revista USP, São Paulo, n. 30, p. 144-153, 1996.

MOTTA, Nelson. **A primavera do dragão: a juventude de Glauber rocha** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

NADAI, Elza. **O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.13, n 25/26, set. 1992/ago.1993, p. 143-162.

NASCIMENTO, José Gonçalves do. **Crônicas da terra do sol**. São Paulo: Lura Editorial, 2018.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Proj. História. São Paulo, (10), dez. 1993.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **O IPHAN e o seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil**. Cadernos do CEOM - Ano 21, n. 29.

OLIVEIRA, Rivadavia Cunegundes de. **Monte Santo e sua História**. Monte Santo, Bahia: Edição própria, 2003.

OLIVEIRA, Vera Lúcia Silva de Almeida. **Ensino de história, educação patrimonial e lugares de memórias**. Universidade do Estado de Mato Grosso, 2021.

PEDREIRA, Pedro Tomás; ROCHA, Rubens. **O Monte Santo de frei Apolônio**. Bahia, EMTUR, 1983.

PIEDADE, Lélis. (Coord.) OLAVO, Antônio (Org.) **Histórico e relatório do Comitê Patriótico da Bahia (1897 – 1901)**. Salvador: Portfolium Editora, 2002.

PINHO, M. S. ; OLIVEIRA, Selma Soares de. **O Universo de Canudos na arte de Juraci Dórea**. In: I Encontro Internacional de Estudos da Imagem, Encontro Nacional de Estudos da Imagem, 2013, Londrina-PR. Encontro Nacional de Estudos da Imagem. Londrina-PR: uel, 2013. p. 2306-2318.

PINHO, Marialda. **JURACI DORÉA, UM OLHAR SOBRE A TERRA**. In R. Inter. Interdisc. Art&Sensorium, Curitiba, v.4, n.1, p. 94 - 103 Jan.-Jun. 2017.

POSSAMAI, Zita Rosane. **Cidade: escritas da memória, leitura da história**. In: POSSAMAI, Zita Rosane (org.). Leituras da cidade. Porto Alegre: Evangraf, 2010, p. 209-219.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. – Tradução: Alain François [et al.]. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RÜSEN, Jörn. **Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas**. Curitiba: W.A. Editores, 2012.

SÁ, Antônio Fernando Araújo. **O sertão de Pierre Verger**. Patrimônio e Cultura Material, Projeto História nº 358, p.357 – 391, 40, junho de 2010

SANTANA, Ivan. **Um museu do sertão, sem sertão, cheio de guerra, vazio de memórias, distante da história local, desabrigado de pertencimento, deslocado do seu território**. Revista Eletrônica Ventilando Acervos, Florianópolis, 2017.

SENA, Davis Ribeiro de. **Monte Santo: lenda e realidade no sertão**. R. IHGB, Rio de Janeiro, 155 (384): 601-621, jul./set.1994.

SILVA, José Calasans. **Subsídios à História das capelas de Monte Santo 1786**. SUDENE, Bahia, 1983.

SIMÕES, Jussara Correia da Silva. **Pontes entre a Literatura e o Ensino de História: o romance Shaira e a Saudade**. Dissertação para o Mestrado Profissional de Ensino de História da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão - SE, 2022.

SOUZA, Maria de Lourdes Conceição. **O Palácio da instrução e o Patrimônio Histórico de Cuiabá-MT: Cidade, territorialidade e educação patrimonial**. Linha de pesquisa: Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória , Cuiabá, 2018.

TIRAPELI, Percival. Patrimônio religioso. In: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (org). **Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2020. p. 79-81.

TODERO, Luiz Ney. **De Canudos a Veneza: o projeto terra do artista plástico Juraci Dórea**. – Salvador: [s.n.], 2003. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) - Universidade Federal da Bahia.

VENÂNCIO FILHO, Raimundo Pinheiro. **O sagrado e o profano no sertão da Bahia: a religiosidade em Monte Santo**. - 1ª ed. – São Paulo: Lura Editorial, 2016.

VENÂNCIO FILHO, Raimundo Pinheiro. **Projeto “Conhecendo o meu lugar”**. Monte Santo/BA, 2015.

ZARBATO, Jaqueline Aparecida Martins. **Educação Patrimonial e Aprendizagem Histórica**: Percursos Epistemológicos na História Ensinada. *História & Ensino*, Londrina, v. 23, n. 1, p. 31-55, jan./jun., 2017.

ZARBATO, Jaqueline Aparecida Martins. **Patrimônio, cultura e processos educativos em História**: percursos e reflexões. – Campo Grande, MS: Life Editora, 2018.

ANEXO 01



O presente questionário integra uma pesquisa realizada no Mestrado Profissional em Ensino de História, intitulada “Educação patrimonial na “terra do sol”: ensino da história da cidade a partir do patrimônio cultural material do centro histórico de Monte Santo – BA”, de autoria do discente Eduardo, e desenvolvida no Programa de Pós-graduação em ensino história (ProfHistória), pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), campus São Cristóvão - SE.

Nome (opcional):

Sexo:

Feminino () Masculino ()

Idade:

Residência:

Sede ()

Povoado ()

Fazenda ()

Assinale a alternativa correspondente a sua raça/etnia:

Branca ()

Negra ()

Parda ()

Amarela ()

Indígena ()

QUESTIONÁRIO

01. O que você entende por patrimônio cultural e identidade cultural? Qual relação podemos fazer entre um e o outro?
02. O que você considera como patrimônio em Monte Santo?
03. Quais dos patrimônios listados anteriormente você considera mais importante? Por que?
04. O que os patrimônios culturais existentes em Monte Santo dizem sobre a história da cidade?
05. Você se sente representado nos patrimônios culturais existentes em sua cidade? Se sim, em quais deles? Justifique sua resposta.

ANEXO 02



06. Qual a importância do Patrimônio cultural para a memória de Monte Santo?
07. Qual é a importância de se preservar a memória de uma comunidade?
08. Se você pudesse erguer um monumento em homenagem a algo ou alguém que você considera importante para a história de Monte Santo, para quem seria? Como seria esse monumento?
09. Você considera importante conhecer e preservar o patrimônio cultural de Monte Santo? Por que?
10. Quais ações poderiam contribuir para o trabalho com o patrimônio em Monte Santo?
11. Crie uma frase ou desenho que ilustre a sua relação com o patrimônio cultural de Monte Santo, a proposta é dar vida ao título: "Eu e o patrimônio cultural de Monte Santo"